

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**OS ABAS LARGAS DA BRIGADA MILITAR EM
FOTOGRAFIAS: POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA A
PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Maria Candida da Silveira Skrebsky

Santa Maria , RS, Brasil

2011

**OS ABAS LARGAS DA BRIGADA MILITAR EM
FOTOGRAFIAS: POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA A
PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA**

Maria Candida da Silveira Skrebsky

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em História e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural**

Orientador: Prof. Carlos Blaya Perez

Santa Maria, RS, Brasil

2011

S629a Skrebsky, Maria Candida da Silveira

Os Abas Largas da Brigada Militar em fotografias: políticas arquivísticas para a preservação e difusão da memória / por Maria Candida da Silveira Skrebsky. – 2011.

231 f.; il.; 30 cm

Orientador: Carlos Blaya Perez

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2011.

1. Patrimônio cultural 2. Arquivologia 3. Fotografia 4. Brigada Militar
5. Memória 6. Preservação 7. Difusão I. Perez, Carlos Blaya II. Título.

CDU 651.5:77.039

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em
Patrimônio Cultural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**OS ABAS LARGAS DA BRIGADA MILITAR EM FOTOGRAFIAS:
POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA A PRESERVAÇÃO
E DIFUSÃO DA MEMÓRIA**

elaborada por
Maria Candida da Silveira Skrebsky

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Carlos Blaya Perez, Dr.
(Presidente/ Orientador)**

Daniel Flores, Dr. (UFSM)

Francisca Ferreira Michelin, Dr^a. (UFPeI)

Santa Maria, 25 de março de 2011.

*À memória de Ronaldo Soares Skrebsky, meu pai.
Aos Abas Largas, protagonistas, também, desta dissertação.*

Meus agradecimentos dirigem-se:

Ao 1º Regimento de Polícia Montada “Regimento Cel. Pillar”, aos seus gestores, especialmente o ten.-cel. Ronaldo da Silva Ramos, o ten.-cel. Worney Dellani Mendonça e o ten.-cel. Jaime Machado Garcia , que compreenderam a importância desta pesquisa, dispensando-me algum tempo da presença física junto à instituição, pois, em espírito e pensamento, nunca estive tão presente;

Ao prof. Dr. Carlos Blaya Perez, por ter-me acolhido como orientanda, pelo apoio e orientações pertinentes;

À profª Mª Denise Molon Castanho, pela amizade e pelas conversas, invariavelmente, esclarecedoras acerca da arquivística e metodologia científica, as quais foram muito proveitosas para a minha vida profissional e acadêmica;

À querida e amada Sulema da Silveira Skrebsky, minha mãe, pelo carinho e apoio incondicionais;

Aos meus amados filhos Tarso Skrebsky Rodrigues e Otávio Skrebsky Rodrigues e ao marido Luis Carlos de Melo Rodrigues pela compreensão, pois a mãe e mulher, mesmo presente, estava ausente, absorvida, por seus estudos e abstrações;

Ao meu amado irmão Manoel Skrebsky, pelo apoio e carinho;

À Andréia Medianeira Campos, meus braços e pernas em minha casa, pela responsabilidade e amizade, com a certeza de que, sem a sua presença, esta dissertação não teria existido;

À equipe do CHCP, sd. Elisiane Rigão Pedroso, sd. Lidiane Baumart Nunes, sd. Caroline Paola Cruz da Rosa, sd. temp. Rafael Ferraz Borges, sd. temp. Gregory Rodrigues Fagundes, estag. Rafael Cunha Luz da Silva e estag. Bernardo Pozzatti de Oliveira, pelo profissionalismo e comprometimento, proporcionando-me a tranquilidade necessária para que eu pudesse me afastar confiante de que tudo andaria bem;

À amiga e colega Giane Vargas Escobar pelo apoio de sempre;

À colega Neiva Pavezi, que, mesmo próximo às horas do nascimento de seu pequeno Walter, teve a paciência de me repassar seus conhecimentos acerca da descrição fotográfica;

Aos colegas do Mestrado em Patrimônio Cultural pela parceria, companheirismo e diálogos enriquecedores, dos quais já tenho saudades, pois suas presenças e amizade tornaram essa caminhada bem mais prazerosa e amena;

Aos meus familiares e amigos, dos quais estive um pouco alheia nos últimos dois anos, pela compreensão e apoio.

**“Fiz este livro comigo mesmo,
Com minha vida e com meu coração,
Ele é fruto da minha experiência”.**

Michelet

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

OS ABAS LARGAS DA BRIGADA MILITAR EM FOTOGRAFIAS: POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA A PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA

AUTORA: MARIA CANDIDA DA SILVEIRA SKREBSKY

ORIENTADOR: CARLOS BLAYA PEREZ

Local e Data da Defesa: Santa Maria, 25 de março de 2011.

Partindo da assertiva de que os arquivos públicos são repositórios importantes de acervos fotodocumentais, que carecem de tratamento técnico adequado, no que diz respeito à sua organização, descrição, conservação e divulgação, esse também é o caso do acervo fotográfico do Centro Histórico Coronel Pillar (CHCP), instituição cultural militar estadual de natureza pública, subordinada ao 1º Regimento de Polícia Montada “Rgt. Cel. Pillar” (1º RPMon.) da Brigada Militar (BM) do RS. Diante de tais expectativas, esta pesquisa teve como **objetivo** produzir um catálogo seletivo de fotografias, a ser publicado na internet, por meio da implementação de políticas arquivísticas de classificação (arranjo), descrição, conservação e difusão no acervo fotográfico do CHCP do período de 1955 a 1974, referente à atuação do Regimento de Polícia Rural Montada da Brigada Militar (RPRMont.). Para a sua realização foi adotada a abordagem de **estudo de caso** combinada com **pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e observação direta**, tendo em vista a necessidade de conhecer ampla e detalhadamente o contexto de criação das fotografias, foi importante estudar a história e as atividades das instituições Brigada Militar e 1º RPMon.; em especial, o período de 1955 a 1974 em que o 1º Regimento atuou como Polícia Rural Montada, assim como conhecer a realidade do acervo fotográfico do CHCP, a fim de propor o tratamento arquivístico apropriado a ser empregado. Como resultado, foi possível estabelecer uma metodologia de tratamento arquivístico para acervos fotográficos, em consonância com a teoria e normalizações da arquivologia, que propiciou a elaboração da versão eletrônica do Catálogo Seletivo de Fotografias “Abas Largas: tropa de elite da Brigada Militar” composto de 190 imagens fotográficas representativas da trajetória do 1º RPMon. como Regimento de Polícia Rural, o qual, a partir de então, ficou popularmente conhecido como “Regimento Aba Larga”.

Palavras-chave: Fotografia. Arquivologia. Memória. Preservação. Difusão. Patrimônio documental. Brigada Militar.

ABSTRACT

Dissertation of Master Degree
Program of Professional Master Degree in Cultural Patrimony
Federal University of Santa Maria

THE WIDE BRIMS OF THE MILITARY BRIGADE IN PHOTOGRAPHIES: ARCHIVISTIC POLITICIANS FOR THE PRESERVATION AND DIFFUSION OF THE MEMORY

AUTHOR: MARIA CANDIDA DA SILVEIRA SKREBSKY

ADVISOR: CARLOS BLAYA PEREZ

Place and Date of Defense: Santa Maria, March 25th, 2011.

Starting from the assertion that the public archives are important repositories of photo documentary collections in need of technical appropriate treatment, what concerns their organization, description, conservation and release, this is also the case of the photographic collection of the Historical Centre Colonel Pillar (CHCP), cultural military state institution of public nature, subordinate to the 1st Regiment of Mounted Police "Rgt. Cel. Pillar" (1st RPMon.) of the Military Brigade (BM) of Rio Grande do Sul State. Ahead of such expectations, this research **aimed** to produce a selective catalogue of photographs to be published in the internet, through the implementation of archivistic politicians classification (arrangement), description, conservation and diffusion in the photographic collection of the CHCP of the period from 1955 to 1974, referring to the acting of the Regiment of Mounted Rural Police officer of the Military Brigade (RPRMont). For its realization there was adopted the approach of **case study** gone with **bibliographical research, documentary research, field work** and **straight observation**, in view of the necessity to know widely and in detail the context of creation of the photographs, it was important to study the history and the activities of the institutions Military Brigade and 1st RPMon.; in special, the period from 1955 to 1974 in which the 1st Regiment acted like Mounted Rural Police officer, as well as to know the reality of the photographic collection of the CHCP, in order to propose the archival treatment appropriate to be employed. As result, it was possible to establish a methodology of archival treatment for photographic collections, in harmony with the theory and normalization of archives, that propitiated the elaboration of the electronic version of the Selective Catalogue of Photographs "Wide Brims: elite troops of the Military Brigade" composed of 190 photographic images representing the trajectory of the 1st RPMon. as Regiment of Rural Police officer, which, from then, it became popularly known as "Regiment Wide Brim".

Keywords: Photograph. Archival. Memory. Preservation. Diffusion. Documentary Patrimony. Military Police.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Tradicionalismo Brigadiano	47
Fotografia 01 – Comandante e graduados do RPRMont., em 1956.....	51
Fotografia 02 – Policiais rurais fazendo o patrulhamento a cavalo, em 1956	52
Fotografia 03 – Policiais rurais fazendo o levantamento das marcas do gado bovino, em 1956	53
Fotografia 04 – Policiais rurais fazendo o levantamento dos sinais do gado ovino, em 1956	53
Fotografia 05 – Policiais rurais entregando correspondências em lugares remotos, 1956	54
Fotografia 06 – Policiais rurais prestando os primeiros socorros à acidentados, em 1956	55
Fotografia 07 – Campanha da Legalidade - tropa em prontidão	61
Fotografia 08 – Visita do gen. Pery Beviláqua ao 1º RPRMont., em 02 set. 1961	62
Fotografia 09 – Pronunciamento do gen. Pery Beviláqua na sacada interna do 1º RPRMont., Campanha da Legalidade, em 02 set. 1961	63
Fotografia 10 – Gen. Pery Beviláqua como comandante do 1º RPRMont., Campanha da Legalidade, em 02 set. 1961	63
Figura 02 - Cartaz do filme “Os Abas Largas”	66
Fotografia 11 – Cenas de tiroteio do filme “Os Abas Largas”	68
Fotografia 12 – Cenas do filme “Os Abas Largas”	68
Fotografia 13 – Estréia do filme no Cine Glória de Santa Maria.....	72
Quadro 01 - O elenco e seus personagens.....	74
Quadro 02 - Participações especiais.....	75
Quadro 03 – Outros dados da produção de “Os Abas Largas”	75
Figura 03 – Aba Larga de Getúlio Delphim	76
Figuras 04, 05 e 06 – Capas da 1ª, 2ª e 3ª edições da revista “Aba Larga”	77
Fotografia 14 – Lançamento da revista “Aba Larga”	79
Figura 07 – Recorte do jornal Correio do Povo referente ao lançamento da revista “Aba Larga”	81
Fotografia 15 – Visita de inspeção do cel. Otávio Frota, cmt. geral BM, em 1963	83
Fotografia 16 – Tropa em forma para passagem em revista do cel. Otávio Frota, cmt. geral BM, em 1963.....	83
Fotografia 17 – Recepção do presidente Castello Branco no Aeroporto de Santa Maria, em 12 de março de 1966	84
Fotografia 18 - Policiamento montado em estádio de futebol, em 1967.....	85
Quadro 04 - Comandantes do Regimento de Polícia Rural Montada (1955-1974)	88
Fotografia 19 - Armário de madeira onde estavam depositadas as fotografias em 2002	105
Fotografia 20 – Fotografias no interior do armário de madeira junto a documentos e objetos	105
Fotografia 21 – Painel com fotos do CFSPM Fem. no chão, encostado na parede	106
Fotografia 22 – Início da restauração do álbum comemorativo ao 30º aniversário da BM com o preenchimento da ficha de conservação.....	110

Fotografia 23 – Capa do álbum após a higienização e controle da paginação da obra	110
Fotografia 24 – Restauração das páginas do álbum	111
Fotografia 25 – <i>Álbum Comemorativo</i> após a restauração	111
Fotografia 26 – Abertura do grampo para facilitar sua retirada	122
Fotografia 27 – Retirada de grampos metálicos.....	122
Fotografia 29 – Varredura do verso da fotografia com pincel de cerdas macias.....	123
Fotografia 30 – Limpeza com aplicação do pó de borracha plástica branca.....	124
Fotografia 31 – Retirada de sujidades aderidas às fotografias com a utilização de escavador de haste longa.....	125
Fotografia 32 - Fôlderes individuais de papel neutro e baixa gramatura.....	126
Fotografia 33 - Envelopes confeccionados em papel neutro de média gramatura.....	127
Fotografia 34 – Arquivo de aço utilizado para o armazenamento das fotografias.....	127
Fotografia 35 - Entrefolhamento das páginas do álbum com papel neutro	128
Fotografia 36 – Acondicionamento dos álbuns fotográficos em caixa em cruz de cartão neutro.....	129
Fotografia 37 – Fotografias fixadas com cantoneiras de papel neutro	130
Figura 08 – Página do Arquivo Nacional com as informações do CHCP como Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos	134
Quadro 05 - Código de identificação para o acervo fotográfico do CHCP	134
Quadro 06 – Metadados técnicos da digitalização	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AARGS – Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul
2º BG – 2º Batalhão de Guardas
BI – Boletim Interno
BM – Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul
BPM – Batalhão de Polícia Militar
Cap. – Capitão
Cb. – Cabo
CDS/ CIA - Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos
Cel. - Coronel
CETPA - Cooperativa Editora e de Trabalho de Porto Alegre Ltda.
Cia PM – Companhia de Polícia Militar
CHCP – Centro Histórico Coronel Pillar
CODEARQ - Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos
CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos
CTG – Centro de Tradições Gaúchas
DA – Derivada de acesso
3ª DI - 3ª Divisão de Infantaria
DBTA – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
DN – Derivada de navegação
EM – Estado Maior
Esqd PMon – Esquadrão de Polícia Montada
Gen. - General
GuBM/SM – Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria
HD – *Hard disks*
HTML - *HyperText Markup Language/* Linguagem de Marcação de Hipertexto
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
ICA – *International Council of Archives*
INA – Indústria Nacional de Armas
ISAAR(CPF) - *International Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families/* Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD(G) – *Internacional Standard Archival Description (General)/* Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
JPEG - *Joint Photographic Experts Group*
MD – Matriz digital
MDA – Massa Documental Acumulada
MySQL - *My Structured Query Language/* Minha Linguagem de Consulta Estruturada
NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PHP - *Personal: Hypertext Preprocessor*
PNG - *Portable Network Graphics*
QG – Quartel General

1º RCBM – 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do RS
1º RPMon. – 1º Regimento de Polícia Montada “Regimento Coronel Pillar”
1º RPRMont – 1º Regimento de Polícia Rural Montada
RPRMont – Regimento de Polícia Rural Montada
Sgt. – Sargento
SQL - *Structured Query Language*/ Linguagem de Consulta Estruturada
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de dados
Ten. - Tenente
Ten.-cel. – Tenente-coronel
TIFF – *Tagged Image File Format*

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Convite para inauguração da Exposição “Brigada Militar: Fardamentos e Imagens”	161
Anexo B – Modelo do certificado de doação de acervo ao CHCP	162
Anexo C - Termo de Autorização de Uso de Imagens	163

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Ficha de diagnóstico do acervo fotográfico do CHCP	165
Apêndice B – Roteiro de entrevista	170
Apêndice C - Quadro de arranjo do acervo fotográfico do CHCP	172
Apêndice D – Quadro de arranjo do fundo 1º RPMon.....	173
Apêndice E – Quadro de arranjo da coleção 1º RPMon.....	174
Apêndice F – Descrição do acervo e dos fundos e coleções do CHCP	175
Apêndice G – Manual para preenchimento dos campos do formulário eletrônico de descrição fotográfica.....	218
Apêndice H - Formulário eletrônico de descrição fotográfica	229
Apêndice I – Sítio eletrônico do CHCP	230
Apêndice J – Catálogo Seletivo de Fotografias – Página inicial.....	231
Apêndice K – Catálogo Seletivo de Fotografias – Página da descrição fotográfica	232

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
1 INTRODUÇÃO	19
2 A BRIGADA MILITAR, O 1º REGIMENTO E A GUARNIÇÃO DE SANTA MARIA	32
2.1 Os antecedentes.....	33
2.2 A gênese da Força Estadual: o Corpo Policial e seu contexto	37
2.3 Brigada Militar gaúcha: uma força a serviço da República	41
2.4 O 1º Regimento e a Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria	43
3 OS ABAS LARGAS: TROPA DE ELITE DA BRIGADA MILITAR.....	46
3.1 A semente do que viria a ser o Regimento de Polícia Rural Montada.....	48
3.2 A transformação do guerreiro 1º Regimento de Cavalaria em Regimento de Polícia Rural Montada.....	49
3.2.1 Organização do Regimento de Polícia Rural Montada da BM	52
3.2.1.1 Atribuições do Regimento de Polícia Rural Montada:	52
3.2.1.2 Uniforme e armamento dos policiais rurais	55
3.2.1.3 Estrutura e efetivo	56
3.2.1.4 Seleção e treinamento dos policiais rurais	57
3.3 Nova denominação e delimitação territorial para o Regimento de Polícia Rural Montada.....	58
3.4 1º RPRMont. e a Campanha da Legalidade	58
3.5 Os Abas Largas da Brigada Militar: heróis nacionais.....	65
3.5.1 O longa-metragem Os Abas Largas.....	66
3.5.1.1 Sobre a história do Filme.....	67
3.5.1.2 Datas da gravação e do lançamento da película: elucidando dúvidas	69
3.5.1.3 Lançamento do Filme.....	71
3.5.1.4 Quem foi quem na Película	73
3.5.2 Os Abas Largas em quadrinhos	75
3.5.2.1 Sargento Cunha e cabo Biá: heróis de “carne e osso”	78
3.5.2.2 O lançamento da revista.....	79
3.6 Mais mudanças e nova designação para o 1º Regimento	82
3.7 Oficiais que comandaram o Regimento “Aba Larga” (1955-1974).....	86
4 MEMÓRIA E FOTOGRAFIA	89
4.1 Memória: uma breve retrospectiva	90
4.1.1 A memória e o poder: o poder da memória	92
4.2 A fotografia como instrumento de memória	94
5 UMA METODOLOGIA PARA O TRATAMENTO DO ACERVO FOTOGRAFICO DO CHCP.....	99
5.1 Levantamento e revisão da literatura	100
5.2 Levantamento documental	100
5.3 Levantamento de dados e diagnóstico do acervo fotográfico.....	101
5.3.1 Histórico do acervo fotográfico do CHCP	103

5.3.2 A situação atual do acervo fotográfico do CHCP	113
5.4 Definição de fundos, coleções e arranjo do acervo fotográfico do CHCP	116
5.4.1 Considerações acerca do fundo, coleção e arranjo documental	118
5.5 Higienização, acondicionamento e armazenamento	120
5.5.1 Higienização	121
5.5.2 Acondicionamento e armazenamento	125
5.6 Descrição das fotografias	131
5.6.1 Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ)	133
5.6.2 Descrição do acervo, fundos e coleções do CHCP	135
5.6.3 Instrumento de descrição fotográfica	135
5.6.4 O formulário eletrônico de descrição fotográfica	137
5.7 Digitalização das fotografias	138
5.7.1 Matriz digital (MD), derivadas de acesso (DA) e de navegação (DN)	139
5.7.2 Metadados técnicos da digitalização	141
5.7.3 Armazenamento e cópia de segurança dos representantes digitais e do banco de dados	142
5.8 Difusão arquivística e catálogo seletivo de imagens	142
5.8.1 O catálogo seletivo de imagens	144
5.8.1.1 Seleção das fotografias	145
5.8.1.2 Estrutura Editorial	146
6 CONCLUSÃO	147
REFERÊNCIAS	153

1 INTRODUÇÃO

Os dois últimos séculos têm sido marcados pela crescente utilização de imagens fotográficas, as quais têm se prestado à preservação da memória da humanidade, figurando como uma fonte documental importante para a reconstituição histórica. A relevância dessa forma de registro tem sido ressaltada pelos estudiosos, sendo, inclusive, considerada uma verdadeira revolução em relação à memória, devido às possibilidades de propagação e democratização da mesma e por a imagem fotográfica proporcionar uma precisão e riqueza de detalhes que jamais seriam possíveis de ser imaginadas.

Os Arquivos Públicos são importantes repositórios desse gênero de acervo e têm o dever constitucional de garantir ao cidadão o acesso às informações sob sua custódia, conforme o disposto no artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal Brasileira de 1988, bem como em cumprimento da Lei Nacional dos Arquivos, Lei nº 8.159 de 1991, que em seu artigo 4º dispõe:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Igualmente, em cumprimento aos artigos 1º e 2º da mesma Lei, que estabelecem que:

Art. 1º É dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.
Art. 2º Consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Considerando que os acervos fotodocumentais sob a custódia de instituições públicas carecem de tratamento técnico adequado no que diz respeito à sua organização, descrição, conservação e divulgação, também, esse é o caso do acervo fotográfico do Centro Histórico Coronel Pillar – CHCP.

A presente pesquisa tem como foco a preservação e a difusão da memória da Brigada Militar da Região de Santa Maria, em especial do 1º Regimento, no que diz respeito ao acervo fotográfico do Centro Histórico Coronel Pillar, contribuindo para a recuperação da história dessa instituição que, há mais de cem anos, tem prestado serviços à comunidade gaúcha.

Porém, para que a pesquisa pudesse ser exequível no prazo previsto para a realização do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, ou seja, em dois anos (02), foi necessário demarcar o âmbito de sua realização (**Delimitação do tema**). Assim, este estudo abarcará somente os documentos iconográficos¹ do CHCP, mais especificamente as fotografias em suporte papel, referentes à atuação do Regimento de Polícia Rural Montada, o popular Regimento “Aba Larga”, no período de 1955 a 1974.

A opção por tratar, primeiramente, do acervo iconográfico referente ao Regimento Rural da Brigada Militar do RS, deu-se em razão de ser um período:

- bastante peculiar da história da Brigada Militar, especialmente da história da Brigada Militar da Região Centro do Estado do RS, onde desempenhou inúmeras e diversificadas atividades em prol da comunidade gaúcha, para a devida compreensão e dimensionamento da relevância da atuação dos policiais estaduais conhecidos como os “Abas Largas”, seu histórico e atividades serão tratados em um capítulo à parte;

¹ Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 76), trata-se do gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras.

- reconhecido como importante, porém muito pouco estudado, pois se pode afirmar que não existe nenhum trabalho acadêmico ou obra que trate especificamente, do período em questão, o que existe são textos e notícias em publicações periódicas;

- que conta com muitos policiais da reserva remunerada vivos, os quais atuaram como policiais rurais, e que poderão ser entrevistados, tendo em vista a descrição das fotografias, o resgate da memória da atuação da BM no período e, inclusive, a ampliação do acervo iconográfico do CHCP.

Em razão da abrangência desse estudo, será necessário tecer algumas considerações em torno do papel cultural da arquivística como agente de memória, e também definir alguns conceitos de memória, arquivo, fotografia, preservação e difusão.

A mudança de paradigmas da Arquivística, acontecida na década de 1990, teve origem na América do Norte com os arquivistas canadenses e foi provocada pelo grande desenvolvimento das tecnologias da informação. Nesse contexto, o objeto da arquivística, que, até então, na visão clássica europeia, era o arquivo/ documento foi substituído pela informação arquivística, ou informação registrada orgânica. (FONSECA, 2005, p. 58).

Com a revolução científica na arquivologia e sua nova concepção como ciência da informação, pode-se afirmar que o seu objeto de estudo não está mais atrelado aos diferentes suportes, nem às edificações de arquivo, e sim procura a valorização das informações contidas nos documentos, ou seja, informações registradas e acumuladas de forma orgânica por uma pessoa ou instituição no curso de suas funções e atividades.

Fonseca, em sua obra, traz as considerações de Cook (1997) em relação às mudanças que deverão orientar os estudos necessários à evolução da arquivologia em um mundo pós-moderno. Uma delas, citada abaixo, refere-se ao arquivista como agente de preservação da memória.

Os arquivistas evoluíram de ascéticos e frios guardiões de uma herança documental para se transformarem em agentes intervenientes, que determinam padrões de preservação e gestão, selecionando para preservação somente uma minúscula parcela do grande universo de informações registradas. Os arquivistas se transformaram em ativos construtores de suas “casas de

memória”. Assim, devem estar sempre atentos ao exame de suas políticas nos processos de criação e formação da memória arquivística.²

De acordo com Rousseau & Couture, a faceta cultural da arquivística está relacionada ao conceito de memória, pois o arquivista contemporâneo, como gestor da informação, tem o poder de estabelecer o que vai constituir a memória de uma instituição ou organização³.

Memória, segundo Le Goff (2003, p. 419), refere-se à “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

O conceito de memória de Lodolini é interessante, pois o relaciona com os arquivos, demonstrando a necessidade que o homem e as instituições possuam, desde o início dos tempos, de registrar sua memória, revelando que, sem esses indícios, seria impossível se conhecer o passado.

Desde a mais alta Antiguidade, o homem sentiu a necessidade de conservar a sua própria “memória”, primeiro sob a forma de graffiti e de desenhos, e finalmente, graças a um sistema codificado, isto é, com símbolos gráficos correspondentes a sílabas ou letras. A memória, assim registrada e conservada, constituiu e constitui ainda a base de toda e qualquer atividade humana. A existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem arquivos. A própria vida não existiria, pelo menos sob a forma que conhecemos, se não houvesse o ADN, isto é, a memória genética registrada nos “arquivos” primordiais.⁴

Bellotto nos apresenta a diferenciação entre memória e história, ressaltando a afirmativa de que a memória é matéria-prima para se escrever a história.

² FONSECA, op.cit., p. 64 apud COOK, 1997, p.26.

³ ROUSSEAU & COUTURE, 1998, p. 47.

⁴ LODOLINI, 1989 apud ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 34.

A memória de uma cidade, de um fato, de uma entidade ou de um tema não é sua história. Isso precisa ficar bem claro: não se trata de um novo nome para o que sempre se chamou de história. Se a história é hoje um resultado de uma interação entre documento, documentado e historiador, a memória em si mesma prescinde dessa voz e dessa verificação do historiador. É nesse sentido que se evocou a assertiva de José Honório Rodrigues. Ele afirma ser a memória um banco de dados, enquanto a história é uma análise crítica interpretativa.⁵

As considerações de Bellotto aproximam-se da afirmação de Jacques Le Goff (2003, p. 49) que diz “a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica”.

O arquivista contemporâneo tem como objeto de trabalho a informação arquivística, em contraponto ao que postula o conceito tradicional, que designa, como objeto de trabalho, o documento. Dentro dessa nova ótica, é privilegiada a informação orgânica, que se refere à informação acumulada pertencente a uma pessoa física ou jurídica.

O reconhecimento da informação, como objeto da arquivística, possibilitou a ampliação do que pode ser considerado documento de arquivo como microformas⁶, documentos audiovisuais, eletrônicos e sonoros. Essa mudança ocorreu, principalmente, devido ao advento da informática.

Nessa nova realidade, o conceito de arquivo, segundo Lopes (2000, p.33), é:

1. Acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos registrados em suporte convencional ou em suportes que permitam a gravação eletrônica, mensurável pela sua ordem binária (bits); 2. Produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico, artístico ou científico, independente de suas idades e valores intrínsecos.

⁵ BELLOTTO, 2004, p. 274.

⁶ Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 123), microforma é o termo genérico para designar todos os tipos de suporte contendo microimagens.

A revolução documental ocorrida nas últimas décadas, somada ao destaque que a imagem assumiu no mundo contemporâneo, deu ênfase à fotografia, assim como aos postais, diapositivos, películas e vídeos, que são tratados, a partir de então, como documentos, servindo como fonte significativa para o conhecimento do passado, embora alguns autores afirmem que ainda não com o *status* de documento textual.

Segundo Kossoy (2002, p. 31), a fotografia é definida,

como uma representação a partir do real. Entretanto, em função da materialidade do registro, no qual se tem gravado na superfície fotossensível o vestígio/aparência de algo que se passou na realidade concreta, em dado espaço e tempo, nós a tomamos, também, como documento do real, uma fonte histórica.

Nesse sentido, a fotografia é o testemunho que contém evidências sobre algo, que se encontra entrelaçado ao processo de criação do fotógrafo, podendo oferecer provas de uma realidade que intencione apresentar. A imagem fotográfica é um instrumento fundamental para a preservação da memória visual de uma infinidade de eventos, personagens, objetos, cenários e transformações ocorridas no mundo. Com a ausência desses registros, o estudo do passado seria prejudicado e, muitas vezes, tornar-se-ia de difícil compreensão.

Assim sendo, a preservação de fotografias é um elemento primordial a ser considerado em uma instituição arquivística ou cultural, por ser um documento que possui uma química complexa, que o torna mais sensível que os outros suportes documentais, associado ao problema causado pela diversidade e variações ocorridas durante o processamento fotográfico, há dificuldade de conservação desse tipo de acervo. Porém, existem ações que, em detrimento das dificuldades encontradas, poderão contribuir para salvaguarda do documento fotográfico. As principais ações se referem ao manuseio, higienização e armazenamento apropriados, acondicionamento em material de qualidade, reprodução dos originais por meio da digitalização e o controle da umidade e da temperatura do ambiente de armazenamento.

Em relação ao conceito de preservação, Silva (2008, p.75) chama a atenção para a definição apresentada no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 135) que define o termo como “Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio do adequado controle ambiental e/ ou tratamento físico ou químico”. Essa definição, de acordo com Silva, é limitada, pois remete à idéia de preservação somente como conservação-restauração de documentos arquivísticos, em detrimento do sentido mais amplo e abrangente, como mundialmente tem sido considerada a preservação, ou seja, “um conjunto de decisões estratégicas, que envolve opções políticas e tecnológicas, como, por exemplo, a reformatação de suporte por meio da microfilmagem e da digitalização”.

Silva (2008) ainda traz, em seu texto, a declaração de Conway, que reflete muito bem a nova tendência mundial para a conceituação de preservação, quando diz que:

A preservação, hoje, é uma noção que abarca inúmeras políticas e opções de ação, inclui os tratamentos de conservação, a aquisição, a organização, a distribuição e a operacionalização de recursos humanos, financeiros e materiais para a devida proteção às fontes de informação, com o objetivo de retardar o início da deterioração e de renovar a possibilidade de utilização dos acervos dentro do que chama de gerenciamento de preservação. A preservação se preocupa com os suportes, mas em função do seu uso e conteúdo intelectual.⁷

Outro aspecto, que necessita de atenção, é o acesso à informação/documento, finalidade principal da gestão de arquivos e que pode ser otimizada por meio de outra função arquivística, a difusão.

Para Blaya Perez (2005, p.7), o processo de difusão ou divulgação é definido como “ato de tornar público, de dar a conhecer o acervo de uma instituição assim como os serviços que esta coloca à disposição de seus usuários”. Muito pouco adianta um arquivo fotográfico organizado, descrito e preservado dentro dos padrões contemporâneos adequados para fotografias, se não houver sua disponibilização ao administrador, ao cidadão e ao historiador.

⁷ CONWAY, 2001, p.14 apud SILVA, 2008, p. 75.

Definidos os conceitos, importa comentar, ainda, que o **objeto de estudo** desta pesquisa, o acervo fotográfico do CHCP, surgiu de uma necessidade prática encontrada no desenvolvimento das atividades profissionais de arquivista no Centro Histórico Coronel Pillar.

Para uma melhor compreensão do universo de pesquisa deste trabalho, será apresentado, sucintamente, o histórico do Centro Histórico Coronel Pillar – CHCP, assim como as ações empreendidas no sentido de promover a preservação e o acesso aos documentos.

O CHCP é uma instituição cultural militar, de natureza pública, que e tem como missão, a pesquisa, a preservação e a difusão da memória e história da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria, em especial do 1º Regimento de Polícia Montada “Regimento Coronel Pillar” – 1º RPMon. O CHCP tem, sob sua custódia, um acervo com aproximadamente 4.000 fotografias em suporte papel, com data limite que inicia no final do século XIX e se estende até os dias atuais, que registram as atividades e personalidades que fizeram parte da trajetória da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria. Esse acervo necessita de procedimentos técnicos no que diz respeito a sua conservação, guarda, organização, acesso e difusão.

O CHCP foi criado, em 1998, por iniciativa do então capitão Worney Dellani Mendonça e do 1º sargento Renato Adolfo Morales da Silva com o apoio do comando do 1º RPMon., pelo entendimento de que a memória da Brigada Militar e da Unidade deveriam ser preservadas. Inicialmente, a previsão era que não seria necessária a contratação de funcionários para trabalhar no CHCP. Essa atividade seria realizada, de forma voluntária, por elementos da própria força ativa e pelos “julgados incapazes para o policiamento”. Porém, a falta de pessoal especializado se tornou um obstáculo para a continuidade das atividades do CHCP, pois havia a necessidade de conhecimento técnico especializado para o tratamento, manutenção, higienização e controle do acervo existente.

O acervo, sob a guarda do CHCP, naquele momento, era composto de objetos tridimensionais, documentos arquivísticos (textuais, audiovisuais) e documentos bibliográficos, não havendo tratamento específico para acervos de características e naturezas tão diversas, que se encontravam em precárias condições. Havia, apenas, o

consenso de que se tratava de um material valioso para a preservação da memória da instituição.

Em 2002, o quadro funcional do 1º Regimento passou a contar com uma arquivista e uma especialista em museologia, para as quais foram delegadas as responsabilidades técnicas do Arquivo e do Museu do CHCP, que, de forma conjunta, elaboraram o Regimento Interno do CHCP, estabelecendo as diretrizes básicas para as ações de cada área, tendo como premissas a preservação, a pesquisa, a conservação do acervo e a divulgação da história e da trajetória da Brigada Militar de Santa Maria, em especial, do legendário 1º Regimento.

O CHCP, desde então, buscou convênios com universidades públicas e privadas de Santa Maria, visando atingir seus objetivos e metas. O curso de Arquivologia da UFSM foi uma parceria fundamental, pois, desde o ano de 2002 desenvolveu projetos para a implementação de políticas arquivísticas no 1º Regimento, com vistas a dar tratamento às informações arquivísticas desde a origem até o destino final, agrupando as funções da gestão de arquivos: produção, classificação, avaliação, descrição, conservação, aquisição e difusão. Em 2004, essa parceria foi formalizada com o projeto de extensão: Arquivística Integrada Aplicada aos Arquivos do 1º Regimento de Polícia Montada “Regimento Coronel Pillar”.

No mês de outubro de 2005, o CHCP obteve aprovação, na Lei de Incentivo à Cultura do Estado RS, do Projeto de Modernização do Centro Histórico Coronel Pillar, que teve como objetivo geral modernizar e organizar o CHCP, contribuindo com a preservação e a recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Estado do RS. Esse projeto viabilizou a aquisição de mobiliário, materiais e equipamentos para a organização do acervo fotográfico e também para a realização das atividades de implementação de políticas arquivísticas e museológicas na instituição.

Porém, é premente um estudo criterioso e pormenorizado para a realização das ações no sentido de dar um tratamento arquivístico contemporâneo às fotografias, visando, principalmente, ao acesso e, em conseqüência, à preservação da memória da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria.

A Brigada Militar sempre teve presença ativa e decisiva no desenrolar dos fatos que marcaram a história do Rio Grande do Sul, do Município de Santa Maria e região,

haja vista seu passado de lutas e serviços prestados à comunidade, onde sempre buscou a ordem pública, a defesa dos cidadãos e a preservação do patrimônio. Na região centro do Estado do RS, está a Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria que delegou ao Centro Histórico Coronel Pillar a missão de pesquisar, preservar e difundir sua memória e história.

A **justificativa** do desenvolvimento desse estudo fica por conta da contribuição que o mesmo traz para a organização de acervos fotográficos públicos e até mesmo privados que carecem urgentemente da implantação de políticas arquivísticas em suas instituições, além do retorno social à comunidade de Santa Maria e região, pois o acervo fotográfico, sob a guarda do CHCP, é referencial histórico que contribui para uma retomada da identidade regional e local, inclusive da identidade da própria instituição policial militar. A população de Santa Maria sempre se lembra do 1º Regimento quando se trata de segurança e ordem, porém, além disso, o mesmo se integra, de forma exemplar, com a sociedade, por meio do Centro Histórico Coronel Pillar, promovendo exposições, visitas mediadas, acesso à fontes primárias e eventos que objetivam um maior conhecimento, por parte do público, de sua história, atividades e atribuições.

Delimita-se, dessa forma, o **problema de pesquisa**, o qual fica assim definido: Como desenvolver a preservação e a difusão da memória da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria a partir do acervo fotográfico do CHCP?

Esta pesquisa apresenta o seguinte pressuposto: O acervo fotográfico do Centro Histórico Coronel Pillar consiste em um recurso eficiente para a preservação e difusão da memória da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria.

Portanto, na busca de respostas para o problema proposto, expõe-se como **objetivo geral** desta pesquisa produzir um catálogo seletivo de fotografias, a ser publicado na internet, por meio da implementação de políticas arquivísticas de classificação (arranjo), descrição, conservação e difusão no acervo fotográfico do CHCP do período de 1955 a 1974, referente a atuação do Regimento de Polícia Rural Montada da Brigada Militar (RPRMont.) e, como **objetivos específicos**, estudar a história e a trajetória da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria, especialmente a atuação do Regimento de Polícia Rural Montada, a qual se deu de 1955 a 1974, com a

finalidade de contextualizar as imagens fotográficas do acervo do CHCP; realizar um diagnóstico do acervo fotográfico, mediante um levantamento detalhado da situação do mesmo, seu estado de conservação, características de deterioração, formatos, identificação do processo fotográfico utilizado e da estrutura (materiais do suporte, ligante e substância formadora da imagem); organizar o acervo fotográfico do CHCP, por meio da definição do arranjo, higienização, descrição e acondicionamento das fotografias, referentes ao período e temática delimitados para a pesquisa, sendo que a atividade de descrição abarcará somente as imagens selecionadas para o catálogo eletrônico de fotografias; proceder à reprodução das fotografias, digitalizando as imagens, com vistas a desenvolver um Banco de Imagens, facilitar o acesso e restringir o manuseio dos originais, contribuindo para a preservação das fotografias; analisar⁸ e selecionar as imagens que farão parte do catálogo eletrônico de fotografias; implementar uma base de dados do acervo imagético digitalizado.

A pesquisa realizada é do tipo descritiva com uma abordagem qualitativa, pois foram buscados dados relacionados às características do acervo fotográfico do CHCP por meio de um levantamento minucioso. Tal abordagem se justifica pela investigação realizada a partir dos dados coletados para implementação das políticas arquivísticas no referido acervo. Tornam-se, assim, elucidativas as considerações de Minayo em relação a essa abordagem:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.⁹

Nesse sentido, esta pesquisa tem características de **estudo de caso** que trata de uma modalidade de pesquisa que “consiste no estudo profundo e exaustivo de um

⁸ Organização de seqüências lógicas para facilitar o entendimento das fotografias, bem como a contextualização histórica da corporação e o seu papel na sociedade.

⁹ MINAYO, 1994, p.21.

ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2002, p. 54). A abordagem de estudo de caso esteve combinada metodologicamente com pesquisa bibliográfica, documental e de campo, bem como com a observação direta.

Como se pode vislumbrar, a concretização desses objetivos proporcionará a implementação de políticas arquivísticas contemporâneas no acervo fotodocumental em questão, culminando com a produção de um catálogo eletrônico, que deverá ser disponibilizado na Internet, no sítio da Brigada Militar. As fotografias que constarão no catálogo foram selecionadas no decorrer do estudo e representam imagens significativas da trajetória da Brigada Militar de Santa Maria e Região, em especial, do Regimento de Polícia Rural Montada.

Salienta-se, ainda, um dos objetivos específicos deste estudo, ou seja, o que diz respeito à reprodução do acervo fotográfico por intermédio da digitalização. Depois de digitalizadas, as imagens podem ser trabalhadas, acessadas e impressas com maior rapidez e facilidade, o que é fundamental para o desenvolvimento das atividades do CHCP, principalmente as que se referem à pesquisa e à organização de exposições. O emprego do processo de digitalização tem por finalidades a segurança e o cuidado em reduzir o manuseio dos originais, objetivando, assim, estender sua durabilidade. O acesso às imagens e às informações estimulará a pesquisa, promovendo a melhoria da educação científica, possibilitando sua utilização como fonte para pesquisadores de diversas áreas, bem como estreitará o vínculo entre o CHCP e o público policial militar, fortalecendo sua identidade cultural militar.

Por conseguinte, acredita-se na **relevância deste estudo em um Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural**, visto que o problema de pesquisa apresentado foi fruto de inquietações e necessidades profissionais arquivísticas surgidas no desenvolvimento das atividades do CHCP, primordialmente, as que concernem à preservação e ao acesso ao patrimônio documental iconográfico, pois se sabe que o trabalho com acervos fotográficos demanda muitos desafios e que somente um estudo mais acurado, como o que o Mestrado proporciona, poderá dar conta.

A Dissertação está estruturada em seis capítulos, sendo o primeiro a **Introdução**. O segundo capítulo, **A Brigada Militar, o 1º Regimento e a Guarnição de**

Santa Maria, discorrerá sobre a História da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de delinear a trajetória dessa instituição quase bicentenária, bem como circunstanciar a criação do 1º Regimento e sua importância para a Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria. O terceiro capítulo, intitulado **Os Abas Largas: tropa de elite da Brigada Militar**, tratará sobre o período compreendido entre 1955 e 1974, o qual abrange a fase de transição sofrida pela Brigada Militar, iniciada a partir da década de 30, e que, em meados da década de 50 toma iniciativas decisivas rumo ao policiamento ostensivo com a criação do Regimento de Polícia Rural Montada. O quarto capítulo, **Memória e fotografia**, busca estabelecer uma reflexão acerca da memória, e, a partir daí, fundamentar e ressaltar a importância da documentação imagética, especialmente, a fotografia, como fonte documental relevante para a preservação da memória. Para tal objetivo, foi elaborada uma revisão bibliográfica, recorrendo-se a obras de autores que têm dedicado suas pesquisas e reflexões sobre temas como a Memória e a Fotografia. O quinto capítulo, **Uma metodologia para o tratamento do acervo fotográfico do CHCP**, apresenta os procedimentos metodológicos que serão utilizados para o tratamento do acervo fotográfico do CHCP. E, finalmente, no sexto capítulo, será apresentada a **Conclusão**, na qual constarão as considerações finais e os resultados alcançados.

2 A BRIGADA MILITAR, O 1º REGIMENTO E A GUARNIÇÃO DE SANTA MARIA¹⁰

Este capítulo pretende discorrer sobre a história da Brigada Militar do Rio Grande do Sul buscando enfatizar sua relação com a história Platina, evidenciando por meio da historiografia, previamente selecionada, a influência que os fatos e acontecimentos ocorridos no Ambiente Platino tiveram na formação da referida Força Pública Estadual, e assim delinear a trajetória desta instituição que caminha para o seu bicentenário, assim como contextualizar a origem do 1º Regimento e sua importância para a guarnição da Brigada Militar de Santa Maria.

Atualmente, a Brigada Militar é uma organização policial militar, vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que tem como missão principal a execução do policiamento ostensivo, com a finalidade de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, bem como o exercício dos poderes constituídos.

Desde a sua criação, essa instituição policial militar tem um currículo extenso de serviços prestados ao povo rio-grandense. Currículo esse que data de um período eminentemente bélico, que o Estado vivenciou quando da sua formação.

Com o objetivo acima enunciado, recorreu-se a uma seleção de produções historiográficas de autores rio-grandenses que abordaram a temática da história Platina, história do Rio Grande do Sul e a construção da identidade regional, assim como a história da Brigada Militar.

¹⁰ O conteúdo desse capítulo foi publicado na Revista Unidade – Revista de Assuntos Técnicos de Polícia Militar da Brigada Militar, Porto Alegre, n. 68, maio-dez. 2010, sob o título Entre conflitos e revoluções: o surgimento da força pública estadual.

O roteiro deste capítulo está estruturado em quatro tópicos. O primeiro sob o título de **Antecedentes**, busca circunstanciar o envolvimento da história platina com o surgimento da força pública estadual sul-rio-grandense a partir dos acontecimentos que antecederam à sua criação em 1837, primeiramente como Corpo Policial. O segundo, **A Gênese da Força Estadual: O Corpo Policial e seu Contexto**, pretende esboçar o panorama e a seqüência de acontecimentos e fatores que culminaram na criação do Corpo Policial, unidade embrionária da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. O terceiro tópico, denominado **Brigada Militar Gaúcha: Uma Força a Serviço da República**, discorre sobre as razões e implicações que culminaram na transformação da, então, Guarda Cívica em Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul e, finalmente, o quarto tópico intitulado **O 1º Regimento e a Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria - GuBM/SM** que contextualiza a criação do 1º Regimento de Cavalaria, hoje 1º Regimento de Polícia Montada, denotando a importância dessa Unidade para a GuBM/SM.

2.1 Os antecedentes

Na busca de um envolvimento da história platina com o surgimento da força pública estadual sul-rio-grandense, faz-se necessário que se conheçam os acontecimentos que antecederam à sua criação em 1837, primeiramente como Corpo Policial, e após várias transformações estruturais e alterações de denominação assumiu a atual estrutura e a denominação de Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

No intento de trazer à luz a contextualização histórica da formação do Estado do Rio Grande do Sul, e nele encontrar as razões e implicações que contribuíram para a formação da Brigada Militar, são bastante pertinentes as considerações de Padoin (2001)¹¹ em seu livro *Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*, no qual, no primeiro capítulo intitulado *A História Platina e o Federalismo*, a autora nos

¹¹ Obra que foi resultado parcial da tese de doutorado de Maria Medianeira Padoin, defendida na UFRGS em 1999.

traz, de uma forma sucinta e clara, o enredo que compôs as origens da formação deste Estado.

Segundo Padoin (2001, p. 15), no século XVIII, o espaço fronteiriço platino, especialmente as zonas de colonização portuguesa e espanhola foram palcos de inúmeros conflitos e guerras civis pela disputa de territórios e de poder, sendo também do interesse de nações como a Inglaterra.

No século XVI, após grande resistência da população indígena que ali vivia, os espanhóis foram os primeiros europeus a se instalarem nessa região, com a criação das missões jesuíticas, trazendo o gado cavalariço, e, posteriormente o bovino, que procriou e aumentou desgovernadamente, sendo, então, organizadas pelos jesuítas imensas vacarias, nas quais foram empregados como mão-de-obra, os indígenas, por serem hábeis ginetes e caçadores do gado selvagem.

No fim do século XVII e começo do século XVIII, aconteceu uma crescente peculiaridade na região, assim como em sua população. Devido ao aspecto econômico, houve interesse pela caça do gado, por parte de espanhóis, portugueses e indígenas, para utilização desses animais como transporte ou para o abate e retirada do couro e sebo. A interação entre esses povos resultou em modificações sociais e culturais, especialmente entre os nativos da terra.

Na busca pelo gado, que se encontrava espalhado pelo território, os homens, muitos deles desertores dos exércitos português e espanhol, fugitivos da justiça e negros, acabavam por se misturar aos indígenas, surgindo então o mestiço, um novo elemento social que passou a ser chamado de gaúcho ou gaudério.

Padoin (2001, p. 17) ainda nos relata que o grande interesse português pela Região Platina, resultou, no ano de 1680, na fundação da Colônia do Sacramento, tendo em vista o controle da margem do Rio da Prata, as terras da Banda Oriental e a Capitania Del Rei e assim assegurar o contrabando e o comércio de escravos entre o Brasil e Buenos Aires. Movidos por tais interesses econômicos, os impérios português e espanhol fundaram fortificações, sendo que Portugal fundou fortes na cidade de Rio Grande, em 1737, e a Espanha, entre outros, fundou um forte em Montevideu no ano de 1727, além de estimular o estabelecimento das reduções jesuíticas dos Sete Povos.

Reichel (2006) corrobora com as afirmações de Padoin (2001) acrescentando que, no espaço fronteiriço da Região Platina, os conflitos foram constantes durante todo o período colonial, e os avanços e recuos dos limites divisórios dos Impérios português e espanhol marcaram seus habitantes tanto nos tempos de guerra como nos de paz, levando-os a perceber a fronteira como uma possibilidade de estabelecer redes de trocas, contatos, de concretizar desejos, de reagir a dificuldades.

Desde o final do século XVII e ao longo do XVIII, a região da campanha viu-se envolvida na disputa territorial travada por portugueses e espanhóis, ocasionando escaramuças, sitiamentos, confiscos de mercadorias, contrabando, formação de milícias e construções de fortes.

Com a intensificação das disputas pelas terras da zona fronteiriça, por sua riqueza ganadeira, “As duas Coroas militarizaram a área, construindo fortes, destacando milícias de soldados e guardas de fronteira”¹².

Também nessa direção Simões¹³ tece as seguintes considerações:

Nessa tendência progressiva do domínio português em direção ao Sul, a 15 de fevereiro de 1737, adentrou no canal de Rio Grande a famosa expedição do Brigadeiro José da Silva Paes. Era o marco inicial da ocupação e povoação oficial do Rio Grande do Sul. Materializando-se esta investida com a fundação do Presídio Jesus-Maria-José.¹⁴

De acordo com o autor, essa expedição representa o surgimento das primeiras organizações militares e policiais militares do Rio Grande do Sul, pois a mesma era composta por 254 homens, dentre os quais estavam 37 Dragões, que mais tarde formaram o Regimento de Dragões de Rio Pardo, uma organização que tinha como missão a defesa do território Rio-grandense e a execução de atividades de preservação da ordem pública.

¹² Reichel (2006, p. 50)

¹³ Moacir Almeida Simões é oficial da Brigada Militar do RS.

¹⁴ SIMÕES, 2002, p. 14.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, ocasionou uma série de mudanças, a fim de dar conta dessa nova realidade. No tocante às questões de segurança, figurou a busca pela solução de problemas relacionados às atividades de policiamento, conforme afirma Mariante:

Uma das inovações que a transferência da Corte trouxe para o Brasil foi a criação, por Alvará de 10 de maio de 1808, da INTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA DA CORTE, e, logo a seguir, da GUARDA REAL DE POLÍCIA, que concorreram para desobrigar o Exército, em parte, da função policial na capital do País.

Nos outros pontos da nação as milícias são reajustadas e foram organizados **Corpos de Caçadores a Pé**, as **Legiões** de São Paulo, Baía, Ceará e Piauí, datando da estada de D. João VI no Brasil a criação de **pedestres, dragões, pretos, pardos, polícias e milícias** na Baía, Rio Grande do Sul, Ceará, Goiás, Mariana e Ouro Preto.¹⁵

As questões militares, no que tange à segurança e à defesa do território, se faziam cada vez mais presentes, principalmente em momentos de tensão, como o ocorrido na região platina, que, segundo Pesavento (2002), aconteceu em 1825, quando a Banda Oriental se revoltou contra o domínio do Brasil naquela região, por meio da Guerra Cisplatina, obrigando o Rio Grande do Sul, mais uma vez, a organizar-se em uma intensa campanha militar, que resultou em 1828 na assinatura de paz, tornando independente o Uruguai. Porém, para o Brasil essa perda significou prejuízos, já que o gado uruguaio foi destinado aos “saladeros” platinos e não mais às charqueadas rio-grandenses. Junto a isso, no decorrer da guerra, outros conflitos foram aparecendo, ressaltando cada vez mais as diferenças entre mandantes locais e os do centro do país.

¹⁵ MARIANTE, 1972, p. 40.

2.2 A gênese da Força Estadual: o Corpo Policial e seu contexto

Neste tópico, pretende-se delinear o panorama e a sequência de acontecimentos e fatores que culminaram na criação do Corpo Policial, unidade embrionária da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Ao final do primeiro quartel do século XIX, o clima do Império Brasileiro, recém formado, era de instabilidade política, a qual foi reforçada com a outorga em 1824, por D. Pedro I, da primeira Carta Magna do Brasil, que se revelou pela rigidez e pela centralização do poder nas mãos do Imperador.

A Carta Magna de 1824, conforme Simões¹⁶, centralizava nas mãos do monarca, como chefe do Poder Executivo, inclusive, a decisão sobre tudo que fosse concernente à segurança interna e externa do Império. Porém, a referida lei não fazia qualquer alusão à organização específica de polícia, o que significava que permanecia com o Exército a defesa da Nação, assim como a ele cabiam, por meio das Ordenanças e Milícias, os serviços de manutenção da ordem pública.

De acordo com Simões¹⁷, a abdicação de D. Pedro I, ocorrida no dia 7 de abril de 1831, e a instalação do Período Regencial promoveram o agravamento da atmosfera de conflitos de cunho marcadamente ideológicos no País, resultando em focos insurrecionais na cidade do Rio de Janeiro, com a insubordinação do 26º Batalhão de Infantaria e do Batalhão da Guarda Militar de Polícia, fatos que foram os antecedentes diretos da criação da Guarda Nacional, ocorrida em 18 de agosto de 1831.

O autor infere que a criação da Guarda Nacional aconteceu pela premência em constituir uma força digna da confiança dos responsáveis pela implantação do sistema regencial. Sendo a Guarda Nacional, portanto, um anseio da classe política dominante, que objetivava a restauração da ordem que se apresentava vulnerável, pois, naquele momento, verificava-se o fortalecimento de ideias republicanas, bem como a luta pela

¹⁶ SIMÕES (2002, p. 29).

¹⁷ Ibid, p. 32.

descentralização do poder, existindo, ainda, uma outra corrente, embora minoritária, que desejava a volta de D. Pedro I ao Brasil.

Segundo o mesmo autor, após a instalação do governo regencial, persistia a instabilidade política, apresentando sinais de piora da situação. Como medida para conter a crise, em que se destacavam as preocupações com a manutenção da ordem pública, a Regência acaba por sancionar o diploma legal em 10 de outubro de 1831, que regulamentava a organização de um Corpo de Guardas Municipais Permanentes no Rio de Janeiro, bem como autorizava os governos provinciais a procederem da mesma forma, servindo, então, como referência para a criação das polícias militares estaduais.

O autor considera que as Guardas Municipais Permanentes foram marcos importantes para o desenvolvimento e aprimoramento das forças encarregadas da segurança nas Províncias do Império, além de ser a primeira organização desse período com a missão específica de polícia e de adotar uma estrutura militar similar à das milícias.

Pesavento (2002) confirma que a insatisfação quanto ao monopólio central, somada à presença de um ideário federalista e republicano, não foi somente uma peculiaridade sul-rio-grandense, pois foi igualmente verificada em várias regiões brasileiras, onde ocorreram também rebeliões provinciais, como, por exemplo, a Confederação do Equador.

Entretanto, no Rio Grande do Sul, o acirramento dessas tensões resultou na eclosão da mais longa guerra civil experimentada no Brasil, a Revolução Farroupilha, que teve a duração de dez anos (1835-1845).

Vale salientar o que afirma Padoin (2006, p. 39-41) com relação à Guerra dos Farrapos, no sentido de que tal movimento revolucionário emergiu de interesses econômicos e políticos da aristocracia rural sulina que tinha como bandeira o federalismo, característica também detectada no espaço fronteiriço platino, onde, naquele interregno, o cenário registrava a instabilidade das províncias do Prata, que buscavam suas emancipações, sob a forma republicana. Constituíram, dessa maneira, um fator do processo de formação dos estados nacionais, que primeiramente lutavam para se tornarem independentes da Metrópole Européia e após, por meio de

enfrentamentos internos entre as elites, entre as regiões, pelo poder territorial, econômico e político.

De acordo com Pesavento (2002, p.38), no Rio Grande do Sul, a eclosão da Revolução Farroupilha deveu-se, entre outros motivos, à inconformidade dos gaúchos com a posição de “estalagem do Império” delegada pelo poder central, ou seja, à função de abastecimento de soldados, cavalos e alimentos nos tempos de guerras, sem que houvesse alguma indenização referente aos prejuízos causados pela desestabilização da produção sulina, assim como a discriminação em relação às autoridades locais, pois para o alto comando das tropas eram designados somente elementos do centro, embora, na realidade, fosse o Rio Grande do Sul que dava sustentação à guerra. As afirmações de Pesavento ratificam o potencial militar dessa região, que, por seu posicionamento territorial estratégico, teve, ao longo de sua história, que estruturar-se militarmente para dar conta da demanda de conflitos, disputas e enfrentamentos dos quais foi palco.

Mariante (1972 p. 58) tece considerações esclarecedoras de como estava o serviço policial no transcurso da Revolução Farroupilha, pois, durante o decênio da dita revolução, no Rio Grande do Sul coexistiram dois governos, o legal, comandado pelo Presidente da Província e subordinado ao Império, e o Revolucionário, comandado pelo Presidente da República Rio-Grandense recém-proclamada.

De acordo com o autor, o Império contava, para o serviço de policiamento, com os Municipais Permanentes, que por vezes se insubordinavam. Já os republicanos criaram a Força Policial do Estado, pelo visto não muito estruturada, pois ainda em 1838 não possuía regulamento e nem uniforme, haja vista o teor de uma circular da época que tinha por objetivo a nomeação de uma comissão para proceder a estudos nesse sentido.

Simões (2002, p.36) reforça as afirmações de Mariante¹⁸ quanto ao desprestígio do Império em relação aos Municipais Permanentes, pois era constantemente externada pelo governo provincial a necessidade da criação de uma força policial que desse conta da repressão à crescente criminalidade da época. O

¹⁸ Ibid., p. 58.

descrédito da Guarda Municipal Permanente por parte do Governo Imperial chegou ao ápice com a adesão da referida força ao movimento farroupilha.

Esse era o contexto da criação do Corpo Policial, instituído pela Lei Provincial nº 7 de 18 de novembro de 1837, tendo por fim auxiliar as justiças, manter a boa ordem da Capital e Comarcas, por meio de Destacamentos, não podendo ser distraídas deste serviço exceto no caso de invasão de inimigos. A referida Lei foi assinada pelo recém nomeado Presidente da Província como uma das primeiras providências de seu governo. Porém, sua efetiva organização ocorre em maio de 1841.

No que concerne à atuação do Corpo Policial, Rocha (1988, p.6) afirma que não há provas de que tenha sido empregado nos combates à Revolução Farroupilha, porém o autor comenta que no período foram organizadas três companhias, sendo duas em Porto Alegre e uma em Rio Grande, coincidentemente os municípios mais visados pelos revolucionários. Todavia, comprovadamente, parte do efetivo do Corpo Policial participou como voluntário das forças em operação no Prata na Guerra contra Rosas, em 1852.

O autor nos relata, ainda, que o Corpo Policial também esteve presente na Campanha do Paraguai, onde, primeiramente, em 1865, parte de seu efetivo foi incorporado ao 33º Batalhão de Voluntários da Pátria. Já em 1866, a totalidade do efetivo foi empregada junto ao 9º Batalhão de Voluntários da Pátria, que mais tarde foi transformado em 39º Batalhão de Voluntários da Pátria.

Segundo Mariante:

Este Corpo Policial é a semente que, com o correr dos tempos, vicejou como **FORÇA POLICIAL, GUARDA CÍVICA**, repetindo-se como **CORPO POLICIAL e GUARDA CÍVICA**, até tornar-se na frondosa árvore que é hoje a **BRIGADA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**.¹⁹

¹⁹ Ibid., p. 65.

2.3 Brigada Militar gaúcha: uma força a serviço da República

Para o desenvolvimento desse tópico são bastante pertinentes as considerações realizadas por Moraes em sua Dissertação de Mestrado intitulada *Guerra civil, modernidade e violência: a Brigada Militar na República Rio-grandense*, cuja defesa ocorreu em 2002. Nesse sentido, elencaram-se, a seguir, algumas passagens de seu trabalho que colaboram com o presente estudo.

Os anos 70 do século XIX foram marcados por transformações na sociedade, assim como na vida imperial brasileira, devido ao processo de modernização em curso causado pela influência capitalista no País, as quais proporcionaram uma maior racionalização do processo de produção, juntamente com um ideário positivista e republicano.

Quanto às transformações no plano político, somente aconteceram com a Proclamação da República, em 1889, fato que não recebeu total apoio, principalmente dos setores tradicionais da sociedade, resultando em conflitos armados no decorrer da implantação do novo sistema de governo²⁰.

No Rio Grande do Sul, o processo de consolidação da nova ordem foi fortemente traumático, haja vista que nos três primeiros anos o Estado teve dezesseis presidentes, trocas ocasionadas pela instabilidade vigente devido aos antagonismos políticos, representados por federalistas de um lado e castilhistas, de outro.²¹

O contexto de transformação da Força Pública Estadual de Guarda Cívica em Brigada Militar era de instabilidade política e de preparação para a guerra civil, “a Revolução Federalista”, em que se evidencia o momento da ruptura republicana presente na mudança do aparato coativo rio-grandense. No Império esse aparato era frágil; na República, já nos primeiros anos, nota-se uma mudança sensível: aumento do efetivo, melhores soldos e estratégias de identificação do soldado com a nova ordem. Júlio de Castilhos, líder republicano, e principal responsável pela organização da Brigada Militar, a fez com a intenção de normalização do poder durante o período de

²⁰ MORAIS, 2002, p. 68.

²¹ Ibid, p. 27.

estabilização da ordem republicana, e consequente consolidação da República no Estado do Rio Grande do Sul²².

O primeiro regulamento da Brigada Militar não deixa dúvidas quanto aos motivos de sua criação. Lê-se, em seu art. 6º, “À Brigada Militar, cuja ação se estenderá a todo o Estado do Rio Grande do Sul, incumbe zelar pela segurança pública, manutenção da República e do Governo do Estado, fazendo respeitar a ordem e executar as leis” (MARIANTE, 1972).

No que diz respeito à Revolução Federalista (1893 a 1895), faz-se pertinente para este estudo a lembrança de que as relações com o Espaço Fronteiriço Platino, mais uma vez, foram evidenciadas, especialmente com Uruguai, pois desse país advinha a ameaça de invasão arquitetada por estancieiros rio-grandenses, membros do Partido Federalista, apoiados por lideranças uruguaias como Gumercindo e Aparício Saraiva. Sendo a Revolução deflagrada no começo de 1893, quase que imediatamente depois da assunção de Júlio de Castilhos ao governo do Estado.

Igualmente, as afirmações de Moraes, acrescidas pelas de Décio Freitas, notabilizam a influência da realidade Platina, no processo de modernização rio-grandense defendido pelo castilhismo, por meio de ações administrativas sob a égide da ordem e progresso:

...o Rio Grande do Sul experimentou a dialética da modernização a partir das pressões crescentes do mercado e da cultura mundial e de seu impacto no espaço nacional, regional e platino. Logo, presenciamos a modernidade condicionando as mudanças. Segundo Décio Freitas: “tal como na Argentina e no Uruguai, os caudilhos do Rio Grande do Sul lutavam para sobreviverem, em meio às mudanças modernizadoras que operavam em seus países”.²³

²² Ibid

²³ MORAIS, 2002, p. 38 apud FREITAS, 1999, p.109.

2.4 O 1º Regimento e a Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria

O quadro delineado no tópico anterior expressa o cenário da criação do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, ocorrido em 10 de novembro de 1892, quando participou ativamente, da guerra civil que logo se iniciou, a Revolução Federalista. Seu 1º comandante, o Tenente Coronel Fabrício Baptista de Oliveira Pillar, tombou no Combate do Capão das Laranjeiras, em setembro de 1894. O 1º Regimento, como unidade da Brigada Militar, teve presença ativa e marcante em todos os momentos revolucionários do Rio Grande do Sul e, por inúmeras vezes, foi convocado a transcender as fronteiras do Estado, sempre buscando a ordem pública, a defesa dos cidadãos e a preservação do patrimônio.

O 1º Regimento sofreu, ao longo de sua existência, alterações em sua denominação. Em 1955, passou a denominar-se Regimento de Polícia Rural Montada, assumindo a guarnição de todo o interior do Estado, em uma ampla missão, que se estendia da ação policial preventiva e repressiva ao campo da ação educativa e assistencial junto à população rural, tendo destacada atuação no combate aos abigeatários. Nesse período, os policiais do Regimento ficaram conhecidos como os “Abas Largas”, cognome atribuído em razão da aparência do chapéu por eles utilizado. Em 1961, o Regimento de Polícia Rural Montada passa a chamar-se 1º Regimento de Polícia Rural Montada, tendo sua área de ação delimitada, sendo criados o 2º e o 3º Regimentos de Polícia Rural Montada.

Em 1970, a Organização Policial Militar passa a executar o serviço de policiamento ostensivo e em 1974 assume a sua atual denominação: 1º Regimento de Polícia Montada – “Regimento Coronel Pillar”.

O período de 1955 a 1974 encontra-se inserido em um momento de transição vivenciado pela Força Pública Gaúcha, no qual a mesma foi gradativamente abandonando as atividades de caráter bélico e assumindo as missões de polícia ostensiva. Este período distinguiu-se, especialmente na Região Centro do Estado, pelos prestimosos serviços da Polícia Rural Montada.

A importância do 1º Regimento para a Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria deve-se ao fato de ser uma unidade embrionária, pois esteve envolvido direta ou indiretamente no processo de criação e formação de todas as unidades da Brigada Militar da região, sendo importante ressaltar a afirmação de vários autores de que a história da Brigada Militar se confunde com a história do Rio Grande do Sul, assim como se pode afirmar também que a história da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria se confunde com a história do município de Santa Maria e região.

Em suma, a tentativa de tecer as relações entre a História Platina e o surgimento da Brigada Militar do Estado Rio Grande do Sul remete aos primórdios da formação deste Estado. Foi possível vislumbrar que o espaço fronteiriço platino, nos séculos XVII e XVIII, se apresentava como o palco no qual se desenrolavam as tramas vividas naqueles tempos, tornando-se, muitas vezes, difícil saber onde ficava a delimitação das zonas do domínio espanhol e do domínio português, pois foi um período marcado pelas indefinições de fronteiras e pelas disputas por território e poder. O acirramento desses enfrentamentos fez com que os Impérios Português e Espanhol se organizassem militarmente, fundando fortes, destacando milícias e guardas, tendo em vista a proteção das fronteiras.

As questões militares também se fizeram iminentes no Rio Grande do Sul, quando da eclosão do Movimento Farroupilha em 1835, que resultou na Proclamação da República Rio-grandense, como resposta do repúdio gaúcho ao centralismo do Império Brasileiro, sendo essa realidade emancipacionista, baseada no sistema de governo republicano, também verificada nas outras províncias do Prata.

Toda essa situação conflituosa suscitou nos Imperiais um melhor aparelhamento no que se referia à segurança e defesa do Estado, culminando na criação do Corpo Policial em 1837, cujas missões de polícia foram logo deixadas de lado devido à premência de seu emprego na Guerra do Paraguai.

Do Corpo Policial até a organização da Brigada Militar do RS em 1892, foram várias as reestruturações e denominações ocorridas na força estadual. Porém, a transformação mais substancial sofrida foi, com certeza, a implementada sob os auspícios do Castilhismo com a intenção de promover a consolidação da República no Estado do Rio Grande do Sul. Foi reorganizada a força pública estadual de forma que

se constituísse um verdadeiro Exército Estadual, primeiramente como um exército preparado para a guerra, ou seja, a Revolução Federalista que assolou o Rio Grande de 1893 a 1895 e, após o término da guerra, com capacidade para dar sustentação ao plano de governo republicano no Estado.

Igualmente, no período republicano, as relações com o Espaço Platino foram evidenciadas, pois foi do Uruguai que emergiu a Revolução Federalista, apoiada por líderes políticos daquele país, assim como os movimentos de modernização, experimentados nos países da Região Platina, refletiram no Rio Grande do Sul, servindo como modelo.

Portanto, a força pública estadual, hoje denominada Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, tem suas origens relacionadas ao envolvimento que este Estado teve, desde o princípio de sua formação, com os acontecimentos da Região do Prata. Porém o Espaço Fronteiriço Platino que historicamente tantos conflitos e pelejas gerou, também foi fator de trocas, e porque não dizer de união, devido às semelhanças que as relações de fronteira proporcionam.

Além disso, quando se fala de uma identidade sul-rio-grandense, logo se acorre à valentia do povo gaúcho, como guerreiro, que desde cedo empunhou armas, na defesa deste chão, remetendo à tradição militar do Rio Grande do Sul. De fato, a Brigada Militar, o 1º Regimento e as Unidades que ao longo dos tempos formaram a Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria, com sua folha de serviços prestados ao povo rio-grandense, só vêm reforçar esta identidade.

3 OS ABAS LARGAS: TROPA DE ELITE DA BRIGADA MILITAR

O propósito deste capítulo é apresentar uma narrativa acompanhada de fotografias sobre a trajetória do 1º Regimento de Polícia Montada referente ao período em que funcionou como Regimento de Polícia Rural Montada, de 1955 a 1974, tempo em que assumiu a missão especializada do policiamento rural, demonstrando, assim, a importância do acervo fotográfico do CHCP desse período que até o momento não tinha sido recuperado, evidenciado e divulgado por meio de um estudo mais aprofundado.

Até a metade da década de 50, a situação da população interiorana do Rio Grande do Sul era desesperadora. Longe de quaisquer recursos da cidade grande, enfrentava doenças, roubos e epidemias. Mais uma vez a Brigada Militar fora acionada, porque era chegado o momento da criação de uma verdadeira Tropa de Elite, que estivesse preparada para combater os ladrões de gado e para atender às diversas necessidades do gaúcho da zona rural.

Sendo o Regimento, a partir de então, chamado popularmente de Regimento “Aba Larga” e seus militares estaduais de “Abas Largas”, designações dadas em alusão ao chapéu de ampla aba que compunha o fardamento dos policiais rurais, o qual além de servir como símbolo de coragem e determinação, tinha a missão de identificar ainda mais a Brigada Militar com o povo gaúcho, transformando seu policial no “gaúcho fardado”.

Essa simbologia pode ser verificada nas palavras proferidas pelo tenente-coronel

Hanke, comandante da Polícia Rural Montada, na cidade de Alegrete em 1956²⁴: “o chapéu de abas largas será considerado na Força como um brasão em homenagem ao nosso primitivo gaúcho”, simbolismo, também, observado na ilustração intitulada “Tradicionalismo Brigadiano” de Osni Ribeiro Baptista a qual compôs a capa da Revista Unidade – Revista de Assuntos Técnicos de Polícia Militar nº 29, edição de janeiro a março de 1997 (Figura 01).

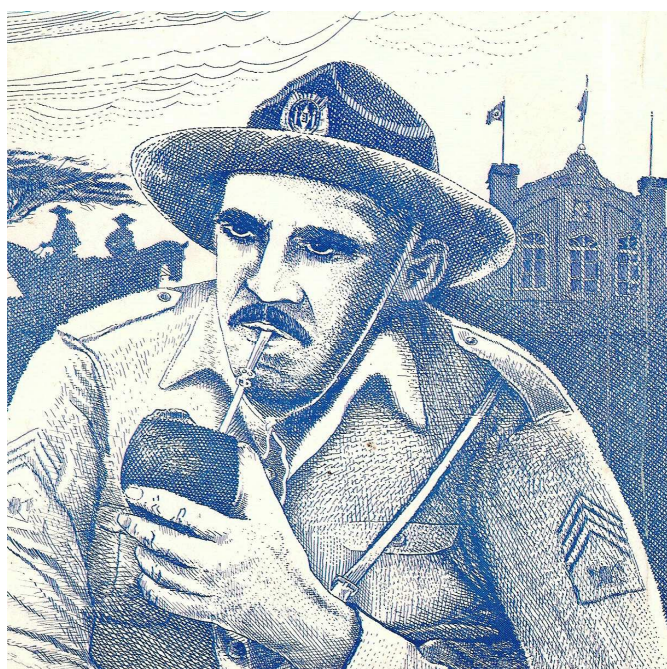


Figura 01 – Tradicionalismo Brigadiano
Fonte: Revista Unidade nº 29, 1997

Esse foi um período muito peculiar da história do 1º Regimento da Brigada Militar e da própria Corporação, momento em que a Força Pública rio-grandense, mais uma vez, reafirmou seu real valor, demonstrado em sua fase guerreira, que, em tempos de paz, esteve, mais uma vez, ao lado do povo gaúcho.

²⁴ Spalding, 1956, p. 57.

3.1 A semente do que viria a ser o Regimento de Polícia Rural Montada

Segundo Simões (2002), a Brigada Militar, mesmo modificando sua organização básica no ano de 1936, mantinha-se predominantemente militarizada, entretanto, foram dados os primeiros passos em busca de mudanças apropriadas aos novos tempos, que foram vivenciadas, ao longo de mais de trinta anos, e que, para alcançar os objetivos almejados, foram necessários, além da alteração da organização básica da instituição, investimentos em ensino e treinamento de seu efetivo.

As evidências da transformação pretendida tomaram forma a partir de 1947, durante o comando do coronel Walter Peracchi Barcellos, com a idealização do policiamento rural montado. Para tal iniciativa, foi designada uma comissão, composta por oficiais, para realizar estudos referentes a essa especialidade de policiamento, bem como conhecer experiências de organizações policiais internacionais, entre as quais, se destacou a Real Polícia Montada do Canadá, que serviu de inspiração para a proposta da Polícia Rural Montada da Brigada Militar.

A justificativa para a implantação dessa nova modalidade de policiamento ficou por conta dos problemas desde há muito tempo detectados na área da segurança pública da região rural do Estado do Rio Grande do Sul, entre eles o abigeato e o contrabando praticado principalmente na região fronteira, o que constituía uma das mais graves e crônicas dificuldades do Estado. O projeto foi encaminhado à apreciação do Governador do Estado em outubro de 1948, porém, mesmo com uma ampla fundamentação em defesa da criação de um Regimento de Polícia Rural Montada, a iniciativa não logrou aprovação, tendo como uma das razões o elevado custo financeiro para levar a cabo a efetivação do projeto.

Entretanto, o comandante geral, coronel Peracchi, resolveu, por meio do Boletim nº 3 de 08 de fevereiro de 1950, organizar, de forma precária, um esquadrão de polícia rural montada. Peracchi Barcellos conhecia muito bem a importância de tal intento, uma vez que eram comuns as reclamações provenientes de todo o interior do Estado, quanto à situação aflitiva das populações interioranas que enfrentavam as mais diferentes adversidades porque se encontravam abandonadas à própria sorte em

relação à segurança pessoal e dos seus bens, como demonstra o trecho de um relatório arquivado no Museu da Brigada Militar²⁵:

A cidade de Cacequi era o Q.G. dos bandoleiros profissionais e o centro das negociatas de animais furtados. Ali eram vendidos rebanhos inteiros, intermediados por fazendeiros, marchantes e autoridades desonestas.

No interior, os municípios eram desprotegidos, sem a menor segurança e entregues aos bandoleiros que investiam contra as fazendas, na presença dos proprietários, sem condições de reagirem. Caso contrário, retornavam mais tarde atirando contra tudo e contra todos, como forma de intimidação. Algumas vezes, mataram famílias inteiras, como ocorreu na estância do Dr. Morais e na de Homero Chagas, no distrito de Catuçaba.

O Esquadrão de Polícia Rural Montada, inicialmente, ficou subordinado ao Estado Maior da BM e atuou nos municípios de Alegrete, São Francisco de Assis, Quaraí, Rosário do Sul, São Gabriel, Bagé, Cachoeira do Sul, Herval e Dom Pedrito. A criação dessa fração figurou como o primeiro passo para a transformação da BM rumo ao policiamento. Inicialmente, a sede do esquadrão foi na cidade de Santa Maria, posteriormente, em 22 de abril de 1952, passou a denominar-se Esquadrão Especial de Polícia sendo-lhe atribuída outra missão, pertencendo organicamente ao Regimento Bento Gonçalves.

3.2 A transformação do guerreiro 1º Regimento de Cavalaria em Regimento de Polícia Rural Montada

O certo é que todo o esforço apresentado no subtítulo anterior não foi em vão, pois com ele estava semeado o policiamento rural através da criação do Regimento de Polícia Rural Montada, como bem colocou Mariante:

²⁵ LOPES SOBRINHO, 1998, p.300.

E a semente não foi lançada em terra sáfara.
 Teve uma germinação um tanto longa, como só acontece com a germinação das árvores grandiosas.
 Foi o tempo necessário para a pequena semente adquirir mais vigor, a fim de se transformar em árvore forte, para resistir aos temporais, e a copada, para abrigar a sua sombra aqueles a quem se destinava.²⁶

Em 03 de fevereiro de 1955, assumiu o comando da Brigada Militar o coronel Ildefonso Pereira de Albuquerque, o qual se distinguiu pela transformação do 1º Regimento de Cavalaria (Regimento Coronel Pillar) em Regimento de Polícia Rural Montada, tendo como modelo a Real Polícia Montada do Canadá, conforme as aspirações de seu antecessor, o coronel Peracchi. A modificação foi formalizada pela Lei nº 2.740, de 29 de novembro de 1955.

Naquele momento, 1955, no velho 1º Regimento, a ordem era a operacionalização das mudanças necessárias para as novas lides assumidas, tarefas que envolveram desde o seu comandante, o tenente-coronel Max Herbert Hanke, até o soldado mais recentemente incluído na Unidade, conforme as palavras de Mariante:

Parecia que um tufão permanente abalava a velha praça de guerra. Oficiais, sargentos, cabos e soldados, amalgamados com cavalos, armas, livros, códigos e, sobretudo, com idealismo, dia e noite, noite e dia, procuravam dar forma à ideia, dar alma ao corpo e mostrar ao seu povo o quanto pode a força de vontade.
 Os clarins, a todo o instante, lançavam, aos quatro ventos, os vibrantes acordes de trabalho e mais trabalho, contagiando a tudo e a todos.²⁷

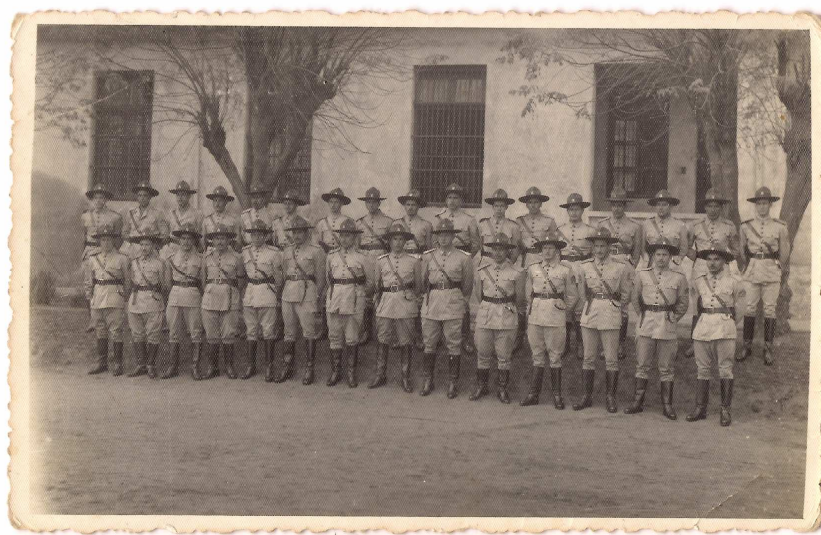
A instalação do Regimento de Polícia Rural Montada – RPRMont. aconteceu somente em 30 de setembro de 1956, em ato solene, organizado em Santa Maria na Rua do Acampamento, e contou com a presença de autoridades civis, militares e religiosas, assim como com grande parte da população santa-mariense, entre as

²⁶ MARIANTE, 1956, p.4.

²⁷ Ibid.

autoridades presentes, destacaram-se o engenheiro Ildo Meneghetti, Governador do Estado do RS, o general do Exército Edgar Amaral, comandante da Zona Militar do Sul, o coronel Walter Peracchi Barcellos, secretário dos negócios do interior e justiça e o coronel Ildefonso Pereira de Albuquerque, comandante geral da BM. Nessa ocasião o tenente-coronel Max Herbert Hanke (Fotografia 01), comandante do RPRMont., passou em revista pela primeira vez os “Abas Largas” que, após, desfilaram pelas ruas de Santa Maria, sendo então, aplaudidos entusiasticamente pela população que lotou completamente os locais por onde passaram.

Concluída a cerimônia de instalação do RPRMont., foi oferecido um churrasco a 1500 pessoas, entre autoridades e convidados. Ainda neste dia, na parte da tarde, na entrada do quartel, ocorreu o descerramento de uma placa de bronze comemorativa à instalação do Regimento de Polícia Rural Montada, na qual figura um policial rural a cavalo sobre o mapa do Rio Grande do Sul, remetendo à postura de um centauro e sintetizando sua missão de “sentinela permanente do bem-estar do interior gaúcho”.



Fotografia 01 – Comandante e graduados do RPRMont., em 1956
Fonte: Acervo CHCP

3.2.1 Organização do Regimento de Polícia Rural Montada da BM

Conforme o disposto na Lei nº 2.740, que transformou o 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar – Regimento Coronel Pillar em Regimento de Polícia Rural Montada, as atribuições do novel Regimento eram bastante amplas, ultrapassando as atividades de policiamento preventivo e repressivo, abrangendo ações de proteção ao meio ambiente e ao índio, bem como de assistência social e educação junto à população rural.

3.2.1.1 Atribuições do Regimento de Polícia Rural Montada:

- a) fazer a vigilância preventiva e tomar as primeiras providências de caráter repressivo, no interior dos municípios , em colaboração com a autoridade policial; (Fotografias 02, 03 e 04)



Fotografia 02 – Policiais rurais fazendo o patrulhamento a cavalo, em 1956
Fonte: Acervo CHCP



Fotografia 03 – Policiais rurais fazendo o levantamento das marcas do gado bovino, em 1956

Fonte: Acervo CHCP



Fotografia 04 – Policiais rurais fazendo o levantamento dos sinais do gado ovino, em 1956

Fonte: Acervo CHCP

- b) exercer atividade educativa, advertindo e orientando no sentido do cumprimento dos Códigos e outros dispositivos legais;

- c) visitar, periodicamente, os lugares remotos para a entrega de correspondência e prestação de serviços assistenciais; (Fotografia 05)



Fotografia 05 – Policiais rurais entregando correspondências em lugares remotos, 1956
Fonte: Acervo CHCP

- d) transmitir pedidos de médicos ou medicamentos, pelo rádio ou outros meios de comunicação;
- e) conduzir médicos, enfermeiros, parteiras, veterinários ou medicamentos, para regiões de difícil acesso, em casos de necessidade;
- f) avisar, em casos de epidemia, as autoridades sanitárias, colaborando com elas quando requisitado;
- g) avisar as autoridades do Ministério ou da Secretaria da Agricultura, em casos de epizootias, colaborando com elas, quando requisitado;
- h) dar toda assistência e auxílio à população flagelada em caso de calamidade pública;
- i) tomar medidas preventivas quanto ao fogo e combater incêndios de matas;
- j) colaborar com o serviço de caça e pesca;
- k) colaborar com o serviço florestal;

- l) colaborar com o serviço de estatística;
- m) auxiliar, em casos de acidente (Fotografia 06) ou moléstia, as pessoas que habitam regiões isoladas;



Fotografia 06 – Policiais rurais prestando os primeiros socorros à acidentados, em 1956
Fonte: Acervo CHCP

- n) prestar auxílio ao serviço de proteção aos índios;
- o) cooperar com outros departamentos dos Governos Federal, Estadual ou Municipal, quando requisitados, ou em consequência de convênios.

3.2.1.2 Uniforme e armamento dos policiais rurais

O comandante do RPRMont., tenente-coronel Max Herbert Hanke, em declaração feita no município de Alegrete/ RS, em 1956, descreveu o uniforme e armamento utilizados pelos policiais rurais:

O uniforme será túnica ou camisa de campanha, culote amplo com reforços nos joelhos e assento, capa-poncho impermeável, arreamento gaúcho, chapéu de abas largas; cada praça será armada de um revólver 45, sabre, e, para cada grupo de três homens, uma metralhadora portátil “Lurdinha”^{28, 29}.

Os textos da época referem-se também à cor do uniforme ser “cáqui” e, ainda, quanto ao armamento, mencionam o uso de cassetete e da pistola Royal.

3.2.1.3 Estrutura e efetivo

O 1º RPRMont. foi organizado em cinco Esquadrões Rurais e um Esquadrão de Comando e Substituições. Cada Esquadrão Rural tinha, como responsabilidade, o policiamento de uma Zona territorial, em cada zona, foi escolhida uma localidade como sede do Esquadrão, onde ficavam os respectivos comandos e eram realizadas as ações administrativas, disciplinares e policiais. As sedes dos Esquadrões Rurais ficaram situadas nos seguintes municípios: Santa Maria – 1º Esquadrão, Alegrete – 2º Esquadrão, Tupanciretã – 3º Esquadrão, Farroupilha – 4º Esquadrão, Pelotas – 5º Esquadrão.

O efetivo do 1º RPRMont. era composto, inicialmente, por 2.574 homens, dentre os quais foram absorvidos os recursos humanos do 1º Regimento Cavalaria. Pela natureza especial do policiamento prestado, foi necessário dotar o efetivo do Regimento Rural de um número bastante significativo de graduados (sargentos), pois estes eram mais esclarecidos, treinados e mais bem remunerados para exercerem as complexas missões, e ainda, nos distritos acumulariam as funções de subdelegados. No quadro de graduados estavam inseridos os enfermeiros e os veterinários que desempenhariam funções importantes dentro das atribuições assumidas pelo Regimento.

²⁸ Forma vulgar como era conhecida a metralhadora de mão da Indústria Nacional de Armas (INA), a qual se caracterizava por ser uma arma de fácil manejo e eficácia comprovada.

²⁹ SPALDING, 1956, p. 57.

3.2.1.4 Seleção e treinamento dos policiais rurais

Para a admissão, na Polícia Rural da BM, era necessário que o voluntário possuísse os seguintes requisitos³⁰: ser reservista de 1ª ou 2ª categoria, ter idade entre 21 e 30 anos, altura mínima de 1,60m, saber ler e escrever, ser solteiro e lograr aprovação nos exames psicotécnico, médico (sangue, urina, radiografia pulmonar, eletrocardiograma) e de capacidade física e intelectual (ser capaz de ler um trecho de 10 linhas, escrever um ditado de dez linhas, resolver questões matemáticas simples).

Cumprindo os pré-requisitos e sendo aprovado nos exames preliminares, o voluntário participava de um curso de formação com duração de cinco meses, no qual recebia treinamentos referentes a ataque e defesa pessoal, técnicas de cavalaria, instrução policial básica e especializada de polícia rural, educação moral e instrução geral, relações públicas, entre outros. Ao final do curso de treinamento, o voluntário era submetido a exames de admissão, em que seriam avaliados os conhecimentos adquiridos durante o curso, sendo que, para aprovação, teria que atingir a média sete ou superior. Somente com preenchimento de todas essas condições, o voluntário estaria habilitado para receber o “Chapéu Aba Larga”, talabarte e uniforme da polícia rural montada, o que acontecia em uma cerimônia especial com a formatura de todos os componentes do Regimento, pois o chapéu aba larga só seria **“fornecido após a comprovação do ótimo comportamento do praça e de suas aptidões para desempenhar a alta missão que lhe é confiada, ficando como um DIPLOMA A SEU POSSUIDOR”**³¹.

Como havia uma grande necessidade de que os policiais rurais estivessem muito bem treinados para atender, da melhor maneira, à população interiorana, o Regimento contava, ainda, com um Curso de Formação de Cabos, o que possibilitava que os policiais rurais pudessem aperfeiçoar-se e subir na hierarquia.

³⁰ Requisitos constantes no anexo ao Boletim Regimental nº. 08 de 23 de janeiro de 1956.

³¹ SPALDING, loc. cit., **grifo do autor**.

3.3 Nova denominação e delimitação territorial para o Regimento de Polícia Rural Montada

Em 23 de janeiro de 1960, assumiu o comando geral o coronel Diomário Moojen, período em que ocorreram grandes transformações organizacionais na Brigada Militar, como as que constaram no Decreto nº 12.280, de 21 de abril de 1961 e que determinaram a extinção dos Batalhões de Caçadores, que seriam substituídos pelos Batalhões de Guardas e Batalhões Policiais; e os Regimentos de Cavalaria passariam a denominar-se Regimentos de Polícia Rural Montada (1º, 2º, 3º RPMont.). Assim, a partir de então, o Regimento de Polícia Rural Montada transformou-se em 1º Regimento de Polícia Rural Montada, sendo o seu efetivo e zona de atuação diminuídos, devido a criação do 2º e 3º RPMont. com missões idênticas e zonas de ação delimitadas.

No discurso do 63º aniversário do Regimento Coronel Pillar, ocorrido em 10 de novembro de 1965, o tenente-coronel Francisco Martins de Souza³², comandante da Unidade, ao discorrer sobre a história do Regimento, mencionou as razões pelas quais foi realizada tal reestruturação, que conforme ele se deveu à exclusividade de atuação da Unidade, que fazia o policiamento somente na Zona Rural, ficando o policiamento da cidade a cargo de outras Unidades da Força, o que ocasionava uma anormalidade; outra razão ficou por conta do elevado efetivo do RPRMont., o que resultava em grande dificuldade em manejá-lo.

3.4 1º RPRMont. e a Campanha da Legalidade

Serão apresentados neste subitem alguns assentamentos registrados pelo

³² Discurso do ten.-cel. Francisco Martins de Souza foi transcrito no livro de registro do histórico do 1º Regimento, folhas 09-14, por conter informações importantes para a história da Unidade.

aspirante a oficial Luiz Artur Corrêa Dornelles³³, então secretário do 1º RPRMont., sobre o que se passou no 1º RPRMont. nos dias em que transcorreu a chamada “Campanha da Legalidade”, crise política que abalou o País, irrompida em decorrência da renúncia do presidente da república Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, ocasião em que os militares decidiram pela inconstitucionalidade impedindo a posse do vice-presidente João Goulart, o que gerou intenso descontentamento nos meios político e social que desejavam a manutenção da ordem jurídica garantindo a posse de João Goulart, Jango como era conhecido.

Leonel de Moura Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, em total desacordo com a decisão tomada pelos militares, entrincheirou-se no Palácio Piratini e iniciou forte mobilização em defesa da Legalidade. Brizola conseguiu que suas eloquentes palavras ecoassem, no Estado e nacionalmente, por meio do microfone da Rádio Guaíba que fora instalada, por segurança, nos porões do Palácio, de onde conclamava todos os brasileiros para que levantassem a bandeira da legalidade, formando, a partir de então, a famosa “Rede da Legalidade”.

A Brigada Militar como força pública estadual defensora da ordem e dos poderes constituídos, desde o início, esteve em consonância com os propósitos do governador do Estado em defesa da Constituição. Foram doze dias em que a Brigada Militar ficou em rigorosa prontidão, com seus homens dispostos à luta em prol da Legalidade.

Em Santa Maria, conforme os apontamentos do aspirante a oficial Dornelles, então secretário do 1º RPRMont., nesses dias de intensa crise político-militar, os acontecimentos transcorreram da seguinte forma:

No dia 25 de agosto de 1961, às primeiras horas da tarde, tem-se conhecimento da renúncia do Presidente da República Jânio Quadros, quando, com a previsão de possíveis tumultos e comoção popular, a Guarnição Estadual entrou em rigorosa prontidão;

Em 26 de agosto de 1961, pronunciou-se a crise político-militar. O clima era de tensão, a Corporação vivia momentos de expectativa e ansiedade. À noite o comandante do 1º Regimento reuniu os oficiais, expôs sua opinião em favor da

³³ Os assentamentos do aspirante a oficial Luiz Artur Corrêa Dornelles constam no livro de registro do histórico do 1º Regimento, folhas 02-04.

legalidade e solicitou que manifestassem suas considerações a respeito, ao que, unanimemente, se colocaram a favor da posse de João Goulart, decidindo pela Constituição.

Às 23h30min, o major Benjamin D'Ávila Prado, comandante do 1º RPRMont, juntamente com o aspirante a oficial Dornelles, secretário da Unidade, deslocou-se para o Quartel General (QG) da 3ª DI, a fim de comunicar a escolha pela legalidade do comando e oficiais da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria.

Às 23h50min, major Prado regressa ao Quartel do 1º RPRMont. sem a decisão do gen. Pery Constant Beviláqua.

A 27 de agosto, o comandante do 1º Regimento mandou que fossem recolhidos ao quartel todos os pelotões destacados, sendo que a segurança do aquartelamento já havia sido estabelecida pelo capitão S/3³⁴ do 1º RPRMont.

Às 6h do dia 27, o general Pery convocou o seu oficialato e o comando da Guarnição Estadual para uma reunião a fim de comunicar a decisão da 3ª DI pela legalidade.

Na oportunidade, o Estado Maior (EM) da Guarnição Estadual estava composto pelo major Darcy Paiva Ethur – chefe do EM, 1º ten. Adil Athayde Borges – S/1, cap. Johnny Riograndense Linhares – S/2, cap. Geraldo Coimbra Borges – S/3, cap. Iriovaldo Maciel de Vargas – S/4.

A partir de então, o 1º RPRMont. foi organizado em unidade de combate, sendo completado seu efetivo com oficiais e praças do 2º Batalhão de Guardas (2º BG).

À noite a tensão se agravou com a informação de que a Guarnição Federal se dividiria. Em vista disso, foram tomadas medidas preventivas de segurança, inclusive, com o bloqueio com composições ferroviárias às ruas de acesso ao Quartel para inviabilizar a passagem de carros blindados.

Em 28 de agosto, solidarizando-se com o movimento legalista, estiveram no 1º RPRMont. o prefeito e vereadores do município de Santa Maria.

Foi escalado para permanecer, como oficial de ligação no QG - 3ª DI, o cap. José

³⁴ S/3, bem como S/1, S/2 e S/4 eram abreviaturas utilizadas para designar as seções administrativas e operacionais da Unidade (S/3 - setor responsável pelas operações de policiamento e treinamento, S/1 – setor responsável pelo efetivo policial militar, S/2 – setor responsável pelas atividades de inteligência policial militar e o S/4 – setor responsável pelo patrimônio e logística).

Antônio Machado.

O comandante da Guarnição Estadual fez uma declaração à população de Santa Maria, informando a posição da BM frente aos acontecimentos e recomendou ao povo calma e confiança nas autoridades militares.

Na noite de 29 de agosto, ocorreu um comício cívico na Praça Saldanha Marinho, para o qual foram tomadas fortes medidas de segurança, transcorrendo o evento sem alterações.

Em 30 de agosto, foram requisitadas as viaturas das repartições públicas para eventuais necessidades de deslocamentos de urgência.

No dia 31 de agosto, o 1º Regimento passou a integrar a 3ª DI para fins de emprego tático. Foi elaborado pelo S/3 um programa de instrução intensiva, tendo em vista a necessidade de emprego da tropa em operações militares em curto prazo (Fotografia 07).



Fotografia 07 – Campanha da Legalidade - tropa em prontidão
Fonte: Acervo CHCP

Em 1º de setembro, oficiais e praças do 1º RPRMont receberam com grande

animação, a notícia de que o 1º Contingente da BM, comandado pelo major Tarragô, havia embarcado para a fronteira de Santa Catarina.

Em 02 de setembro, o 1º RPRMont recebeu a visita do gen. Pery Beviláqua, comandante da 3ª DI (Fotografia 08), que foi recebido por um Guarda de Honra do 1º Esquadrão – Hipo. A tropa entrou em forma no pátio do quartel e, da sacada interna, ouviu o vibrante pronunciamento do gen. Pery que, naquele momento, assumia o comando da Guarnição Estadual (Fotografias 09 e 10).



Fotografia 08 – Visita do gen. Pery Beviláqua ao 1º RPRMont., em 02 set. 1961
Fonte: Acervo CHCP

No dia 03 de setembro, continuam os preparativos para que a Unidade Estadual pudesse enfrentar qualquer situação, seja embarque de tropas ou repressão a agitações comunistas. Foi determinada a ocupação da Companhia Telefônica Nacional, continuaram as medidas de segurança externa do Quartel, assim como o patrulhamento das estradas.



Fotografia 09 – Pronunciamento do gen. Pery Beviláqua na sacada interna do 1º RPRMont., Campanha da Legalidade, em 02 set. 1961
Fonte: Acervo CHCP



Fotografia 10 – Gen. Pery Beviláqua como comandante do 1º RPRMont., Campanha da Legalidade, em 02 set. 1961
Fonte: Acervo CHCP

Em 05 de setembro, chega a Santa Maria o gen. Oromar Osório com seu EM, ocasião em que o comandante do 1º RPRMont. providenciou os meios necessários para seguirem para Cruz Alta.

A 06 de setembro, devido à situação de inteira calma e conformismo pela solução política encontrada para a crise, foi decidido levar a cabo o desfile de 7 de Setembro, o qual foi realizado, no dia 07, com brilhantismo jamais visto sendo ovacionado pelos populares.

Permaneceram ininterruptamente as medidas de segurança.

Em 08 de setembro, o 1ºRegimento retorna à normalidade de suas atividades, porém, permanecem, nas estradas, os postos de busca e apreensão de armamento.

No dia 09 de setembro, houve a liberação das Guardas das Usinas, Companhia Telefônica Nacional e Residência do Daer.

Em 11 de setembro, o ten.-cel. Walter Almeida, portador do Bol. Div. nº 805 expedido pelo comando da 3ª DI, foi recebido pelo comandante e oficiais do 1º RPRMont.

Por determinação do comandante da 3ª DI, o referido documento foi lido pelo ten.-cel. Walter na presença do comando e oficialato do 1º RPRMon, pois se tratava de uma homenagem da Guarnição Federal ao 1º Regimento. O documento trazia, além de um emocionante agradecimento, o desligamento da Unidade Estadual da 3ª DI.

Ao encerrar suas anotações, o secretário do 1º RPRMont. ponderou que em nenhum momento houve dúvidas de qual seria o caminho a seguir, o qual só poderia ser o caminho da honra e da lealdade ao Governo do Estado que empunhou, com tanta bravura, a bandeira da legalidade e que, após passada a crise, sem vacilar e com orgulho, foi possível afirmar que os integrantes do 1º RPRMont. cumpriram o dever, mantendo-se à altura do momento histórico que atravessou o Brasil.

3.5 Os Abas Largas da Brigada Militar: heróis nacionais

No final da década de 50 e início da década de 60, o governador do RS, Leonel de Moura Brizola, adepto de uma política nacionalista e regionalista, incentivou a realização de produções audiovisuais e impressas que evidenciassem e valorizassem a cultura e particularidades do povo gaúcho para então difundi-las nacionalmente. Em razão do enorme prestígio obtido pela Polícia Rural da Brigada Militar junto à sociedade rio-grandense, seus policiais “Abas Largas” foram indicados para serem astros de tais empreendimentos.

A escolha de homenagear a Polícia Rural Montada deveu-se ao reconhecimento dos serviços prestados pelos Policiais Rurais da BM à população interiorana do Rio Grande do Sul, somados a afinidade desses policiais com o Gaúcho, pois prender bandoleiros e assassinos, que, naqueles tempos, atuavam livremente, a qualquer hora, impondo-se pelo terror, pela lei do mais forte e pela arma de fogo, era uma missão que requeria a coragem do verdadeiro gaúcho, também porque a figura do policial rural, montado em seu fiel companheiro, “o cavalo”, trotando pelas coxilhas com seu chapéu de abas largas, o culote amplo e botas, remetia à imagem do “gaúcho fardado”.

Por conseguinte, se a ideia do governo era enaltecer e divulgar o Estado do RS, seus costumes, seus valores e sua gente, a Brigada Militar, com seu currículo e seus valorosos policiais rurais, seriam protagonista que representariam com maestria esse papel.

Entre os produtos desenvolvidos, figuraram os filmes de longa metragem: Os Abas Largas (1963), produzido pela Lupa filmes e Luta nos Pampas (1964), produzido pela Guarapary Filmes Ltda.; a novela radiofônica, Abas Largas, transmitida pela Rádio Gaúcha; a revista em quadrinhos, sob o título Aba Larga, editada pela Cooperativa Editora e de Trabalho de Porto Alegre – CETPA (1962).

3.5.1 O longa-metragem Os Abas Largas

O longa-metragem inaugurou o gênero de aventuras rurais e foi considerado o primeiro faroeste brasileiro, pois se assemelha ao estilo da indústria cinematográfica de *Hollywood* contando com os elementos de um filme de ação: mocinho (jovem), mocinha, bandidos (abigeatários), correrias, tiroteio, intrigas, violência, entremeado de uma açucarada história de amor, recorrendo à infundável luta do bem contra o mal em uma época em que “os homens sabiam lutar, e as mulheres sabiam amar”. Porém, é possível afirmar que o verdadeiro mocinho do filme era a Polícia Rural da Brigada Militar que teve a oportunidade de mostrar suas atividades de repressão aos ladrões de gado, principalmente, na fronteira do Estado.

O cartaz do filme (Figura 02) já indicava o que o público iria ver no cinema, enfrentamentos armados entre ladrões de gado e policiais.

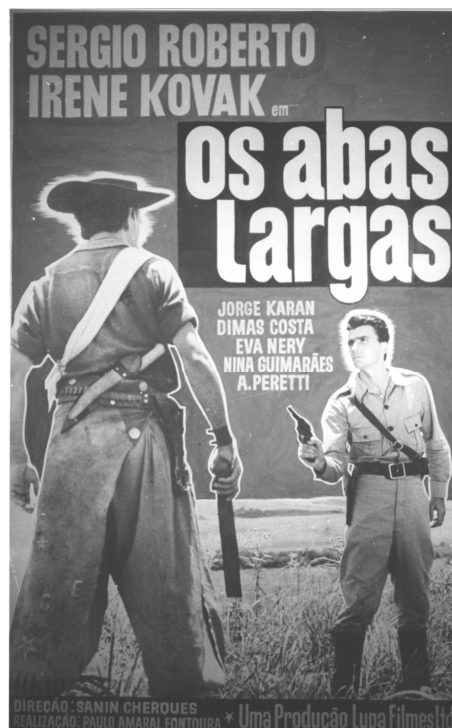


Figura 02 - Cartaz do filme “Os Abas Largas”

Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso

3.5.1.1 Sobre a história do Filme

A história do filme girou em torno do combate aos ladrões de gado que agiam na zona fronteira do Estado, nada mais do que a luta cotidiana enfrentada pelos policiais da Polícia Rural Montada da Brigada Militar. Os bandidos atuavam em forma de quadrilha contrabandeando gado roubado e tinham como chefe um importante fazendeiro da região, Dr. Ricardo, interpretado por Edmundo Cardoso. A trama tem início com a invasão de ladrões de gado a fazendas da Fronteira do RS, o que levou seus proprietários a fazerem queixas à Polícia Rural, a qual iniciou uma série de investigações e enfrentamentos para descobrir e desbaratar o bando de criminosos, tudo isso em meio a muita ação, a tiroteios, a lutas, ao estouro de boiadas, a correrias e a uma história de amor entre os jovens Florêncio e Mercedes, personagens vividos pelo ator Sérgio Roberto e a atriz estreante Irene Kovak.

Para as cenas que exigiam habilidade em montaria, foram escolhidos os melhores cavaleiros do efetivo da Polícia Rural Montada que atuaram como figurantes e, para desempenhar o papel dos policiais “Abas Largas”, foram aproveitados oficiais e praças do Regimento que agiram na película assim como faziam na vida real.

O longa teve como cenário, em sua maior parte, as belas paisagens de Filipson, Fazenda da Brigada Militar, localizada em Itaara (Fotografia 11), e o Quartel do 1º Regimento de Polícia Rural Montada, em Santa Maria (Fotografia 12), também algumas cenas foram rodadas em Porto Alegre, Camaquã e Tupanciretã. O desfecho da história acontece em um desfile militar filmado na Rua do Acampamento, centro de Santa Maria, momento em que, no meio da multidão, Florêncio procura e encontra sua amada Mercedes.



Fotografia 11 – Cenas de tiroteio do filme “Os Abas Largas”
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso



Fotografia 12 – Cenas do filme “Os Abas Largas”
Na foto, atrás o cabo Pedro Fragoso
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso

3.5.1.2 Datas da gravação e do lançamento da película: elucidando dúvidas

A película cinematográfica “Os Abas Largas” foi produzida em preto e branco, com 1h45min de duração e gravada em 35 mm. Sua filmagem aconteceu entre os meses de agosto e setembro de 1962, conforme os registros encontrados nos arquivos do 1º Regimento e que estão sob a custódia do CHCP, não obstante exista discordância de algumas fontes em relação a essa data. Tais documentos do fundo 1º RPMon. referem-se a transcrições de correspondências publicadas em Boletins Internos do 1ºRPRMont no ano 1962. São elas:

- Um ofício remetido pelo folclorista e compositor Paixão Cortes, datado de 04 de julho e publicado no BI nº 146 de 11 de julho, o qual encaminha a letra da canção intitulada “Abas Largas”, de sua autoria e do poeta Glaucus Saraiva. No documento Paixão Cortes diz que a canção é uma homenagem à briosa Polícia Rural Montada da BM; que tiveram o cuidado de compor a letra empregando uma linguagem crioula que fosse compreensível tanto ao mais simples dos praças quanto ao oficial mais graduado; que a letra traz uma síntese das principais funções desempenhadas pelos Abas Largas na comunidade rural; que a letra possui poucos versos, pois os autores tinham o desejo de que a canção se popularizasse, tornando-se conhecida não apenas pela Corporação, mas também pelo povo. Ao final, Paixão Cortes comunica que, possivelmente, a canção fará parte do filme “Os Abas Largas”. Infelizmente, a letra da canção não foi transcrita junto ao ofício e nem foi encontrada em outro local do arquivo do CHCP, no entanto, consta na ficha técnica do filme, localizada no sítio eletrônico da Cinemateca Brasileira³⁵, confirmando a informação de Paixão Cortes de que a mesma poderia integrar a trilha sonora do filme;

- Uma parte, expedida em 09 de agosto e publicada no BI nº 173 de 11 de agosto, proveniente da tesouraria do Regimento comunicando o recebimento da importância de setenta e cinco mil e duzentos cruzeiros da Caixa da Brigada para pagar a alimentação dos componentes da equipe da “Lupa Filmes”.

Portanto, conforme as datas e o teor dos documentos citados, é possível afirmar

³⁵ Disponível em: <http://www.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/#>, acesso em 20 jan. 2011.

com segurança que a película não foi gravada no ano de 1961, conforme a afirmação de Corrêa (2002, p.73-74). A autora explica que encontrou divergências, em fontes escritas e orais, em relação à data de filmagem de “Os Abas Largas” decidindo optar pelo ano de 1961 por privilegiar a história narrativa, por intermédio de fontes orais como as dos atores santa-marienses que atuaram no filme, Edmundo Cardoso e João Teixeira Porto.

Quanto às notícias publicadas, nos jornais *A Cidade* e *A Razão*³⁶, que Corrêa considerou contraditórias em relação às datas do filme, após pesquisas no arquivo histórico do CHCP, foi possível compreender que os artigos de jornais citados não se contradizem e sim tratam de momentos distintos do filme, a gravação e o lançamento da película.

O trecho do jornal *A Razão* citado pela autora, transcrito a seguir, menciona que, em 1962, ocorreram as filmagens de “Os Abas Largas”, na cidade de Santa Maria, dados que condizem com os registros arquivísticos do CHCP.

Em 1962, Santa Maria parou para assistir e participar das gravações de *Os abas largas* produzido pela Luma Filmes Ltda, do Rio de Janeiro. Estrelado pelos santa-marienses Edmundo Cardoso e por um galã carioca, o filme conquistou o mercado brasileiro...

Outra notícia, mencionada por Corrêa como divergente, refere-se à publicada em outubro de 1999, no jornal *A Cidade*:

O Filme estreou em Porto Alegre, lotando o *Cinema Imperial*, o maior da cidade, em 1963, entrando em cartaz, na sequência, em Santa Maria e em várias cidades brasileiras. Edmundo Cardoso abriu as primeiras sessões falando sobre a película. Durante toda a temporada, as filas foram intermináveis, lotando as salas. Santa Maria, durante nove dias seguidos, foram três sessões diárias.³⁷

³⁶ CORREA, 2002 apud SOUZA. *A Razão*, 22-23 mar.1997, p.4.

³⁷ Correa (2002 apud MARTINS, *A Cidade*, 01-07 out. 1999, p. 15).

A notícia acima faz menção ao lançamento do filme no ano de 1963, em Porto Alegre, e posteriormente, em Santa Maria, dados que também concordam com as informações arquivísticas do CHCP, que constam na Parte de Louvor, de autoria do capitão José Antônio Machado, comandante do Esquadrão de Comando do 1º Regimento, transcrita no BI nº 158/1ºRPRMont de 21 de agosto de 1963, a qual se refere à atuação dos policiais rurais no lançamento do filme “Os Abas Largas”, ocorrida dias antes na Capital do Estado, Porto Alegre, e posteriormente, em Santa Maria, trazendo referências elogiosas aos seguintes policiais: Pedro Fragoso, Olmiro Barbosa Pereira, Solimar Pinheiro Vogt, Adair Flores, Romildo Henrique Vieira, Adão Evangelista Lucas, Abrão Nery Penedo e Enir Abreu dos Santos, que, por ocasião do lançamento, do filme no Cine Glória de Santa Maria, tiveram um desempenho exemplar recepcionando as autoridades, convidados e populares que participaram do evento. A parte elogia também o irrepreensível comportamento do 2º tenente Paulo Tabajara Chaves Costa que soube organizar e orientar o desenrolar de toda a solenidade de lançamento, desde a sua preparação até o seu final, e do 1º sargento João Cristóvão Ribeiro Martins, que chefiou as representações de praças, tanto na Capital do Estado como em Santa Maria, sabendo demonstrar, mais uma vez, a fina educação e a alta dose de amor e dedicação aos “Brigadianos-Rurais”, à Brigada Militar e ao 1º Regimento de Polícia Rural Montada.

3.5.1.3 Lançamento do Filme

A pré-estreia foi realizada primeiramente no Cine Imperial da Capital do Estado, no dia 09 de agosto de 1963, sexta-feira. O local ficou completamente lotado com o comparecimento de diversas autoridades como o prefeito de Porto Alegre, José Loureiro da Silva, o produtor e os principais figurantes do filme: oficiais da Brigada Militar e praças da polícia rural montada.

Antes da projeção de estréia do longa-metragem, houve a exibição de danças folclóricas pela invernada artística do Centro de Tradições Gaúchas Lenço Branco, de Porto Alegre, em conjunto com o Centro de Pesquisas Folclóricas Piá do Sul de Santa Maria e apresentação do elenco que atuou na película. Policiais Abas Largas fizeram a entrega de flores às atrizes Irene Kovak e Nina Guimarães, à primeira dama de Porto Alegre e à primeira prenda do CTG Lenço Branco. A cerimônia teve como apresentador o tradicionalista Antônio Augusto Fagundes.

Em Santa Maria, o lançamento aconteceu no Cine Glória, na terça-feira subsequente, dia 13 de agosto de 1963, e contou igualmente com diversas autoridades civis e militares, assim como a apresentação do elenco e participação do efetivo do Regimento de Polícia Rural Montada que atuou como figurante no filme. (Fotografia 13)



Fotografia 13 – Estréia do filme no Cine Glória de Santa Maria
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso

3.5.1.4 Quem foi quem na Película

Para a elaboração desse subitem, cruzaram-se informações obtidas em diversas fontes como fotografias do acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso, notícias de jornais, tanto da época da realização e estreia do filme como notícias mais recentemente publicadas sobre a história e curiosidades a respeito do longa-metragem, também muito úteis as informações encontradas na *Web*, mais precisamente as do *Site* da Cinemateca Brasileira, da Wikipédia e do *Google Book*. Tais dados foram organizados na forma de quadros (Quadro 01, 02 e 03) tendo em vista ficarem mais bem sistematizados e de mais fácil compreensão e visualização.

(Continua)

Nome do Ator/ Atriz	Origem	Nome do Personagem	Papel
Jorge Karan	Gaúcho radicado no Cinema carioca	Caburé	Antagonista/vilão/bandido - um gaúcho de má índole, ladrão de gado e contrabandista
Dimas Costa	Poeta e folclorista gaúcho, apresentador de programas de rádio e televisão, conhecido como o Xirú Divertido	Sargento "Nicácio"	Coadjuvante - bonachão e alegre, o "Xirú Divertido"
Agenor Peretti	Ator do cinema gaúcho	Gastão	Coadjuvante - um velho gaúcho que serviu entre os provisórios e por isso é chamado de Capitão, é também o pai de Mercedes, a mocinha do filme
Irene Kovak	Comerciária gaúcha que estreou como atriz no filme	Mercedes	Protagonista - mocinha do filme que faz par romântico com o jovem Florêncio
Sérgio Roberto	Gaúcho radicado no Cinema carioca, galã de filmes brasileiros	Florêncio	Protagonista/mocinho do filme/ galã

Nome do Ator/ Atriz	Origem	Nome do Personagem	Papel
Edmundo Cardoso	Ator gaúcho, diretor artístico e um dos fundadores da Escola de Teatro Leopoldo Fróes de Santa Maria	Doutor Ricardo	Antagonista/ vilão/bandido - um “manda chuva”, pessoa importante na região, fazendeiro e chefe de uma quadrilha de abigeatários
Eva Nery “Eva Pedrinha”		Tita	Coadjuvante - uma prenda cortejada pelo sargento Nicácio
Nina Guimarães “Nina Gualdi”	Poetisa e atriz gaúcha	Malvina	Coadjuvante - uma chinoca de vida livre, a preferida de Caburé

Quadro 01 - O elenco e seus personagens

(Continua)

Nome do Ator/ Atriz	Origem	Nome do Personagem	Papel
Edna May Cardoso	Professora de Educação Física e atriz da Escola de Teatro Leopoldo Fróes de Santa Maria	Dona Cassinha	Fazendeira
João Teixeira Porto	Oficial do exército, escritor e ator da Escola de Teatro Leopoldo Fróes de Santa Maria	Garcia	Vilão/ bandido – contrabandista
Benjamin D’Avila Prado	Major da BM, comandante do 1º RPRMont		
Iriovaldo Maciel de Vargas	Capitão da BM, integrante do 1º RPRMont		

Nome do Ator/ Atriz	Origem	Nome do Personagem	Papel
Ortiz Morari Abiz	Tenente da BM, integrante do 1º RPRMont		
Pedro Rodrigues Fragoso	Cabo da BM, integrante do 1º RPRMont		Figurante que atuou como Policial Rural “Aba Larga”
Geraldo Rodrigues Ferreira	Soldado da BM, integrante do 1º RPRMont		Figurante que participou das cenas de gineteada
Paulo Pires	Integrante do Grupo Carreiros		Apresentou seu pitoresco toque de serrote
Grupo “Os Carreiros”	Conjunto musical gaúcho		Fizeram uma ponta como peões de estância

Quadro 02 - Participações especiais

Companhia Produtora	Lupa Filmes Ltda
Direção	Sanin Cherques
Assistente de Direção	Fernando Amaral
História original	Glaucus Saraiva e Paixão Cortes
Adaptação e Roteiro	Sanin Cherques
Diretor de Fotografia (cameraman)	Ângelo Riva
Câmera	Jorge Silva
Produtor	Paulo Amaral Fontoura

Quadro 03 – Outros dados da produção de “Os Abas Largas”

3.5.2 Os Abas Largas em quadrinhos

Também nesse período, em 1962, foi lançada nacionalmente uma revista em

quadrinhos com o nome de “Aba Larga”, cujas histórias contavam as façanhas dos personagens Cabo Biá e Sargento Cunha, na defesa da zona rural do Rio Grande do Sul.

O gibi “Aba Larga” tinha o formato americano, *comic book*, com aproximadamente 32 páginas, seus desenhos ficaram a cargo do carioca Getúlio Delphim³⁸ (Figura 03), que se mudou para o Rio Grande do Sul para desenvolver o trabalho, e o argumento ficou sob a responsabilidade do gaúcho Hamilton Chaves.



Figura 03 – Aba Larga de Getúlio Delphim

Fonte: Disponível em: http://www.reisdofaroeste.com.br/faroeste_quadrinhos/faroeste_abalarga.htm .
Acesso em 27 nov. 2010.

A revista tinha como objetivo tratar apenas de assuntos brasileiros visando a promover a valorização da cultura, costumes e tradições nacionais, por meio de histórias que seriam desenhadas e contadas por artistas brasileiros, pois, desde há muito tempo, o mercado de histórias em quadrinhos vinha sendo monopolizado por publicações importadas que nada traziam sobre o povo, a realidade e costumes do Brasil, além do que não davam oportunidade para os artistas e argumentistas pátrios mostrarem seu trabalho.

³⁸ GONÇALO JÚNIOR, 2004, p. 353.

A Cooperativa Editora e de Trabalho de Porto Alegre Ltda. – CETPA, presidida pelo artista carioca José Geraldo Barreto Dias, era uma entidade dedicada a favorecer a cultura e os artistas nacionais, foi a responsável pela edição de “Aba Larga” e de outras revistas como Piaquito, Sepé, Lupinha e Zé Candango, as quais evidenciavam um acentuado regionalismo sul-rio-grandense que sobrepujava a temática nacional.

Segundo a CETPA, o lançamento dessas publicações não tinha a intenção de desvalorizar as produções estrangeiras, mas, acima de tudo, buscava ampliar o espaço diminuto que, até então, vinha sendo destinado aos artistas, argumentistas e temas patrícos, bem como propiciar às crianças e jovens a oportunidade de conhecer um Brasil repleto de belezas e heróis autênticos.

A publicação teve somente três edições, todas no ano de 1962: a primeira, em julho, a segunda, em agosto, e a terceira, em setembro. (Figuras 04, 05 e 06). A não continuidade de outras edições da revista, segundo o *blog* de José Geraldo Barreto Dias³⁹, pode ser atribuída à concorrência desproporcional em um mercado saturado de material importado a baixo preço, o “confisco” das máquinas que iriam imprimir as revistinhas, também a sua proximidade com Leonel Brizola.



Figuras 04, 05 e 06 – Capas da 1ª, 2ª e 3ª edições da revista “Aba Larga”
 Fonte: Disponível em : http://www.reisdofaroeste.com.br/faroeste_quadrinhos/faroeste_abalarga.htm.
 Acesso em 27 nov. 2010.

³⁹ Disponível em: <http://zegeraldo.wordpress.com/>. Acesso em 04 fev. 2011.

3.5.2.1 Sargento Cunha e cabo Biá: heróis de “carne e osso”

Os componentes do 1º Regimento de Polícia Rural Montada, sargento Setembrino Prado Portela e o cabo Pedro Rodrigues Fragoso, foram escolhidos para serem heróis de “carne e osso” na revista em quadrinhos “Aba Larga”, uma vez que se caracterizavam por serem homens simples, gaúchos legítimos e de conduta irrepreensível na corporação, onde se destacavam pela ótima atuação como policiais rurais.

Os personagens que eles representavam receberam respectivamente os nomes de Sargento Cunha e Cabo Biá.

A revista em quadrinhos contava histórias de ficção e histórias verdadeiras vivenciadas por esses dois “Abas Largas” em suas labutas diárias no policiamento rural, as quais revelavam verdadeiras aventuras vividas nos pampas gaúchos. Como exemplo de história real, é possível citar a que constou na edição de número dois da dita revista que se referia à prisão da afamada quadrilha de abigeatários formada por uma família de estancieiros e conhecida como “Bando dos Gaturritas” que:

.... por anos e anos, desafiaram a polícia, recebendo os milicianos a bala, praticando toda sorte de arbitrariedades e violências contra os pequenos criadores de boi e ovelhas. Foram invencíveis até o dia em que o sargento Cunha e o cabo Biá receberam a missão de prendê-los. Aí aparecem as aventuras de uma noite escura em que os “abas largas” são surpreendidos pelos bandidos, quando tomavam chimarrão à beira de uma fogueira, em plena mata a violenta troca de tiros que se seguiu e a morte heróica de homens e cavalos, pois os cavalos dos “abas largas” são como para o gaúcho em geral, um complemento do seu próprio ser.⁴⁰

⁴⁰ “Aba Larga”: revista em quadrinhos com heróis e histórias verdadeiras. **Última Hora**, São Paulo, 07 jul. 1962.

3.5.2.2 O lançamento da revista

A revista foi lançada, em âmbito nacional, no mês de julho de 1962, para tanto, a comitiva composta pelos praças da Polícia Rural da BM, sargento Setembrino Prado Portela e o cabo Pedro Rodrigues Fragoso, que, na oportunidade, representavam seus audazes personagens, Sargento Cunha e seu companheiro de façanhas, o Cabo Biá (Fotografia 14), juntamente com o presidente da CETPA, José Geraldo Barreto Dias, e o sargento Jorge de Oliveira Amarante, relações públicas da BM, viajou para várias cidades brasileiras, entre elas, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, onde participaram de programas de rádio e televisão e fizeram demonstrações de hipismo e socorros de urgência a cavalo com vistas a promover a publicação.



Fotografia 14 – Lançamento da revista “Aba Larga”

Da esquerda para a direita: Sgt. Setembrino Prado Portela, ator Sérgio Roberto (protagonista do Filme “Os Abas Largas) e cabo Pedro Rodrigues Fragoso
Fonte: Acervo CHCP, foto doada por Setembrino Prado Portela

Gonçalo Junior (2004, p. 354) conta um episódio pitoresco ocorrido nos eventos de lançamento da revista “Aba Larga”, na capital do País, Brasília. Na ocasião, o grupo de militares gaúchos causou alvoroço ao aparecer no plenário da Câmara no decorrer de uma sessão, o que fez com que alguns parlamentares pensassem que se tratava de um Golpe de Estado liderado pelo governador gaúcho, Leonel Brizola. Os ânimos só foram acalmados quando souberam que se tratava apenas de uma visita para divulgação das revistas nacionais que estavam sendo lançadas pela CETPA e também para protestar contra a condecoração feita dias antes, pelo Presidente João Goulart, para o ator americano Gene Barry que interpretava na televisão o *cowboy* almofadinha de um seriado que fazia muito sucesso na época.

Vários jornais, de julho de 1962, noticiaram a passagem dos Abas Largas e sua comitiva por diferentes capitais brasileiras para o lançamento da revista de histórias em quadrinhos sobre as atividades da Polícia Rural da BM publicada pela cooperativa gaúcha. O CHCP possui cópias digitalizadas de recortes das notícias publicadas nos seguintes jornais: Correio do Povo e Diário de Notícias de Porto Alegre, Última Hora do Rio de Janeiro, Diário da Noite e Última Hora de São Paulo, os recortes foram emprestados pelo 2º sargento da reserva remunerada Setembrino Prado Portela para que fossem reproduzidos e disponibilizados para os pesquisadores.

Na notícia do Jornal Correio do Povo, os Abas Largas entregam, em Brasília, um exemplar da revista ao primeiro ministro Brochado da Rocha (Figura 07), pois o País estava sob o regime parlamentarista, ainda, na mesma reportagem consta a opinião do Presidente da República João Goulart em relação à revista que a considerou uma leitura adequada para as crianças brasileiras.



Figura 07 – Recorte do jornal Correio do Povo referente ao lançamento da revista “Aba Larga”

Fonte: Acervo CHCP

No Boletim Interno de 09 de agosto de 1962, do arquivo do CHCP, consta a transcrição de um trecho do relatório da viagem de lançamento da revista “Aba Larga”, ocorrida de 05 a 20 de julho daquele ano, que foi apresentado ao comandante geral da BM pelo 1º sgt. Jorge de Oliveira Amarante, da Divisão de Relações Públicas. O trecho versa sobre o desempenho dos Abas Largas, Sgt. Portela e Cb. Fragoso, os quais, segundo o relator, deram mostras de fina educação, irrepreensível correção na

pontualidade, na apresentação pessoal e do fardamento no transcurso de toda a difícil missão que lhes foi atribuída, acrescentando que:

Mesmo nos momentos em que eram tidos como ídolos entre as crianças e adultos, não permitiram que o orgulho pessoal lhes toldasse o brilho da missão, pois souberam tratar com todos quantos deles se acercaram, respondendo com simplicidade e dignidade peculiar ao brigadiano todas as perguntas que lhes foram dirigidas. Para tanto, ao Sgt Portela foi formulada uma pergunta na organização Victor Costa, diante das câmaras da tv, sobre o que faria se soubesse ter ferido um criminoso, ao que ele respondeu serenamente: Nos serviços policiais da Brigada Militar, sempre procuramos apanhar o delinqüente vivo e sem ferimento algum e, se algum dia isso acontecer, antes da prisão, será ele assistido, não nos cabe o direito de matar.⁴¹

3.6 Mais mudanças e nova designação para o 1º Regimento

Em 31 de janeiro de 1963, a Brigada Militar passa a ser comandada pelo coronel Otávio Frota, cujo período foi caracterizado por uma forte crise política que resultou na Revolução de 1964.

Em abril de 1963, o ten. cel. Francisco Martins de Souza assumiu o comando da Guarnição Estadual de Santa Maria e do 1º RPRMont.. Neste mesmo mês, o comandante geral da BM, cel. Otávio Frota, esteve no 1º Regimento em visita de inspeção (Fotografias 15 e 16).

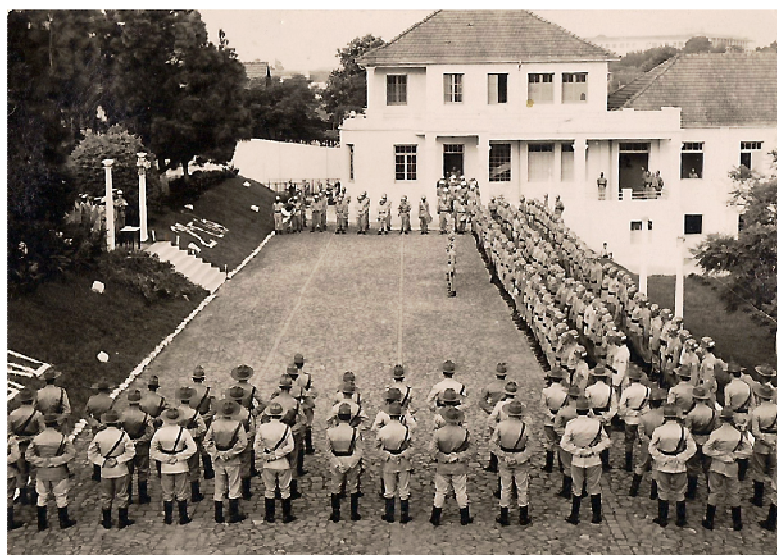
No Brasil, os anos de 1964 a 1974 foram marcados pela ditadura militar, iniciada com a deposição de João Goulart do cargo de Presidente da República, em 1º de abril de 1964, sendo o País governado, a partir de 15 de abril daquele ano, pelo marechal Humberto de Alencar Castello Branco (Fotografia 17). Foram tempos de acentuadas mudanças na sociedade e instituições brasileiras, ocorrendo, inclusive, a outorga de duas Constituições Federais em curto espaço de tempo, uma em 1967 e outra em 1969, tendo em vista a institucionalização e legalização do Regime Ditatorial ora implementado no País pelos militares.

⁴¹ Transcrição de trecho do Relatório de Relações Públicas, publicado no BI nº 171 do 1º RPRMont. de 09 de agosto de 1962, para constar como louvor aos policiais rurais: sgt. Portela e cb. Fragoso, por ordem do comandante geral da BM e do comandante do 1º RPRMont.



Fotografia 15 – Visita de inspeção do cel. Otávio Frota, cmt. geral BM, em 1963

Na foto, da esquerda para a direita: Ten.-cel. Francisco Martins de Souza, cel. Otávio Frota, major José Antônio Machado
Fonte: Acervo CHCP



Fotografia 16 – Tropa em forma para passagem em revista do cel. Otávio Frota, cmt. geral BM, em 1963
Fonte: Acervo CHCP



Fotografia 17 – Recepção do presidente Castello Branco no Aeroporto de Santa Maria, em 12 de março de 1966

Na foto, o Presidente Castello Branco cumprimenta o major José Antônio Machado. Atrás do Presidente encontra-se o médico Francisco Álvares Pereira, na época, Prefeito Municipal de Santa Maria.
Fonte: Acervo CHCP

No âmbito estadual, essas legislações provocaram uma série de medidas tendo por finalidade passar todas as atividades de policiamento ostensivo para a Brigada Militar. Entre essas medidas, segundo Simões (2002, p. 125), estão, a extinção da Guarda Civil e da Guarda de Trânsito, por meio dos Decretos nº 18.501 e nº 18.508, de 02 e 04 de maio de 1967 respectivamente. Nesse ínterim, igualmente, foi acrescentado o policiamento rodoviário do Estado e iniciado o policiamento rádiomotorizado.

A 18 de dezembro de 1968, a Brigada Militar modifica novamente sua Organização Básica, através do Decreto nº 19.466 que uniformizou as denominações das unidades operacionais por imposição da legislação federal acima mencionada. De acordo com esse Decreto, os Batalhões de Guardas passaram a denominar-se Batalhões de Polícia Militar, permanecendo os Regimentos de Polícia Rural Montada.

O 1º RPRMont., aos poucos, foi ampliando sua atuação, extrapolando as suas

missões iniciais específicas do policiamento rural, assumindo o policiamento ostensivo na cidade, (Fotografia 18), o que, segundo Simões (2002, p. 130), ocorreu em função da reorganização da Força que buscava o novo ordenamento legal de assumir o policiamento ostensivo em todo o Estado investindo no policiamento ostensivo geral em detrimento do policiamento especializado.



Fotografia 18 - Policiamento montado em estádio de futebol, em 1967

Fonte: Acervo CHCP

Mas a mudança nas missões do 1º RPRMont. aconteceu efetiva e legalmente, com a publicação dos Decretos Estaduais de nº 23.245 e 23.246, ambos de 13 de agosto de 1974.



O Decreto de nº 23.245 dispôs, entre outras providências, sobre a Organização Básica da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, fazendo constar, em seu artigo 33, que, entre os tipos de Unidades de Polícia Militar da BM, estariam os Regimentos de Polícia Montada (R.P.Mon.) e, em seu artigo 34, que os Batalhões de Polícia Militar (B.P.M.), as Companhias de Polícia Militar (Cia. P.M), os R.P. Mon. e o Esquadrão de Polícia Montada (Esqd. P. Mon.) deveriam, em princípio, integrar as missões de policiamento ostensivo normal de trânsito, de guarda, de radiopatrulha, de




choque ou de outros tipos, de acordo com as necessidades das respectivas áreas jurisdicionais. Portanto, com esse Decreto estavam extintos os Regimentos de Polícia Rural Montada, assim como os serviços especializados de polícia ostensiva.





Entretanto, a mudança de designação do 1º Regimento de Polícia Rural Montada - 1º RPRMont para 1º Regimento de Polícia Montada – 1º RPMon. foi publicada no artigo 121 do Decreto subsequente de nº 23.246, o qual dispôs acerca da estrutura, organização, nova denominação de unidade e determinou outras providências relativas à BM.

3.7 Oficiais que comandaram o Regimento “Aba Larga” (1955-1974)

(Continua)

Nº	Foto	Posto	Nome	Período de comando	Denominação da Unidade
01		Cel.	Max Herbert Hanke	21/03/1955 a 12/12/1957	RPRMont.
02		Ten.- cel.	Ney Gomes Câmara	12/12/1957 a 06/03/1959	RPRMont.

Nº	Foto	Posto	Nome	Período de comando	Denominação da Unidade
03		Ten.-cel.	Ary Lampert	31/08/1959 a 18/02/1960	RPRMont.
04		Ten.-cel.	Severino Inácio da Silva	18/02/1960 a 07/12/1960	RPRMont.
05		Cel.	Benjamin D'Ávila Prado	02/01/1961 a 10/12/1962	1º RPRMont.
06		Cel.	Francisco Martins de Souza	05/04/1963 a 05/04/1967	1º RPRMont.

Nº	Foto	Posto	Nome	Período de comando	Denominação da Unidade
07		Ten.-cel.	José Antonio Machado	05/04/1967 a 17/04/1968	1º RPRMont.
08		Cel.	Iriovaldo Maciel de Vargas	3/07/1968 a 28/11/1968	1º RPRMont.
09		Ten.-cel.	Levito Luiz Braga	02/12/1968 a 23/03/1970	1º RPRMont.
10		Cel.	Alúzio Aldrovando da Silva Fraga	03/08/1970 a 05/06/1974	1º RPRMont.

Quadro 04 - Comandantes do Regimento de Polícia Rural Montada (1955-1974)
Fonte: Acervo CHCP

4 MEMÓRIA E FOTOGRAFIA⁴²

O objetivo deste capítulo é estabelecer uma reflexão acerca da memória, e, a partir daí, fundamentar e ressaltar a importância da documentação imagética, especialmente a fotografia, como fonte documental relevante para a preservação da memória.

Com essa intenção, recorreu-se às produções bibliográficas de autores renomados, que têm dedicado suas pesquisas e reflexões em torno de temas como a Memória e a Fotografia., como Chagas (2009), Cardoso; Mauad (1997), Huysen (2000), Le Goff (2003), Kossoy (2001, 2007) e Pesavento (2005).

A fotografia, desde seu advento, ocorrido há quase dois séculos, tem sido crescentemente utilizada, primeiramente como simples ilustração de textos e apêndice da história, e, posteriormente, com a ampliação do conceito de documento proporcionada pela ótica da nova história, passou a ser considerada uma importante fonte documental para a reconstituição histórica.

Este capítulo encontra-se estruturado em dois subtítulos: **Memória: Uma Breve Retrospectiva**, que se dedica a apresentar considerações relativas ao desenvolvimento da memória através dos tempos, contando ainda com a subdivisão intitulada *A memória e o poder: o poder da memória* que apresenta a questão do uso da memória como recurso de poder, e **A Fotografia como Instrumento de Memória**,

⁴² O teor desse capítulo foi apresentado e publicado nos Anais do 4º Seminário Internacional em Memória e Patrimônio promovido pelo Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas-RS, realizado nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 2010.

que promove uma coleta de argumentos nos textos de autores, buscando fundamentar e reafirmar a importância do acervo foto-documental como instrumento de memória.

4.1 Memória: uma breve retrospectiva

A preocupação com a perenidade da memória remonta aos primórdios da humanidade, pois desde a pré-história os homens procuravam registrar, por meio de inscrições e desenhos realizados nas paredes das cavernas, coisas e fatos do seu cotidiano que lhes eram significativos, garantindo, dessa forma, sua rememoração.

Várias formas de preservação da memória foram desenvolvidas pelos homens através dos tempos. Mesmo as sociedades sem escrita, criaram mecanismos com tal finalidade, como, por exemplo, a existência dos homens-memória, os quais tinham o compromisso de serem guardiões da história objetiva e ideológica, ou seja, da memória dessas sociedades. Em algumas culturas essa missão era destinada aos idosos, aos religiosos ou bardos⁴³, sendo esses últimos, pessoas encarregadas de transmitir as histórias, as lendas e poemas de forma oral, cantando a história de seus povos em poemas recitados⁴⁴.

O surgimento da escrita ocasiona, segundo Le Goff (2003, p. 427), uma grande transformação na memória coletiva, viabilizando de duas formas o desenvolvimento da memória. Primeiramente, sob a forma de comemoração, celebrando um episódio memorável por meio de um monumento comemorativo, como, por exemplo, os obeliscos e as estelas, nos quais faziam o uso da epigrafia, onde a pedra e o mármore figuravam como suportes para uma sobrecarga de memória, fazendo com que os “arquivos de pedra” assumissem, além de suas características de arquivos, a peculiaridade de publicidade investida de ostentação e durabilidade.

A outra forma trata do documento escrito em um suporte especificamente preparado para tal função, sendo inúmeros os suportes utilizados com essa finalidade,

⁴³ LE GOFF, 2003, p. 425.

⁴⁴ Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bardos>. Acesso em 09 ago. 2009.

desde ossos, peles, folhas de vegetais, papiro, pergaminho e por fim o papel. Nesse sentido, o autor ressalta que “todo o documento tem em si um caráter de monumento” (LE GOFF, p. 428).

Quanto ao documento escrito, o historiador Jacques Le Goff coloca que a escrita possui duas funções, a de armazenamento de informações, que possibilita a comunicação através do tempo e do espaço, proporcionando ao ser humano um processo de marcação, memorização e registro e a função de garantir a transição da esfera auditiva à visual, permitindo revisar, corrigir, reordenar as frases ou mesmo palavras isoladas.

Outra forte contribuição à memória deve-se ao aparecimento da imprensa no século XVI, na China, com a técnica da xilogravura, fator que não permitiu que a imprensa agisse de forma massiva, mas proporcionou efeitos sobre a memória, principalmente, nas camadas mais cultas da sociedade, com a publicação de obras técnicas e científicas.

Em sua narrativa, Le Goff⁴⁵ conta que, no século XIX, foram criados os depósitos centrais de arquivo em Turim, São Petersburgo, Viena, Varsóvia, Veneza e Florença entre outros. Na França, com a Revolução Francesa, aconteceu a criação dos arquivos nacionais e em seguida a abertura dos arquivos ao público, possibilitando o acesso das pessoas aos documentos da memória nacional.

Fato semelhante aconteceu com os museus, igualmente, no século XIX. Com a criação de vários museus por toda a Europa, instaurou-se finalmente a época dos museus públicos e nacionais, depois de acanhadas tentativas de abertura ao público. Quanto às bibliotecas, verificaram-se um desenvolvimento e abertura equivalentes aos dos arquivos e museus.

De acordo com o autor⁴⁶, entre as manifestações significativas da memória coletiva, esteve o surgimento de dois fenômenos ocorridos no século XIX e começo do XX. O primeiro deve-se às construções de monumentos aos mortos da Primeira Guerra Mundial, o que acrescentou nova aplicação à comemoração funerária, sendo por meio dela evocada a coesão da nação em nome da memória comum, já que em muitos

⁴⁵ LE GOFF, 2003, p. 458.

⁴⁶ Ibid., p. 460.

países foi erguido um Túmulo ao Soldado Desconhecido, simbolizando, por meio do sepultamento de um soldado anônimo, uma homenagem a todos os soldados que sucumbiram na guerra e que não tiveram identificação.

O outro fenômeno refere-se à fotografia que, em sua opinião, causa uma mudança significativa em relação à memória. Nesse sentido, o autor declara: "... a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica" ⁴⁷.

Na segunda metade do século XX, os desenvolvimentos da memória são marcados por uma verdadeira revolução, porém Le Goff considera ser a memória eletrônica, indubitavelmente, o elemento mais espetacular.

Nesse sentido, Huyssen (2000, p. 67) comenta a problemática vivida na era em que a noção de memória é remetida ao campo "dos *chips* de silício, dos computadores e das histórias de ficção científica sobre *cyborgs*". Segundo os especialistas, essa memória vem sendo ameaçada pela amnésia, que se configura em perigoso "vírus cultural" gerado pelas recentes tecnologias midiáticas, pois, quanto mais memória armazenamos nos bancos de dados e de imagens, menos capacidade se tem no comprometimento de uma ativa rememoração.

O autor observa que:

A rememoração dá forma aos nossos elos de ligação com o passado, e os modos de rememorar nos definem no presente. Como indivíduos e sociedades, precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão de futuro. ⁴⁸

4.1.1 A memória e o poder: o poder da memória

⁴⁷ Ibid., p. 460.

⁴⁸ HUYSSSEN, 2000, p. 67.

Le Goff, em seu ensaio “Memória”, traz à tona a questão, enfatizada por especialistas, como psicólogos e psicanalistas, que se refere às intenções implícitas na recordação e no esquecimento, as quais estão intimamente relacionadas às manipulações, conscientes ou inconscientes, resultantes de interesses, desejos, sentimentos, proibições realizadas sobre a memória individual. Situação verificada, igualmente, em relação à memória coletiva, que no decorrer dos tempos, vem sendo utilizada como importante arma nas disputas pelo poder, pois, conforme o autor:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação coletiva.⁴⁹

O autor explicita o quanto pode ser delicada e preocupante a questão da memória, principalmente quando é feita de modo parcial e tendenciosa, externando a seguinte colocação quanto à finalidade da preservação da mesma: “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.⁵⁰

Segundo Huyssen (2000, p. 68), a memória e o esquecimento foram tratados por especialistas como Freud e Nietzsche que enfatizaram a suspeição da memória pessoal que constantemente se apresenta contaminada pelo esquecimento e a negação, a repressão e o trauma, geralmente vinculada à necessidade de manutenção do poder. Afirma que não menos instável se apresenta a memória coletiva de uma sociedade, que frequentemente resulta de uma reconstrução e cuja formação acontece por meio de uma negociação no próprio corpo social, que leva em conta suas crenças, valores, rituais e instituições.

Chagas (2009, 136), ao inferir sobre as relações existentes entre memória e poder, assevera que memória e poder exigem-se entre si. Sendo o poder, a resistência,

⁴⁹ LE GOFF, 2003, p. 422.

⁵⁰ Ibid., p. 471.

a memória e o esquecimento coexistentes e interdependentes. O autor ressalta a qualidade seletiva da memória que a torna vulnerável às intenções políticas, não necessariamente partidárias, que permitem a eleição, reeleição, adição, exclusão e inclusão do que se quer que seja memorável. As intenções políticas terão como vetor, por exemplo, instituições que se dedicam à preservação e difusão do patrimônio cultural material e imaterial.

Sobre as instituições culturais citadas por Chagas (2009), Huyssen (2000) coloca que, especificamente nas sociedades modernas, os espaços públicos de memória como o museu, o memorial e o monumento são locais destinados a expressarem o resultado da negociação da memória de uma sociedade. Ressalvando que a perenidade ocasionada pela pedra monumental se encontra erigida sobre a areia movediça, acrescenta as palavras de Musil: “não há nada mais invisível quanto os monumentos”⁵¹, pois evidencia-se, em épocas de conflitos sociais, grande euforia em derrubar monumentos, enquanto outros são preservados sob a forma de memória fossilizada, seja como mito ou clichê, existindo, igualmente, os que permanecem como exemplares do esquecimento, devido ao desgaste pelo tempo, do significado e intenção que os originaram.

4.2 A fotografia como instrumento de memória

A fotografia, objeto de estudo deste trabalho, é vista por Kossoy (2001) como uma das inovações tecnológicas resultantes da Revolução Industrial, que teve papel fundamental em relação à gama de possibilidades inovadoras de informações e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística.

Para Kossoy a compreensão da natureza da imagem fotográfica, suas características próprias e estatuto necessitam da busca de conhecimentos em

⁵¹MUSIL, 1957, p. 480 apud HUYSSSEN, op. cit., p. 68.

diferentes disciplinas, pois somente por meio de uma abordagem multidisciplinar torna-se possível entender a fotografia em suas múltiplas facetas. Segundo o autor:

... buscar outras inspirações e reflexões para uma compreensão aprofundada do papel da imagem fotográfica seja em relação ao seu objeto, seja como meio de conhecimento. E, nesse sentido avaliar seu alcance e potencialidades enquanto instrumento de pesquisa, análise e interpretação da vida histórica, sua importância enquanto documento histórico e social, e elemento de fixação da memória, como objeto de arte, enfim, entre outros de seus múltiplos usos e aplicações.⁵²

Para o estudo da fotografia, como instrumento de preservação da memória, torna-se necessário tecer algumas considerações referentes à sua importância como fonte para reconstituição e esclarecimento de fatos passados.

O valor documental da imagem, não no sentido mimético, é abordado por Pesavento (2005, p. 88) que diz:

O que importa é ver como os homens se representavam, a si próprios e ao mundo, e quais valores e conceitos que experimentavam e que queriam passar, de maneira direta ou subliminar, com o que se atinge a dimensão simbólica da representação.

O estudo da imagem fotográfica, segundo Kossoy, é um caminho a mais para a elucidação do passado humano há aproximadamente dois séculos, pois a fotografia fornece um testemunho visual e material dos fatos, sendo um fragmento congelado da realidade passada com o acréscimo de ter sido registrada por um fotógrafo por algum motivo, num determinado momento (local, dia e hora) e com o emprego de determinado recurso tecnológico.⁵³

⁵² KOSSOY, 2007, p. 28.

⁵³ KOSSOY, op.cit..

Kossoy⁵⁴ também alerta quanto ao papel cultural da fotografia no que se refere ao “seu poderio de informação e desinformação, sua capacidade de emocionar e transformar, de denunciar e manipular”. A fotografia, ao mesmo tempo em que serve como memória histórica, preservando e documentando referências, lembranças, feitos cotidianos do homem e das sociedades, tem se prestado para fins interesseiros e dirigidos usos ideológicos. Percebe-se que é decisivo o papel cultural das imagens, tanto quanto o das palavras. Como as imagens estão relacionadas às mentalidades, sua importância cultural e histórica reside nas intenções, usos e finalidades para as quais foram produzidas e utilizadas.

O grande desafio lançado pela fotografia, conforme Cardoso & Mauad (1997), é atingir o que o olhar fotográfico não revelou, trabalho que envolve desvendar uma emaranhada rede de significações, na qual a interação dialética entre homens e signos compõe a realidade.

Os autores entendem a fotografia como um elemento desse emaranhado de significações, evidenciando, pela imagem, uma pista. Consideram que a imagem é resultado do trabalho do homem, que se apresenta imbuído de códigos firmados por convenções sociais, estando ainda impregnado de caráter conotativo capaz de exprimir as maneiras de ser e agir do contexto ao qual estão vinculadas as imagens, ou seja, imagens mensagens. Porém, a relação entre o observador e a imagem elaborada não é algo automático, pois “existe muito mais do que os olhos podem ver”.

Assim sendo, para atingir o que o olhar fotográfico não revelou prontamente, faz-se necessário entender as conexões existentes entre signo e imagem, e sobretudo colocar o documento fotográfico no panorama cultural em que foi concebido, enxergando a imagem como uma opção carregada de uma determinada visão de mundo.⁵⁵

Cardoso & Mauad consideram irrefutável a importância da fotografia como marca cultural de uma época, tanto pelo passado que por ela emerge quanto pelo sentido individual que abrangeu a escolha de produzi-la, assim como pelo sentido coletivo que envia o sujeito ao seu tempo. Compreendendo-se a imagem fotográfica desse modo,

⁵⁴ Idem, p. 31

⁵⁵ CARDOSO & MAUAD, 1997, P. 574.

libera-se a mesma da condição de estar aprisionada no tempo, para transformá-la em mensagem que se processa através do tempo, como imagem/documento ou mesmo, imagem/monumento.

Desde os primórdios da humanidade, houve uma forte preocupação com a memória, no sentido de criar mecanismos para sua preservação, seja porque nossos antepassados desejavam resguardar seus direitos, transmitir sua história, ou mesmo perpetuar lembranças de acontecimentos memoráveis.

Com a evolução tecnológica, os mecanismos produzidos para o registro e armazenamento da memória humana foram-se tornando cada vez mais complexos, como o surgimento da escrita e seus diferentes suportes, o advento da imprensa, ocorrendo também a necessidade da criação de instituições como arquivos, museus e bibliotecas que dessem conta da reunião, preservação e publicização de toda essa carga de memória produzida através dos tempos. A invenção da fotografia proporcionou à memória possibilidades até então não vislumbradas devido à capacidade de esse documento imagético fornecer detalhes, cenários, semblantes e aspectos do passado. Mais recentemente, com o desenvolvimento da cibernética, têm-se na memória eletrônica possibilidades cada vez maiores de armazenamento e difusão de dados e imagens.

Quando se fala em memória, é igualmente recorrente a idéia de esquecimento, pois o que não se consegue lembrar, conseqüentemente, olvida-se. Portanto, memória e esquecimento são paradoxos que caminham juntos, muitas vezes, providencialmente, principalmente quanto à consideração de que memória é poder, e que o poder da memória foi desde sempre estrategicamente utilizado nas relações sociais humanas.

A respeito da fotografia, como instrumento eficaz para a preservação da memória, pode-se, concluir, conforme a fala dos autores estudados, que é inegável sua contribuição para a memória histórica, possibilitando a reconstituição de episódios do passado do homem e das sociedades. Porém, há de se ter em conta que, para o estudo da mesma, é imprescindível sua inserção no contexto em que foi produzida, bem como atentar-se para o fato de que, assim como outros documentos, ela não é neutra, carrega ideologias e intenções, que representam a vontade ou o pensamento do

fotógrafo ou de quem o contratou. Importa, ainda, que o pesquisador consiga decodificar o que não foi explicitamente revelado na imagem fotográfica.

5 UMA METODOLOGIA PARA O TRATAMENTO DO ACERVO FOTOGRAFICO DO CHCP

Neste t3pico, ser3o apresentados os procedimentos metodol3gicos utilizados nesta pesquisa, cuja tem3tica 3 “Centro Hist3rico Coronel Pillar: o acervo fotogr3fico como instrumento de preserva3o e difus3o da mem3ria da Guarni3o da Brigada Militar de Santa Maria”, abordando, principalmente, o tratamento arquiv3stico do acervo fotogr3fico do Centro Hist3rico Coronel Pillar, referente ao per3odo de funcionamento do Regimento de Pol3cia Rural Montada (1955 a 1974) com vistas 3 preserva3o e 3 difus3o da mem3ria da Brigada Militar da regi3o de Santa Maria.

Por discorrer sobre documentos de car3ter permanente, o tratamento arquiv3stico implementado no acervo fotogr3fico em quest3o, abrange apenas as fun3o3⁵⁶ classifica3o, conserva3o, descri3o e difus3o, visto que as fun3o3 de cria3o, aquisi3o e avalia3o j3 estavam definidas nessa fase do ciclo vital dos documentos. Sendo assim, a metodologia empregada para o tratamento arquiv3stico estar3 entremeada da produ3o te3rica da disciplina arquiv3stica que fundamenta este estudo.

A pesquisa contou as seguintes etapas: levantamento e revis3o de literatura, levantamento documental; levantamento de dados referente ao acervo fotogr3fico e diagn3stico; defini3o de fundos, cole3o3 e arranjo; higieniza3o, acondicionamento e armazenamento; descri3o documental; reprodu3o fotogr3fica; conserva3o e difus3o, tendo como objetivo principal a elabora3o de um cat3logo eletr3nico de fotografias a

⁵⁶ Conforme Rousseau e Couture (1998, p. 265), as fun3o3 desempenhadas pelos arquivistas, no exerc3cio de sua profiss3o, s3o cria3o, avalia3o, aquisi3o, conserva3o, classifica3o, descri3o e difus3o dos arquivos.

ser disponibilizado na internet. Tais etapas de desenvolvimento do trabalho serão detalhadas a seguir.

5.1 Levantamento e revisão da literatura

Primeiramente, foram realizados o levantamento e a revisão da literatura referente à história do Rio Grande do Sul, Brigada Militar, 1º Regimento de Polícia Montada, Regimento de Polícia Rural, da literatura arquivística, tecnologia da informação aplicada aos arquivos, conceituação de memória e iconografia fotográfica, como instrumento de preservação da memória, análise de documentos fotográficos, buscando o aprofundamento, o conhecimento e a reflexão em relação ao que os autores têm produzido nesse universo. A revisão bibliográfica foi uma constante, isto é, foi realizada durante todo o desenvolvimento da pesquisa, pois é importante que a mesma esteja fundamentada na teoria arquivística, em especial, no que diz respeito ao acervo imagético, suas bases e tratamento técnico contemporâneo.

5.2 Levantamento documental

Outra importante etapa foi a do levantamento de fontes primárias⁵⁷ que tivessem relação com o tema e objeto estudados, devido à necessidade de se conhecer o melhor possível o acervo e o contexto no qual foi produzido. Manini (2008, p. 128) ressalta a importância da contextualização do acervo por meio de uma participação mais ativa e efetiva do profissional que lida com acervos imagéticos no sentido de alcançar o maior número de dados para a obtenção de uma completude informativa da imagem, o que

⁵⁷ Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 172) são documentos e textos originais, manuscritos ou impressos, que servem à elaboração de um trabalho intelectual.

habilita esse profissional a fazer uma reconstrução cautelosa do significado da imagem, que deverá ser bem menos pessoal que a do fotógrafo, tendo em vista, principalmente, o acesso aos documentos.

Também, para a organização e tratamento de acervos arquivísticos em geral, é imperiosa a tarefa de estudar o histórico das instituições ou pessoas que o produziram e/ou acumularam no desempenho de suas funções e atividades, para que se possa compreender o contexto de produção dos documentos.

O levantamento documental objetivando a reconstituição histórica de uma instituição ou pessoa, no caso deste estudo, a reconstituição da história do 1º RPMon. no período em que funcionou como Regimento de Polícia Rural, proporcionou, além da organização e acesso ao acervo fotodocumental, a oportunidade de conhecer a importância de seus documentos que há tempos estavam esquecidos, ou, nem mesmo, eram conhecidos.

As fontes documentais utilizadas nesta pesquisa foram documentos arquivísticos textuais e iconográficos, entre os quais estão boletins internos, assentamentos funcionais, livro de registros históricos, notícias de jornais, fotografias, e outros. Tais documentos foram obtidos nos arquivos do Centro Histórico Coronel Pillar e da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Também foram utilizadas informações disponíveis na internet, como as bases de dados referentes à filmografia brasileira (Sítio da Cinemateca Brasileira), legislação do Estado do Rio Grande do Sul (Sítio da Assembleia Legislativa do Estado do RS), legislação Federal (Sítio do Senado), etc.

5.3 Levantamento de dados e diagnóstico do acervo fotográfico

A seguir, foi elaborado um diagnóstico da situação do acervo fotográfico, por meio de um levantamento detalhado, buscando-se dados referentes à quantificação (número de fotografias), estado de conservação (verificar se algumas das imagens apresentam sinais de deterioração), separação do acervo em grupos: fotografias tradicionais, fotografias digitais, álbuns, negativos, observando-se, também, os

formatos, dimensões, etc. Essa etapa foi sistematizada através do preenchimento de uma ficha de diagnóstico do acervo⁵⁸, (Apêndice A) e da realização de entrevistas com policiais militares da ativa e aposentados (Apêndice B) visando a uma maior compreensão desse universo de pesquisa. As entrevistas foram conduzidas através de conversas informais, para as quais foram elaborados roteiros com a finalidade de não esquecer de abordar questões cruciais para o desenvolvimento do estudo em pauta.

Importa ressaltar que foi preciso realizar, inicialmente, o levantamento da situação da totalidade do acervo fotográfico do CHCP, pela necessidade de se identificarem as fotografias do período delimitado para a pesquisa, e, somente após, foi possível sistematizar os dados referentes às fotografias do acervo que retratam a trajetória do Regimento Aba Larga (1955-1974).

Embora o presente estudo tenha como meta tratar apenas de um período delimitado do acervo fotográfico em questão, o mesmo proporcionará um retrato da realidade do acervo fotográfico do CHCP, o que, certamente, se configurará em importante fonte para as futuras intervenções dirigidas ao tratamento do acervo fotodocumental remanescente, as quais se pretendem dar seqüência, após o término desta pesquisa.

Lopes (1997, p. 32) adverte sobre a necessidade da produção de diagnósticos e projetos no intento da construção de uma nova arquivística que esteja em consonância com os desafios tecnológicos e informacionais do nosso tempo. Nesse sentido, o autor afirma que “O levantamento da situação arquivística, sob uma visão minimalista, se dará na observação dos problemas arquivísticos das organizações, no estudo de caso e na procura de se construírem objetos de pesquisa e se proporem soluções”.

Assim, o levantamento de dados do acervo fotográfico do CHCP, amplo e abrangente, tornou possível desenvolver um histórico da produção e acumulação do mesmo e conhecer mais detalhadamente sua situação e características, também

⁵⁸ A ficha de diagnóstico do acervo fotográfico do CHCP foi elaborada de acordo com o modelo proposto por Sandra Baruki e Nazareth Coury, técnicas do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte, a qual é integrante do Caderno técnico de conservação fotográfica nº 1, 3. ed. rev., 2004.

viabilizou identificar informações relacionadas à sua proveniência e organicidade⁵⁹, questões primordiais para o tratamento de acervos arquivísticos.

5.3.1 Histórico do acervo fotográfico do CHCP

No ano de 1994, foi proposta a criação de um Museu da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria. Em 1998, quando da tentativa de recompor o Arquivo da Unidade, é resgatada a proposta de 1994, surgindo, então, a idéia de criar um Centro Histórico, que seria composto por documentos de arquivo, fotos, troféus, entre outros. Após a análise, o então comandante do 1º RPMon., ten.-cel. Nelson Pafiadache da Rocha, efetivou a criação do Centro Histórico Coronel Pillar (CHCP), composto de sala de troféus e museu, e no dia 13 de novembro de 1998, foi inaugurado por ocasião das comemorações relativas ao 106º aniversário do 1º RPMon. e 161º aniversário da Brigada Militar. A publicação do ato de criação do CHCP se deu em 05 de abril de 1999, em Boletim Interno nº. 063.

As peças que constituíram essa primeira exposição foram coletadas por policiais militares do 1º RPMon., e a idéia inicial era que não seria necessária a contratação de funcionários para trabalhar no CHCP. Essa atividade seria realizada, de forma voluntária, por policiais da ativa e os “julgados incapazes para o policiamento”. Com o passar do tempo, este trabalho se tornou extremamente difícil, por não ser atividade fim da Polícia Militar e não haver profissionais habilitados para trabalhar nessa área. Surgiram inúmeras dificuldades com relação à manutenção, higienização, registro e controle do acervo, sendo que, até o ano de 2001, o acervo permaneceu da maneira como estava no dia da sua inauguração em 1998, sem nenhum tratamento adequado.

Em 2002, durante o comando do ten.-cel. Moisés Silveira de Menezes, o 1º RPMon passou a contar oficialmente com uma profissional da área de museologia e uma arquivista, que, de forma conjunta, elaboraram o Regimento Interno do CHCP,

⁵⁹ Conforme definição do DBTA (2005, p. 127) “É a relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora.”

documento que estabeleceu as diretrizes básicas para as ações de cada área, tendo como premissas a preservação, a pesquisa, a conservação do acervo e a divulgação da história e da trajetória da Brigada Militar de Santa Maria, em particular, do legendário 1º Regimento. Nesse mesmo ano de 2002, o CHCP recebeu um novo espaço, passando a ocupar parte do prédio do antigo Cassino dos Oficiais, com aproximadamente 200m².

A proposta de reestruturação do museu foi resultado de um minucioso diagnóstico realizado no Curso de Pós-Graduação em Museologia/UNIFRA⁶⁰, em Santa Maria, no período de 2001-2002. Esse procedimento possibilitou detectar várias tipologias de acervo como troféus, fotografias, equipamentos de trabalho, material bélico, uniformes, fitas de vídeo, documentos arquivísticos e bibliográficos. O acervo encontrado estava em um espaço de aproximadamente 50m², exposto nas duas salas destinadas ao Museu, sendo que, desde a inauguração até o ano de 2002, as salas de exposições funcionaram mais como um depósito para, guardar materiais (objetos, documentos arquivísticos e publicações) que os militares estaduais encontravam pelo pátio, nas seções administrativas e subunidades do 1º Regimento.

As fotografias estavam depositadas em um armário de madeira (Fotografia 19), juntamente com objetos danificados e documentos textuais empoeirados e infestados por insetos como brocas e traças (Fotografia 20). Quanto ao acondicionamento, as fotografias encontravam-se soltas ou fixadas em álbuns ou em um painel, sem critérios de organização, apresentavam-se com sujidades como poeira, excrementos de insetos, várias estavam dobradas. O painel com 37 fotos, fixadas com fita adesiva, encontrava-se no chão, encostado a uma das paredes da sala de exposições, as imagens referiam-se às atividades, treinamentos e instruções desenvolvidas durante o Curso de Formação de Soldados Policiais Militares Femininas/ CFSPM Fem , em 1992, curso que formou o 1º Pelotão de Policiais Femininas da Região Centro do Estado do RS (Fotografia 21). Nesse painel, as fotografias estavam dispostas de modo que ficavam parcialmente sobrepostas umas às outras, o que ocasionou manchas devido à incidência de luz sobre a parte das fotografias em exposição, que também, apresentavam manchas provenientes da colocação de fitas adesivas.

⁶⁰ O diagnóstico e proposta de reestruturação do museu do CHCP fazem parte do trabalho final do Curso de Especialização em Museologia de autoria de Giane Vargas Escobar, que, a partir de 2002, é responsável técnica pela área museológica do CHCP.



Fotografia 19 - Armário de madeira onde estavam depositadas as fotografias em 2002
Fonte: Acervo CHCP



Fotografia 20 – Fotografias no interior do armário de madeira junto a documentos e objetos
Fonte: Acervo CHCP

Não foi possível precisar o número de álbuns (3 ou 4), pois apresentavam-se com as folhas soltas, onde se constataram várias lacunas decorrentes da retirada de

fotografias, estavam bastante amarelados e empoeirados, eram do tipo “cartona”, sistema em que as fotos são afixadas em páginas adesivas que são posteriormente revestidas de poliéster transparente. Porém, devido ao ressecamento do adesivo utilizado, muitas fotografias estavam soltas, em outros casos, o efeito foi contrário, pois as fotografias estavam tão aderidas às páginas, que se tornava praticamente impossível retirá-las sem que ocasionasse algum prejuízo.



Fotografia 21 – Painel com fotos do CFSPM Fem. no chão, encostado na parede
Fonte: Acervo CHCP

Poucas fotografias do acervo possuíam inscrições no verso que possibilitassem algum tipo de identificação, algumas apresentavam inscrições a caneta sobre a imagem, nos álbuns, algumas possuíam legendas datilografadas. Na sala do museu, onde estavam as fotografias, funcionavam, ainda, os serviços de protocolo e telefonista da Unidade.

Nesse período, 2002, o Arquivo do 1º RPMon. era vinculado à Assessoria de Efetivo e Logística e estava sob a responsabilidade do Setor de Efetivo, conforme o Regimento Interno do 1º RPMon., de fevereiro de 2001, porém, não era reconhecido pelos funcionários por esta denominação, que o chamavam “Arquivo Morto”, mas, pela situação apresentada, era preferível intitulá-lo de Massa Documental Acumulada de modo desorganizado – MDA. A MDA possuía 114 m lineares de documentos e reunia a documentação de caráter intermediário e permanente/histórico proveniente dos níveis de gerenciamento administrativo e operacional. Era composta pelas seguintes tipologias documentais (espécies somadas às funções dos registros produzidos): ordens do dia, boletins regimentais, boletins internos, boletins gerais, boletins reservados, boletins especiais, livros de assentamentos do efetivo, dossiês dos servidores, processos de inclusão, cartões-ponto, livros ponto, fichas de assentamentos, certidões de tempo de serviço, balancetes mensais, processos licitatórios, fichas contábeis, etc. As datas-limite dos documentos da MDA eram do ano de 1892 a 2001. A MDA encontrava-se em uma sala com 32 m², localizada no prédio interno central do Quartel da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria, no interior das dependências da Companhia Ambiental, unidade vinculada ao Batalhão de Polícia Ambiental, portanto, sem ligação alguma com o 1º RPMon., a não ser por serem ambas unidades da Brigada Militar do RS. O estado de conservação do acervo arquivístico era preocupante, tendo em vista a MDA estar infestada por insetos tais como brocas, cupins, traças e baratas; além de encontrar-se em iminente risco de incêndio, pois havia um fogareiro com botijão de gás junto ao acervo que era frequentemente utilizado. Quanto ao mobiliário, os documentos estavam armazenados em prateleiras de madeira, muitas delas infestadas por cupins e deformadas pelo peso dos documentos, arquivos de aço sem as mínimas condições de uso, enferrujados; ou estavam depositados diretamente no chão, dentro de caixas de papelão, já muito deformadas, tudo com muita poeira acumulada. A ordenação da documentação, quando existia, era alfabética, cronológica e/ou por espécies documentais, concebida empiricamente. Nesse sentido, a partir de março de 2002, deu-se início à elaboração de projetos conjuntos e à implementação de políticas museológicas e arquivísticas, com vistas à organização, à preservação, à pesquisa e à divulgação do acervo.

Em março de 2002, concomitantemente com outras ações emergenciais, como higienização do acervo museológico e a transferência do museu para outro prédio, iniciou-se a análise da documentação institucional, a fim de verificar o embasamento legal do CHCP. O primeiro documento analisado foi o Regimento Interno do 1º RPMon. Após a análise, foi solicitado ao Comando a inclusão de um item, que desse mais visibilidade às ações intrínsecas do CHCP, que, a partir de então, passou a integrar um Museu, um Arquivo Central e uma Biblioteca de Apoio, sendo subordinado diretamente ao comandante do 1º RPMon, o qual seria, o Diretor do CHCP.

Ainda em 2002 foram firmadas parcerias com instituições de ensino superior públicas e privadas, quando acadêmicos do Curso de Arquivologia da UFSM desenvolveram projetos tendo em vista a implementação de um Sistema de Arquivos no 1º RPMon, e acadêmicos do Curso de História da UFSM elaboraram uma pesquisa para um projeto de exposição, que teve como resultado a mostra intitulada “Regimento Coronel Pillar: Símbolo de Tradição e Segurança Pública”, inaugurada em novembro de 2003 durante as comemorações de aniversário do 1º RPMon. Saliencia-se que, mesmo sem estar devidamente tratado e organizado, o acervo fotográfico do CHCP foi amplamente utilizado nesse projeto expositivo.

Em 2003, aconteceu a primeira iniciativa visando à organização do acervo iconográfico do CHCP por acadêmicos do Curso de Arquivologia, porém, a organização não foi levada a cabo, pelo fato dos alunos serem voluntários e não disporem do tempo necessário para se dedicar totalmente às atividades. Igualmente pelas peculiaridades apresentadas pelo acervo iconográfico para o qual seria importante um estudo mais aprofundado, outro problema enfrentado foi a falta de recursos financeiros para a compra de materiais e mobiliário adequados para o tratamento, acondicionamento e guarda do acervo. Nesse momento, foi possível fazer uma primeira higienização e iniciar a identificação das fotografias.

Também em 2003, foi lançada a campanha “Doe Acervo para o CHCP”, através da qual a instituição recebeu objetos, fotografias, insígnias e livros sobre História do RS, da Brigada Militar e literatura rio-grandense.

Em 2005, acadêmicos do Curso de História da UNIFRA desenvolveram uma pesquisa sobre os uniformes da Brigada Militar, desde o ano de 1892, dando início ao

processo de documentação do acervo museológico, sendo fundamental, para essa pesquisa o acervo fotográfico do CHCP, que permitiu que os pesquisadores pudessem visualizar os uniformes descritos nos documentos textuais. Também, para o acervo fotográfico, a pesquisa foi benéfica, pois possibilitou a identificação aproximada do período de algumas das fotografias.

No entanto, um grande problema enfrentado era o da falta de recursos financeiros para a compra de materiais e equipamentos que viabilizassem o tratamento do variado acervo do CHCP. Assim, em maio de 2004, foi encaminhado para a LIC/RS - Lei de Incentivo à Cultura do Estado do RS, o Projeto de Modernização do Centro Histórico Coronel Pillar, o qual foi aprovado, no valor de R\$ 61.857,50, em outubro do mesmo ano. O projeto teve como objetivo geral modernizar e organizar o CHCP, contribuindo com a preservação e a recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Estado do RS. O projeto de modernização propiciou, inclusive, a aquisição de mobiliário, equipamentos e materiais para a organização do acervo fotográfico, tais como arquivos de aço, mesa de higienização de documentos, câmera fotográfica digital, scanner de mesa, computadores, materiais para higienização e acondicionamento de fotografias.

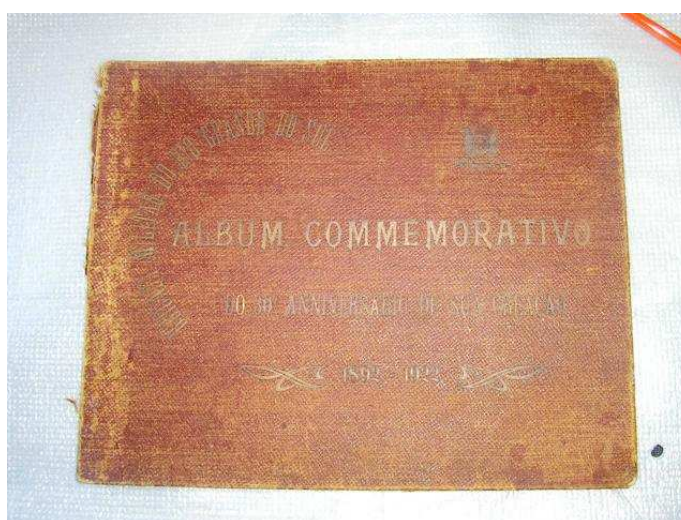
A partir de 2006, desenvolveu-se um novo projeto expográfico, intitulado “Brigada Militar: Fardamentos e Imagens” (Anexo A), no qual, pela própria denominação da exposição, se pôde verificar a enorme importância da documentação fotográfica para sua construção. Essa é uma exposição de longa duração e foi inaugurada em maio de 2008, sendo divulgada na programação da Semana Nacional dos Museus desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

Em 2008, foi realizada a restauração do álbum fotográfico intitulado “Brigada Militar do Rio Grande do Sul (1892-1922): álbum comemorativo do 30º aniversário de sua criação” (Fotografias 22, 23, 24 e 25), que contém 534 imagens fotográficas que registram preciosos flagrantes do cotidiano da instituição militar estadual, entre os quais figuram o efetivo militar, atividades, edificações, instalações, equipamentos de trabalho, armaria utilizada, treinamentos e as diversas unidades integrantes da BM da capital e do interior do Estado do RS. O álbum comemorativo pertencia ao major Krum,

oficial do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, e foi doado ao CHCP, em 2006, por seu filho o Sr. Japir Krum.



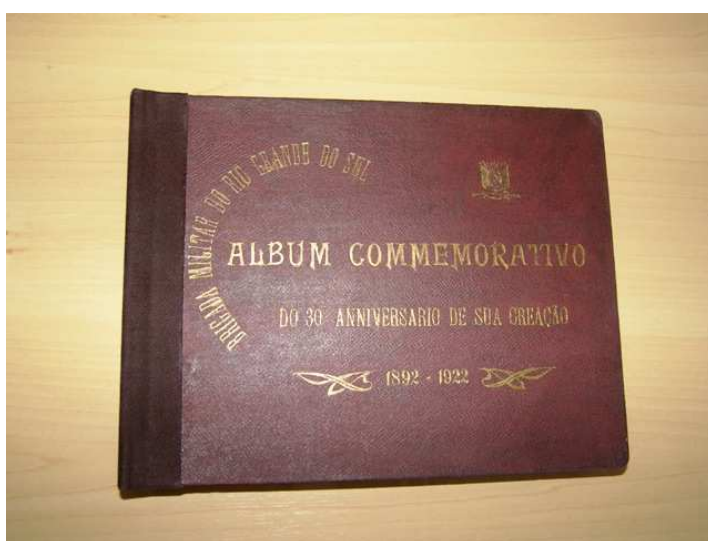
Fotografia 22 – Início da restauração do álbum comemorativo ao 30º aniversário da BM com o preenchimento da ficha de conservação
Fonte: Acervo CHCP



Fotografia 23 – Capa do álbum após a higienização e controle da paginação da obra
Fonte: Acervo CHCP



Fotografia 24 – Restauração das páginas do álbum
Fonte: Acervo CHCP



Fotografia 25 – *Álbum Comemmorativo* após a restauração
Fonte: Acervo CHCP

A restauração ocorreu no Laboratório de Conservação do Curso de Arquivologia sob a orientação do arquivista e professor Raone Somavilla, em razão da participação

no “Curso de introdução à conservação, restauração e encadernação de livros e documentos” promovido pelo Departamento de Documentação da UFSM e pela Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul - AARGS, num total de 120 horas. Após a restauração das páginas do álbum e antes de realizar sua reencadernação, procedeu-se à digitalização da obra, em duas versões, uma para pesquisa em 200 dpi, e outra versão para preservação em 600 dpi.

Em 2009, a autora desta pesquisa, arquivista e responsável técnica pela área arquivística do CHCP, iniciou o desenvolvimento de estudos no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da UFSM com a finalidade de implementar as políticas arquivísticas necessárias ao acervo fotográfico do CHCP, e, assim, proporcionar o tão almejado tratamento técnico adequado tendo em vista a organização, conservação e acesso, colaborando, dessa forma, para a preservação e difusão da memória da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria especialmente do 1º RPMon.

Para dar conta dos objetivos propostos no tempo previsto para a pesquisa, dois anos, ficou definido que, primeiramente, seria tratado o acervo fotográfico referente ao período da história do 1º Regimento de 1955 a 1974, que funcionou com a denominação de Regimento de Polícia Rural Montada e que ficou popularmente conhecido como “Regimento Aba Larga”. As razões que ocasionaram a escolha desse período como prioritário para o tratamento do acervo fotográfico foram elencadas na Apresentação, capítulo 1, dessa dissertação.

Em 2010, em função dos estudos para a elaboração da dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural, da UFSM, da arquivista do CHCP, foi necessário identificar e conhecer a história do Regimento Rural e personalidades que fizeram parte da Organização Policial Militar, a fim, também, de proceder à descrição fotográfica. Assim, a arquivista entrou em contato com diversas pessoas e instituições que poderiam ter alguma informação sobre o período estudado, às quais repassou uma listagem com os nomes dos oficiais que comandaram o Regimento Rural. Entre as instituições, estavam a União Beneficente dos Praças Inativos da Brigada Militar, na pessoa do Sr. Valdir Christo, que entrou em contato com o filho do coronel José Antônio Machado, o qual é Cirurgião Dentista e Oficial do Quadro de Saúde do HBM/SM. Ele manifestou o desejo de fazer a doação de um álbum fotográfico de seu pai, já falecido, ao CHCP com 278

itens documentais, cuja abrangência se refere ao período em que o cel. Machado prestou serviços e esteve no comando do RPRMont.. A doação se deu em 15 de maio de 2010, sendo formalizada por meio de um certificado de doação de acervo. (Anexo B)

5.3.2 A situação atual do acervo fotográfico do CHCP

O acervo fotográfico do CHCP é composto por 4086 itens documentais em suporte papel, que registram as atividades, paisagens e personalidades que fazem parte da história da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria.

As fotografias encontram-se armazenadas em dois arquivos de aço com quatro gavetas. Grande parte está acondicionada em pastas suspensas, e dentro dessas encontram-se em envelopes de vários tamanhos ou em invólucros confeccionados com folhas de papel A4 reutilizadas, ou seja, cópias de documentos descartadas que foram reaproveitadas para o acondicionamento das fotografias. A parte externa dos envelopes ou dos invólucros contém informações referentes à fotografia ou conjunto de fotografias, tais como número de fotos, cor, data, sobre o que se trata, quem ou o que foi retratado, local onde foi tirada e procedência, caso a fotografia tenha sido objeto de doação, o nome do doador, telefone para contato e data da doação. É importante acrescentar que nem sempre constam todos os dados citados. Outra parcela do acervo, aproximadamente 1200 itens, encontra-se acondicionada em uma caixa-arquivo com a identificação do fundo a que pertence, e, dentro dessa, as fotografias estão em envelopes de papel kraft. Cada envelope contém informações sobre a temática das fotografias, número de itens, data. Existem, ainda, álbuns fotográficos impressos e álbuns tradicionais com fotografias afixadas.

O acervo fotográfico é constituído por originais positivos, reproduções em papel, álbuns fotográficos tradicionais e impressos, negativos, gravuras, postais, e conta, ainda, com imagens em meio eletrônico produzidas pelo 1º Regimento de Polícia Montada no desenvolvimento de suas atividades administrativas e operacionais, porém essas imagens digitais não foram computadas no levantamento de dados desta

pesquisa por serem de datas a partir de 2004 e, portanto, não pertencerem ao período delimitado para a pesquisa. Essas fotografias digitais se apresentam em número significativo, mas ainda não foram contabilizadas, encontram-se armazenadas em CDs, DVDs e nas memórias de dois computadores do CHCP.

Ainda, nesse levantamento foi verificado que existem 30 imagens fotográficas em meio eletrônico que abrangem o período e temática estudados, as quais não foram consideradas para esta pesquisa que se refere somente às fotografias em suporte papel. Essas fotografias são cópias digitais e encontram-se armazenadas na memória do computador do arquivo do CHCP, as mesmas foram fruto de empréstimo para reprodução com a devida autorização de uso de imagem por parte de policiais militares da reserva remunerada ou por seus familiares que permitiram o acesso a seus arquivos pessoais e que formalizaram tal ato por meio de um Termo de Autorização de Uso de Imagens (Anexo C).

O acervo de fotografias em meio eletrônico necessita de um tratamento adequado quanto a sua organização, preservação e acesso, o qual deverá ser realizado em uma outra oportunidade, que se espera que ocorra em um futuro próximo devido a sua relevância.

Também nessa etapa, foi realizada a identificação do processo fotográfico, pois uma das características dos acervos fotográficos com imagens do século XIX e início do século XX é a diversidade de processos utilizados para a confecção e a multiplicidade de suportes encontrados para fixar as imagens. Essa diversidade obriga os arquivistas a identificarem o processo fotográfico utilizado para, posteriormente, realizar a higienização e o acondicionamento. Tal tarefa foi efetuada pela análise visual do exame da superfície da imagem e com o auxílio de uma lupa com ampliação de 30x, sendo possível verificar que as fotografias em preto & branco são constituídas, em sua maioria, por fotografias em suporte papel com emulsão de gelatina e halogenetos de prata. Há também fotografias albuminadas⁶¹ em suporte papel e coladas em cartão, porém em menor quantidade, essas são, principalmente, as fotografias mais antigas que datam do final do século XIX e primeiro quartel do século XX.

⁶¹ Segundo Felippi; Lima; Carvalho (2002, p. 21) é a fotografia feita com solução à base de albumina (clara de ovo), cloreto de sódio e nitrato de prata colocada sobre um papel muito fino, e por esse motivo, geralmente, encontra-se montada em um suporte mais grosso para proteção.

A sala onde se encontram os arquivos de aço destinados à guarda dos documentos fotográficos é a mesma onde são realizadas as atividades administrativas do CHCP e tem como características construtivas; paredes de alvenaria pintadas com tinta acrílica, três janelas basculantes de 1,73x1,64m, piso com revestimento cerâmico e teto com forro constituído por placas de palha prensada. A sala possui iluminação natural intensa, proporcionada pelas amplas janelas existentes, a qual é controlada pelo uso de persianas horizontais em alumínio. A iluminação artificial é feita com lâmpadas fluorescentes. A climatização é realizada por meio de um aparelho de ar condicionado de 12.000 BTUs de potência, porém é destinada apenas para o conforto térmico dos funcionários que ali trabalham, não há, portanto, um controle de temperatura e umidade visando à preservação do acervo existente no local.

O CHCP não conta com um programa de prevenção de desastres (incêndios, inundações e vandalismos), e, como sistema de proteção de incêndios, possui extintores, a base de espuma e pó químico, distribuídos pelas salas conforme as recomendações do Corpo de Bombeiros.

Até há bem pouco tempo, não existia um controle da frequência e áreas de interesse das consultas ao acervo fotodocumental. Detectado esse problema, foi aberto um Livro de Controle de Pesquisas realizadas, no CHCP, com os seguintes campos: nome do usuário e dados de identificação (CI e/ou CPF), contato (endereço, e-mail e telefone), instituição a que pertence, data, assunto/ temática/ título da pesquisa, motivo da pesquisa (elaboração de trabalhos científicos, curiosidade, pesquisas institucionais, etc), documento(s) pesquisado(s) (se textual, iconográfico). Nesse livro, devem constar, inclusive, as pesquisas internas do CHCP, pelo menos, as mais relevantes.

As consultas são geralmente realizadas por policiais militares, acadêmicos de graduação e pós-graduação, pesquisadores em geral, estagiários e funcionários do CHCP, no desempenho das atividades de pesquisa do acervo museológico e arquivístico. A consulta deve ser agendada previamente, assim como há a recomendação de que não ocorra sem a presença ou permissão da arquivista responsável e, quando da sua efetivação, os usuários são orientados quanto ao manuseio correto das fotografias, à necessidade do uso de luvas de proteção, e, se vierem utilizar as fontes pesquisadas, deverão fazer constar o devido crédito ao CHCP.

5.4 Definição de fundos, coleções e arranjo do acervo fotográfico do CHCP

O conhecimento pormenorizado do acervo é indispensável para a obtenção de um diagnóstico criterioso e preciso, o qual, por meio da análise e organização dos dados coletados, possibilita a definição do arranjo a ser adotado para o processo de organização das fotografias. Para isso, torna-se imprescindível a aplicação dos princípios arquivísticos, entre eles o princípio da proveniência, que, conforme Rousseau e Couture (1998, p. 79), é a “lei que rege todas as intervenções arquivísticas”. Os autores canadenses ressaltam a importância do respeito a esse princípio para intervenções de organização e tratamento dos arquivos de qualquer natureza, suporte, origem ou idade, pois, somente por meio dele haverá a garantia da constituição e plena existência da unidade de base em arquivística, o fundo de arquivo.

Burgi (2006), ao discorrer a respeito da organização de acervos fotográficos, enfatiza a importância do princípio arquivístico da proveniência, referindo:

O conceito de proveniência é extremamente importante no processo de organização de acervos fotográficos. Quando utilizamos o conceito de respeito aos fundos documentais como um conceito geral para a organização de um acervo, viabilizamos o acesso aos conjuntos documentais através de um conhecimento das atividades da pessoa ou organização responsável pela produção daquela documentação.

Nesse sentido, todas as diferentes coleções de fotografia que formam o acervo de uma instituição devem permanecer íntegras e distintas, não sendo misturadas com outros conjuntos de fotografias para a formação, por exemplo, de um catálogo ou arranjo único geral.

Um grupo de imagens fotográficas relacionadas entre si normalmente tem um valor informacional maior como conjunto do que como imagens individuais.⁶²

O autor acrescenta, ainda, que outro princípio arquivístico muito conveniente para a organização de acervos fotográficos é o da ordem original, principalmente, em se tratando de fotografias afixadas em álbuns, pois a forma e a ordenação, que foram

⁶² BURGI, 2006, p. 31.

utilizadas para dispô-las nos álbuns, poderão fornecer informações de fundamental importância para a catalogação e indexação do acervo (BURGI, 2006).

O que Burgi (2006, p. 31) nomeia de princípio da ordem original, os teóricos Rousseau e Couture (1998, p. 83) chamam de segundo grau do princípio da proveniência, que conforme esses autores é constituído por dois graus, o primeiro é aquele que considera o fundo de arquivo uma unidade distinta, e o segundo se refere ao respeito ou à reconstituição da ordem interna do fundo, ou seja, a sua ordem original.

Quanto à aplicação do princípio da proveniência em um fundo de arquivo, Rousseau e Couture (1998, p. 84) afirmam que é passível de realização no decorrer de todo o ciclo vital dos documentos, ou seja, na fase corrente, intermediária ou permanente, porém salientam que deveria ser aplicado, prioritariamente, no momento de criação dos documentos, quando ainda possuem valor primário⁶³. Todavia, quando acontecer de o arquivista ter de implementá-lo nos arquivos permanentes, deverá realizar uma reconstituição de um ou mais fundos, ou mesmo a reconstituição da ordem interna de um fundo, devido aos documentos terem sido transferidos em desordem ou porque uma outra ordenação qualquer substituiu a primitiva. Nesse caso, deverá ser praticada uma arquivística de sobrevivência, uma vez que a tarefa será onerosa, árdua e delicada.

As palavras dos arquivistas canadenses são apropriadas para este estudo por expressarem a realidade enfrentada no tratamento do acervo fotográfico do CHCP, visto que as fotografias do fundo 1º RPMon. foram recolhidas totalmente fora de qualquer ordem, somando-se ao fato de que, no decorrer dos anos, o CHCP foi recebendo acréscimos de fotografias ao acervo, oriundas de doações de outras Unidades da BM de Santa Maria, de policiais militares da ativa e aposentados, bem como de familiares de policiais militares já falecidos, por considerarem que a instituição cultural militar seria o melhor local para guardar tais fotografias.

Nesse sentido, foi necessário realizar uma investigação primorosa para recompor os fundos documentais existentes no acervo fotodocumental do CHCP, tendo em vista

⁶³ Conforme o DBTA (2005, p. 171) é o “Valor atribuído a documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais.”

a construção de um quadro de arranjo para o acervo fotográfico do CHCP, o qual é apresentado por meio de organogramas, que expressam os níveis hierárquicos de arranjo (classificação) do acervo, (Apêndices C, D e E), que, além de ser um instrumento básico para a organização das fotografias da instituição, foi fundamental para o tratamento do acervo delimitado nesta pesquisa.

O levantamento da realidade do acervo e a definição dos fundos e coleções viabilizaram a construção do quadro de arranjo do acervo fotográfico do CHCP, o qual possibilitou identificar que os fundos: 1º RPMon., José Antônio Machado, Geolar Badke e a coleção 1º RPMon. possuem ao todo 452 fotografias, referentes ao período de funcionamento do RPRMont (1955 - 1974), sendo que, do total de fotografias cada fundo ou coleção conta, respectivamente, com o seguinte número de itens documentais: fundo 1º RPMon. – 289 itens, fundo José Antonio Machado – 129 itens, fundo Geolar Badke – 07 itens e coleção 1º RPMon. – 27 itens.

5.4.1 Considerações acerca do fundo, coleção e arranjo documental

O fundo de arquivo resulta da aplicação do princípio da proveniência e pode ser definido, no âmbito canadense, como o “Conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos automática e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral ou por uma família no exercício de suas atividades ou das suas funções.”⁶⁴

Outra definição de fundo é apresentada por Bellotto (2004):

Conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que serão preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a

⁶⁴ ROUSSEAU E COUTURE, 1998, p. 91.

documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim.⁶⁵

Para a autora (2004, p.127), a fixação dos fundos arquivísticos é tarefa prioritária, tendo de ser executada antes de qualquer outro procedimento técnico, uma regra que deve ser aplicada tanto em arquivos permanentes de instituições públicas como em arquivos privados custodiados por instituições culturais. O estudo dos fundos, como conjuntos administrativos funcionais, é que constituirá a base para composição de um quadro de arranjo. Bellotto acrescenta que é inaceitável que, nos dias atuais, os documentos ainda estejam arranjados pelo assunto, unicamente por ordem cronológica, por formato ou suportes materiais dos documentos, pois este é um problema a ser resolvido pelos índices dos instrumentos de pesquisa resultantes da descrição e não do arranjo arquivístico.

A autora enfatiza a complexidade da identificação dos fundos, pois decorre de um conhecimento aprofundado dos órgãos produtores da documentação, suas competências, estrutura administrativa, seu histórico e alterações ocorridas. Todo esse conhecimento permitirá o arranjo de um arquivo permanente, facilitando grandemente as atividades de descrição, levantamento de conteúdo dos documentos, o que, ao final, reverterá em um eficiente atendimento à pesquisa histórica, missão prioritária dos arquivos permanentes.

Outra definição bastante pertinente, nesse contexto, é a de “coleção”, devido a sua frequente incidência quando se trata de acervos fotodocumentais e da necessidade de discernimento e reconhecimento das diferenças existentes entre coleções e fundos documentais.

Diferentemente do fundo arquivístico, a coleção se refere a um conjunto de documentos “sem relação orgânica e aleatoriamente acumulados”⁶⁶, ou com características comuns e intencionalmente reunidos⁶⁷.

⁶⁵ BELLOTTO, 2004, p.128.

⁶⁶ PAES, 2002, p. 25.

⁶⁷ DBTA, 2005, p. 52.

Bellotto (2004, p. 130) define coleção como “documentos reunidos por razões científicas, artísticas, de entretenimento ou quaisquer outras que não as administrativas”.

Ainda mais completa é a definição do *International Council of Archives* - ICA (1984 apud CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 91) que distingue coleção como a “Reunião artificial de documentos, sem relação orgânica, agrupados de acordo com uma característica comum, tal como, entre outros, forma de aquisição, assunto, língua, suporte físico”.

Assim, conforme as definições apresentadas, verifica-se que coleção pode ser considerada o oposto de um fundo documental e que a palavra-chave para diferenciá-la de um fundo documental é organicidade, que está relacionada à qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura organizacional de uma entidade acumuladora em suas funções internas e externas. (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 57), ou seja, é o relacionamento natural que existe entre os documentos produzidos e acumulados por uma pessoa física ou jurídica no desenvolvimento de suas atividades.

O emprego do princípio da proveniência como fundamento metodológico para se proceder ao arranjo documental é consenso na comunidade arquivística mundial.

O termo arranjo, nesta pesquisa, é considerado sinônimo de classificação, atividade que “orienta a organização intelectual do acervo de forma a refletir a estrutura organizacional e decisória da instituição acumuladora e facilitar o acesso aos documentos produzidos” (SANTOS, 2007, p. 180), sendo praticamente um consenso, na comunidade arquivística brasileira, que a palavra arranjo é a designação utilizada para a operação de classificação na esfera dos arquivos permanentes.

5.5 Higienização, acondicionamento e armazenamento

Uma vez conhecida a abrangência do acervo, suas particularidades, estado de conservação e determinado o arranjo a ser empregado, foi possível estabelecer

prioridades de tratamento e formas de acondicionamento, assim como selecionar e definir as fotografias que constarão do catálogo fotográfico.

Spinelli Júnior (1997, p. 60) afirma que o surgimento da fotografia carregou consigo o desafio de sua conservação, e que, nas últimas décadas, o que tem sido denominado de “conservação preventiva” ou “preservação e acesso” é o que algumas instituições custodiadoras de acervos já vinham, há muito tempo, discutindo, planejando e até mesmo desenvolvendo. Conservação preventiva, segundo o autor, são políticas que têm por finalidade assegurar longevidade ao patrimônio documental, reduzindo o máximo possível a necessidade de intervenções futuras nos documentos.

Nesse sentido, as ações empreendidas nessa etapa de desenvolvimento do trabalho visam a desacelerar o processo de degradação dos materiais fotográficos, propiciando condições adequadas que promovam a estabilização das fotografias.

5.5.1 Higienização

A higienização foi realizada prioritariamente nas fotografias referentes ao período abrangido pela pesquisa e trata da utilização de técnicas apropriadas para a remoção das sujidades que aderiram às imagens e suportes das fotografias. Esse é um procedimento que deve ser executado com muita cautela, especialmente ao manusear fotografias fragilizadas.

Importa ressaltar, que, na etapa de higienização, deve haver uma atenção especial para que não ocorra a perda das informações contidas nos invólucros, suportes ou versos das fotografias, as quais deverão ser preservadas, pois constituem dados importantes para a descrição e identificação das imagens.

O processo de higienização foi desenvolvido conforme a seguinte rotina:

- Retirada de grampos e cliques metálicos, quando houver. Nessa tarefa, deve-se ter muito cuidado para que a extração dos objetos metálicos não venha a causar danos às fotografias como rasgos ou perdas da imagem ou do suporte (Fotografias 26 e 27).



Fotografia 26 – Abertura do grampo para facilitar sua retirada



Fotografia 27 – Retirada de grampos metálicos

- Limpeza da frente e do verso da fotografia por meio da varredura com pincel de cerdas macias para a remoção da poeira e sujidades superficiais, sendo

que se adotou um pincel para a imagem (Fotografia 28) e outro para o verso e suportes (Fotografia 29), tendo em vista reduzir a possibilidade de ações de partículas abrasivas sobre a imagem que possam ter permanecido no pincel quando da limpeza do suporte e do verso da fotografia.



Fotografia 28 – Varredura da imagem da fotografia com pincel de cerdas macias



Fotografia 29 – Varredura do verso da fotografia com pincel de cerdas macias

- Limpeza com aplicação de pó de borracha plástica branca e uma trouxinha, confeccionada com um chumaço de algodão revestido de tecido de algodão macio, o qual é aplicado, em movimentos circulares, sobre suporte, ou seja, o verso da fotografia (Fotografia 30), evitar a aplicação sobre a imagem (emulsão), após, o pó de borracha deve ser retirado por meio de varredura com pincel de cerdas macias.



Fotografia 30 – Limpeza com aplicação do pó de borracha plástica branca

- Remoção de fitas adesivas⁶⁸ aderidas ao suporte com a utilização de bisturi. Nesta tarefa, deve-se ter extrema atenção para que não ocorra a perda do suporte. Caso se observe fragilidade nesse sentido, deve-se suspender a operação.
- Retirada de excrementos de insetos e outras sujidades aderidas aos documentos com a utilização de bisturi ou de escavador de haste longa e

⁶⁸ A cola das fitas adesivas, que é ácida, provoca manchas amareladas na superfície sobre a qual foi fixada, sendo de difícil remoção.

lupa. Nesse procedimento, é importante que a lâmina do bisturi não seja nova, principalmente, pelo cuidado de não causar danos às fotografias (Fotografia 31).



Fotografia 31 – Retirada de sujidades aderidas às fotografias com a utilização de escavador de haste longa

5.5.2 Acondicionamento e armazenamento

O acondicionamento trata do processo de embalagem para o armazenamento dos documentos fotográficos com vistas a aumentar a sua durabilidade e facilitar o manuseio.

Essa é uma etapa fundamental para a preservação de acervos fotográficos, devido à recomendação de prover os documentos fotográficos de vários níveis de proteção, no mínimo dois, o acondicionamento primário e o mobiliário, até, no máximo, quatro níveis de proteção, o acondicionamento primário, secundário, terciário e o

mobiliário. Os níveis de proteção funcionam como barreiras contra a luz, a poeira, gases poluentes, variações na umidade relativa do ar e temperatura, que incidem sob a área de guarda do acervo fotográfico, como o que ocorre no CHCP, que, infelizmente, ainda não conta com um local com as condições ideais de controle ambiental para a preservação do acervo fotodocumental. Além disso, o acondicionamento adequado tem a vantagem de proteger também as fotografias do manuseio direto, da abrasão e da contaminação de outros suportes.

Para a guarda e acondicionamento das fotografias avulsas foi adotado o sistema vertical, contando com quatro níveis de proteção, uma vez que as fotografias tiveram como acondicionamento primário, fôlderes individuais de papel neutro e baixa gramatura (60 g) (Fotografia 32); acondicionamento secundário, envelopes confeccionados em papel neutro de média gramatura (140 g) (Fotografia 33); acondicionamento terciário, pastas suspensas e por fim armazenamento em um arquivo de aço, com quatro gavetas (Fotografia 34).



Fotografia 32 - Fôlderes individuais de papel neutro e baixa gramatura



Fotografia 33 - Envelopes confeccionados em papel neutro de média gramatura



Fotografia 34 – Arquivo de aço utilizado para o armazenamento das fotografias

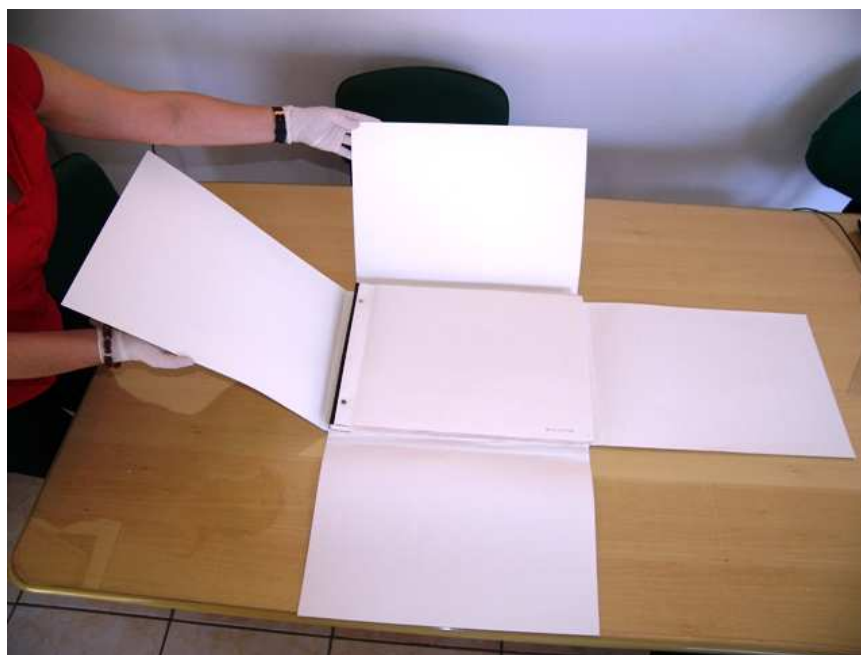
Para o álbum fotográfico do fundo José Antônio Machado foi adotado o sistema de guarda e acondicionamento horizontal, devido as suas dimensões (48,5x34 cm) e suporte (capa flexível), o mesmo recebeu entrefolhamento de papel neutro de baixa gramatura (68 g) (Fotografia 35) sendo acondicionado em caixa, em cruz, de cartão neutro (200 g), confeccionada sob medida (Fotografia 36) e, após, armazenado em armário de aço.



Fotografia 35 - Entrefolhamento das páginas do álbum com papel neutro

No caso do álbum fotográfico do fundo José Antônio Machado, além do tratamento anteriormente descrito, as fotografias encontravam-se coladas nas páginas do álbum e tiveram de ser descoladas, tendo em vista o tamanho do scanner de mesa disponível para a digitalização das imagens fotográficas, pois, de acordo com os testes realizados anteriormente, se as fotografias fossem digitalizadas diretamente das páginas do álbum perderiam muito em nitidez. Esta operação viabilizou, ainda, a leitura

das inscrições que constavam no verso das imagens, o que contribuiu muito para o fornecimento de dados para a descrição fotográfica.



Fotografia 36 – Acondicionamento dos álbuns fotográficos em caixa em cruz de cartão neutro

O descolamento das fotografias foi realizado com o máximo cuidado possível, para evitar a sua danificação bem como das páginas do álbum, bem como perdas de informações e da organização previamente estabelecidas pelo antigo proprietário. Neste sentido, primeiramente, procedeu-se à codificação de todas as fotografias, escrita com lápis 6B, no canto direito, logo abaixo de cada imagem. O código estabelecido é composto pelas iniciais do fundo a que pertencem as fotografias, seguido da numeração sequencial dos itens documentais, como, por exemplo, JAM 001, código colocado, igualmente, no canto inferior direito do verso de cada imagem. Tal procedimento garantiu que, após a digitalização, as imagens retornassem aos seus devidos lugares, entretanto, a reincorporação das fotografias às páginas do álbum foi

realizada por meio de cantoneiras de papel neutro confeccionadas, especialmente, para esse fim (Fotografia 37).



Fotografia 37 – Fotografias fixadas com cantoneiras de papel neutro

A confecção dos envelopes, fôlderes, caixas seguiram as orientações e modelos apresentados por Abreu (1999), o qual trata de acondicionamento e guarda de acervos fotográficos, porém, foram necessários alguns ajustes em razão das particularidades do acervo, dos recursos materiais disponíveis, bem como melhorias na sistemática de acondicionamento.

5.6 Descrição das fotografias

A seguir, foi implementada a descrição documental, constituída pelo conjunto de procedimentos que, levando em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos, possibilitam a elaboração de instrumentos de pesquisa⁶⁹. A descrição arquivística é responsável pela promoção do acesso às fotografias, pois é nessa atividade que será realizada a identificação e explicação do contexto e conteúdo do acervo. A execução dessa atividade revela-se indispensável, pois traduz a missão principal da arquivística, ou seja, proporcionar acesso às informações/ documentos arquivísticos.

O desenvolvimento da atividade de descrição arquivística foi norteado pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) que trata de uma adequação das normas internacionais⁷⁰ às necessidades brasileiras, agregando, ainda, questões nacionais consideradas relevantes pelo Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/ CIA).

Realizar essa função arquivística, por meio da aplicação dessa norma, nas fotografias selecionadas para o Catálogo Eletrônico de Fotografias, o qual tem como tema a atuação do RPRMont., de 1955 a 1974, requereu um grande esforço no sentido de elaborar um acurado estudo acerca da instituição 1º RPMon., bem como do CHCP e seu acervo fotodocumental. Nesse sentido, os conhecimentos adquiridos na fase de Levantamento de dados (histórico institucional, atividades, transformações ocorridas, estrutura organizacional, legislações, entre outros) foram fundamentais para o entendimento do acervo e a proposição de intervenções de tratamento e acesso às fotografias.

A NOBRADE busca estruturar a informação, a partir de elementos descritivos comuns, sem interferir na forma de apresentação final das descrições, a qual ficará sob a incumbência das entidades custodiadoras e de seus profissionais, desde que façam constar os elementos obrigatórios de descrição estabelecidos pela norma.

⁶⁹ Definição de descrição segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 67)

⁷⁰ ISAAR (CPF) - Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias e ISAD(G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.

A aplicação dessa normalização pode ser empregada em sistemas manuais ou automatizados, todavia, suas prerrogativas são ampliadas nos sistemas automatizados. Os sistemas manuais, com a utilização da norma, terão grande facilidade em serem transpostos para sistemas informatizados. A norma constitui um requisito fundamental para os intercâmbios nacional e internacional de dados, ainda que isso não dependa somente de seu uso.

A NOBRADE possui, como pressupostos básicos, o respeito aos fundos e a descrição multinível e está em consonância com os princípios propostos pela ISAD (G), os quais são:

- Descrição do geral para o particular, com o objetivo de representar, o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes;
- Informação relevante para o nível de descrição, objetivando representar com rigor, o contexto e o conteúdo da unidade de descrição;
- Relação entre descrições, tendo em vista evitar redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas.

Nem todos os níveis de descrição precisam ser implementados, sendo seis os principais, a saber:

Nível 0 (acervo da entidade custodiadora), usado para descrições gerais da totalidade do acervo de uma entidade custodiadora, e, nível 0,5, somente utilizado quando a unidade custodiadora dispõe de subunidades administrativas que têm a seu encargo a custódia de documentos, possibilitando o acesso a esses em diferentes endereços. Os outros níveis existentes, nível 1 (fundo ou coleção⁷¹), nível 2 (seção), nível 3 (série), nível 4 (dossiê ou processo), nível 5 (item documental) que tem como condição a existência do nível 04, e ainda, se for o caso, poderão contar com os níveis intermediários como o nível 2,5 (a subseção) e o nível 3,5 (subsérie). O caráter multinível da norma requer que os itens documentais somente sejam descritos como parte integrante de dossiê/processos. A estruturação dos níveis é feita de forma hierárquica, sendo o item documental um nível e não um documento, bem como o dossiê/processo poderá ser formado por um único documento.

⁷¹ A NOBRADE (2006, p. 11) considera que fundo e coleção se equivalem para efeito de utilização da norma.

5.6.1 Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ)

O CODEARQ, criado pela Resolução nº 28 de 17 de fevereiro de 2009 do CONARQ, reúne informações relativas à missão, acervo e contatos das instituições que custodiam acervos arquivísticos e que franqueiam o acesso ao seu acervo ao público em geral, ainda que com restrições.

Conforme essa Resolução, o CODEARQ é um elemento fundamental e obrigatório para a aplicabilidade da NOBRADE, porque identifica, de maneira inequívoca, cada instituição arquivística. O mesmo deve estar presente em todos os níveis de descrição, combinado com os outros elementos que formam o código de referência das unidades de descrição, constituindo um dos principais pontos de acesso à unidade de descrição.

Nesse sentido, tendo em vista a implementação da política de descrição arquivística sob os ditames da NOBRADE, foi realizada a inclusão do CHCP no CODEARQ, por meio do preenchimento do Formulário Cadastro de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos disponível no sítio eletrônico do Arquivo Nacional, o qual conferiu ao CHCP o código identificador **BR RSCHCP** e publicou suas informações na página da Instituição (Figura 8).

A obtenção do CODEARQ viabilizou a elaboração do código de identificação para o acervo fotográfico do CHCP (Quadro 05), o qual, além do código da unidade custodiadora - **BR RSCHCP**, será composto pela sigla do fundo ou coleção a que pertence a fotografia, seguido do número do item, que deverá ser sequencial para cada fundo ou coleção. A escolha por esse tipo de configuração teve por objetivo simplificar a codificação, evitando, dessa forma, a elaboração de códigos muito extensos como os que contam com todos os níveis de descrição.

The screenshot shows the Conarq website interface. The header includes the logo of the Ministério da Justiça and the Conarq logo. The main content area displays the profile of the Centro Histórico Coronel Pillar, including its name, address, contact information, and mission statement.

CODEARQ	BR RSCHCP
Nome da Instituição:	Centro Histórico Coronel Pillar
Vinculação Administrativa:	1º Regimento de Polícia Montada "Regimento Coronel Pillar"/ 1º RPMon da Brigada Militar do RS
Endereço:	Rua Pinto Bandeira, nº. 350 - Nossa Senhora das Dores - Santa Maria - RS - CEP. 97050-610
Telefones:	(55) 3220 6423
E-mail:	chcp@brigadamilitar.rs.gov.br
Site:	
Ano de Criação:	1998
Missão Institucional:	Preservar, pesquisar e divulgar a história da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria, em especial do 1º Regimento de Polícia Montada "Rgt Cel Pillar".
Caracterização do Acervo:	Registram as atividades desenvolvidas pelo 1º Regimento de Polícia Montada a partir da sua criação no ano de 1892 até os dias atuais.
Condições de acesso aos documentos:	Consulta aberta ao público

Figura 08 – Página do Arquivo Nacional com as informações do CHCP como Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos

Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=523&sid=105>. Acesso em 04 set. 2010.

BR **RS** **CHCP** **1RPM**. **item**

BR - Brasil

RS – Rio Grande do Sul

CHCP – Centro Histórico Coronel Pillar (entidade custodiadora do acervo documental)

1RPM – Fundo ou coleção, no caso de coleção o código iniciará com a letra “C” em maiúscula. Ex.: C1RPM, CBM.

item – número do item documental.

Ex.: BR RSCHCP 1RPM.0001, BR RS CHCP C1RPM.0001

Quadro 05 - Código de identificação para o acervo fotográfico do CHCP

5.6.2 Descrição do acervo, fundos e coleções do CHCP

Através da aplicação da NOBRADE, foi possível construir um instrumento de descrição para os níveis 0 e 1 do acervo fotográfico do CHCP, ou seja, foram descritos, além dos fundos e coleções, o acervo da Unidade Custodiadora, o CHCP. (Apêndice F). Essa atividade seguiu as orientações prestadas por especialistas como Schellenberg⁷² (2008 apud Bellotto, 2004, p.225) e Bellotto (2004, p.220) de que, para a elaboração de instrumentos de pesquisa, os arquivistas devem, prioritariamente, partir do geral para o particular, angariando, primeiramente, as apresentações gerais referentes aos fundos e coleções.

Desse modo, esse instrumento sistematizou as informações mais abrangentes em relação ao acervo do CHCP, e também como as necessárias para a identificação e acesso ao acervo fotográfico.

5.6.3 Instrumento de descrição fotográfica

O instrumento de descrição utilizado neste estudo foi baseado no modelo proposto por Neiva Pavezi em sua dissertação de mestrado, intitulada “Arquivo Fotográfico: uma faceta do patrimônio cultural da UFSM”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM, em janeiro de 2010. O mesmo foi resultado de um estudo comparativo entre os níveis de descrição da NOBRADE e do modelo Sepiades⁷³, que procurou estabelecer equivalências e fornecer subsídios para

⁷² SCHELLENBERG, **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. Trad. Manuel A. Wanderlei. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

⁷³ Segundo Pavezi (2010, p 65) *SEPIA Data Elements Set* (Sepiades) é um modelo de descrição para coleções fotográficas resultante da iniciativa europeia que tem como objetivo a difusão e preservação de documentos fotográficos. Sua criação foi baseada na norma ISAD(G) e foi desenvolvida conforme a experiência de diferentes instituições de salvaguarda que aderiram ao projeto.

concluir a respeito dos elementos indispensáveis para a descrição de arquivos fotográficos.

Tendo como ponto de partida a NOBRADE, que fixa orientações gerais para descrição de qualquer documento, independentemente de seu suporte ou gênero, e advoga a padronização da descrição nas entidades custodiadoras de arquivo em âmbito nacional, a autora elaborou um modelo de descrição que contemplasse a descrição dos níveis de classificação adotados na UFSM, aos quais foram agregados, ainda, alguns elementos próprios para documentos fotográficos do modelo Sepiades e a proposta de análise documentária de Manini⁷⁴ que considera a dimensão expressiva das imagens fotográficas. Todos esses elementos de descrição foram organizados em quatro grupos de metadados⁷⁵, a saber:

Dados administrativos – código de referência, tipo de código, código(s) relacionado(s), unidades de descrição relacionadas, datas-limite, dimensão, local de arquivamento, guia de recolhimento, data de recolhimento, difusão (tipo de referência), autor da descrição e data da descrição.

Dados de proveniência – fundo, grupo, série, subsérie, dossiê, item documental, nota explicativa.

Dados técnicos do suporte – fotógrafo, denominação, tradição documental, data do suporte, material, formato, técnica, dimensão do suporte, nitidez, cromia, polaridade, inscrições, conservação.

Dados da imagem – título, tipo do título, data, local, nome(s) personagem(ns), dimensão expressiva, termos relacionados, conteúdo.

⁷⁴ Manini (2004, 2008) defende, a partir das ideias de Shatford (1986) e Smit (1997), que a tarefa de análise documentária da imagem, a qual tem por objetivo a identificação do conteúdo informacional da imagem fotográfica, por meio da recuperação das categorias informacionais QUEM, ONDE, QUANDO, COMO, O QUE reunidas ao DE Genérico, DE Específico e o SOBRE, contempla a dimensão expressiva da fotografia, que trata da parte da imagem fotográfica dada pela técnica de construção imagética (como, por exemplo: composição, enquadramento, posição da câmera na hora do clique, luminosidade, tempo de exposição, efeitos especiais, entre outros), ou seja, é a aparência por meio da qual a fotografia mostra seu teor informacional.

⁷⁵ Castro, Astréa; Castro, Andresa e Gasparian (2007, p. 71) definem metadados como “Dados relativos a outros dados, isto é, dados estruturados e codificados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender ou preservar outros dados ao longo do tempo.”

Ao implementar, experimentalmente, no acervo fotográfico do CHCP o instrumento de descrição de fotografias desenvolvido por Pavezi, foi possível verificar que o mesmo atendia a maior parte das especificidades e necessidades relativas à descrição das fotografias da instituição, no entanto, em virtude da criação de um banco de imagens, era necessário agregar mais um conjunto de metadados técnicos sobre a captura digital da imagem, o qual será explicitado no tópico relativo à digitalização das fotografias, também foi preciso incluir, no grupo de dados administrativos, o metadado referente ao nome do doador(a) devido a grande incidência desse tipo de aquisição no acervo.

5.6.4 O formulário eletrônico de descrição fotográfica

Com base na estrutura de metadados proposta por Pavezi (2010, p. 141), foi construído, com o auxílio de um Especialista em Sistemas de Informação⁷⁶, um Formulário eletrônico de descrição fotográfica (Apêndice H), que poderá ser utilizado tanto *on-line* como *off-line*, dependendo da configuração a ser decidida pelo administrador (gerente). Foi desenvolvido, em um banco de dados do software livre, *My Structured Query Language (MySQL)*⁷⁷, o que significa Minha Linguagem de Consulta Estruturada, versão 5.0, em linguagens *HyperText Markup Language (HTML)*⁷⁸ e *Personal: Hypertext Preprocessor (PHP)*⁷⁹.

Com o propósito de servir como apoio e base de consulta, bem como de contribuir para a padronização e correção do abastecimento de dados dessa ferramenta

⁷⁶ Luis Jerônimo Alves Roscoff

⁷⁷ É um sistema de gerenciamento de banco de dados (SGBD), bastante popular na atualidade, ultrapassando a marca de 10 milhões de instalações mundiais, que utiliza a linguagem *Structured Query Language (SQL)* que significa Linguagem de Consulta Estruturada, como interface.

⁷⁸ Linguagem de marcação de Hipertexto utilizada para produzir páginas na Web.

⁷⁹ Linguagem interpretativa livre e comumente utilizada para gerar conteúdo dinâmico na Rede Mundial de Computadores.

de descrição, foi elaborado, a exemplo de Pavezi (2010, p. 144), porém com acréscimos e adequações pertinentes à realidade do acervo do CHCP, o “Manual para o preenchimento dos campos do formulário eletrônico de descrição fotográfica”, no qual, constam: a discriminação de cada campo dos cinco conjuntos de metadados, o vocabulário controlado a ser empregado, a composição do código de identificação das fotografias e as referências consultadas (Apêndice F).

5.7 Digitalização das fotografias

Ainda, visando à preservação e ao acesso às fotografias do CHCP, foi criado um banco de imagens, por meio da digitalização das fotografias, que trata da migração da imagem analógica para a imagem digital.

A reprodução fotográfica, por intermédio da digitalização, contribuirá fortemente para a melhoria de dois requisitos fundamentais neste estudo, a preservação e difusão fotodocumental. O primeiro, por restringir o manuseio das fotografias que estarão devidamente acondicionadas e armazenadas, e o segundo, por alargar o acesso às imagens, permitindo sua disseminação na internet.

A realização desse processo buscou, dentro do possível, devido a limitações de infraestrutura tecnológica e de pessoal especializado, adequar-se às Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, editadas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em abril de 2010, as quais têm como objetivo auxiliar as instituições detentoras de acervos arquivísticos de valor permanente na concepção e execução de projetos e programas de digitalização.

Para a citada Recomendação, a digitalização se refere a:

...um processo de conversão dos documentos arquivísticos em formato digital, que consiste em unidades de dados binários, denominadas de *bits* - que são 0 (zero) e 1 (um), agrupadas em conjuntos de 8 *bits* (*binary digit*) formando um *byte*, e com os quais os computadores criam, recebem, processam, transmitem e armazenam dados.

De acordo com a natureza do documento arquivístico original, diversos dispositivos tecnológicos (hardware) e programas de computadores (software) serão utilizados para converter em dados binários o documento original para diferentes formatos digitais. No entanto, o produto dessa conversão não será igual ao original e não substitui o original que deve ser preservado. A digitalização, portanto, é dirigida ao acesso, difusão e preservação do acervo documental.⁸⁰

O processo de digitalização das 452 fotografias, concernentes ao período de funcionamento do Regimento de Polícia Rural Montada da BM, ocorreu somente após as etapas de levantamento de dados e diagnóstico do acervo fotográfico, higienização, arranjo e descrição documental, as quais viabilizaram o necessário conhecimento das características das fotografias (dimensões, tipo de papel, gramatura, estado de conservação, etc.) e da quantificação do acervo a ser digitalizado. Também foram realizados testes com os equipamentos disponíveis no CHCP (scanner de mesa e câmara fotográfica digital). Todos esses procedimentos contribuíram para a escolha do equipamento a ser utilizado, ficando, então, definido que o processo seria realizado com um scanner de mesa, que, além de atender às necessidades do acervo, é de simples operação, não requerendo aparatos técnicos mais elaborados para a captura digital das imagens fotográficas. A tarefa foi realizada por um componente da equipe⁸¹ do CHCP, segundo as orientações da autora desta dissertação e arquivista da instituição.

5.7.1 Matriz digital (MD), derivadas de acesso (DA) e de navegação (DN)

Entre as orientações do CONARQ (2010), estão as relativas à escolha de formatos abertos, os quais se caracterizam por disponibilizarem publicamente suas especificações de regras e padrões descritos formalmente para a interpretação dos *bits* constituintes de um arquivo digital.

⁸⁰ CONARQ, 2010, p.5, grifo do autor.

⁸¹ Soldado Temporário Rafael Ferraz Borges.

O procedimento de captura digital, a partir dos originais fotográficos, propiciará a geração de representantes digitais⁸² de alta e baixa resolução, respectivamente, chamadas de matrizes e derivadas (de acesso e de navegação).

Para captura digital das MD optou-se pela utilização do formato *Tagged Image File Format* (TIFF) “que apresenta elevada definição de cores sendo amplamente conhecido e utilizado para o intercâmbio de representantes digitais entre as diversas plataformas de tecnologia da informação existentes”.

Foram, ainda, adotadas as recomendações do CONARQ relativas às fotografias Preto e Branco e Cor, constantes na Tabela 1, do referido documento, que indica configurações apropriadas para a captura de MD: tipo de reprodução - cor; formato de arquivo digital – TIFF sem compressão, resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB.

Com vistas a permitir um recorte posterior para produção de formatos de arquivo digital derivados para acesso, assim como para preservar as características da fotografia, tais como a existência ou não de margem, tipos de bordas (reta ou irregular), etc, foi mantida uma margem pequena ao seu redor. Às MDs não foi dado nenhum tratamento que viesse causar modificações em relação à fidelidade visual das fotografias originais.

Foram criadas representantes digitais DA, com compressão e resolução menores, visando à facilitação do acesso e disseminação, nos formatos *Joint Photographic Experts Group* (JPEG)⁸³ e *Portable Network Graphics* (PNG)⁸⁴. As

⁸² Conforme definição apresentada pelo CONARQ (2010, p. 4), representante digital é a representação, em formato de arquivo digital, de um documento originalmente não digital. É uma forma de diferenciá-lo do documento de arquivo nascido, originalmente, em formato de arquivo digital.

⁸³ CONARQ (2010, p. 15) especifica, em nota de rodapé, que JPEG é um formato de arquivo digital com compressão com perdas (*lossy*), padronizado pela ISO, *International Standard Organization* – <http://www.iso.org>, de ampla aceitação e uso, o que o limita como melhor opção para matriz digital. Tem sido avaliado o uso do formato JPEG 2000, para a produção de matrizes digitais. Disponível em: <http://www.jpeg.org/> . Acesso em abril de 2009.

⁸⁴ Segundo CONARQ, o formato de arquivo digital PNG foi usado, a princípio, em substituição ao formato GIF e tem logrado aceitação para a geração de matrizes digitais, tendo características semelhantes ao TIFF. Uma de suas vantagens é empregar uma compressão sem perdas, configurando-se ainda em um formato padronizado pela *International Standard Organization* como ISO/IEC 15948:2003. Porém, apresenta limitações na inserção de metadados embutidos.

representantes DA poderão receber edições na imagem digitalizada como correções para melhor visualização.

Tendo em vista a necessidade de imagens ilustrativas a serem utilizadas em sítio da internet, foram criadas representantes digitais DN, com baixa resolução, do tipo *thumbnails* (versões reduzidas de imagem), nas quais, também, foram empregados os formatos PNG e JPEG.

5.7.2 Metadados técnicos da digitalização

Os metadados técnicos (Quadro 06), atinentes aos meios tecnológicos (*softwares, hardwares* e processos), empregados na digitalização, foram registrados em campos específicos da Base de Dados Eletrônica do Acervo Fotográfico do CHCP (instrumento de descrição das fotografias) e estão em conformidade com as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes do CONARQ.

Data de criação
Responsável pela criação
Data de modificação
Responsável pela modificação
Sistema de iluminação
Formato do arquivo
Dimensão em pixel: Largura X / Altura Y
Profundidade de cor (resolução tonal ou de cor)
Modo de Cores = Bitonal, escala de cinza (grayscale) e RGB
Resolução linear = Pixel ou ponto por polegada (dpi ou ppi)
Tamanho do arquivo
Perfil de Cor = Padrão ICC40
Software de captura
Software de processamento de imagem
Sistema operacional
Hash (checksum) da imagem - <i>Hashing, hash</i>

Quadro 06 – Metadados técnicos da digitalização

O último dos metadados recomendados – referente ao Hash (checksum) da imagem, mesmo após várias tentativas não foi possível encontrar os valores a serem inseridos no Formulário eletrônico de descrição fotográfica, ainda assim, o campo para sua inserção foi mantido, pois se pretende resolver o problema.

5.7.3 Armazenamento e cópia de segurança dos representantes digitais e do banco de dados

Os representantes digitais e o banco de dados foram armazenados em dois HDs⁸⁵ Externos, com capacidade de 1,5 Tera, adquiridos, especialmente, para essa finalidade, sendo um, destinado à realização periódica de cópia de segurança, o qual será armazenado em local distante, fisicamente, do CHCP, como medida preventiva caso de problemas com *software*, *hardware* ou acidentes.

5.8 Difusão arquivística e catálogo seletivo de imagens

Após o desenvolvimento de todas as etapas descritas acima, foi possível implementar a difusão que trata do processo de tornar conhecido, de divulgar ou difundir o acervo e os serviços que são colocados à disposição dos usuários de uma instituição arquivística. Sendo assim, compreende-se essa etapa como o coroamento do trabalho arquivístico, isto é, o arquivista dá a conhecer o resultado de todo o seu esforço para que o acesso aos documentos seja possível, reafirmando sua qualidade de agente de preservação da memória.

Esta etapa terá como resultado o produto final da pesquisa em questão, a produção de um catálogo eletrônico de imagens, ou seja, o catálogo seletivo de fotografias, na versão eletrônica, intitulado “Abas Largas: tropa de elite da Brigada

⁸⁵ *Hard disks*

Militar, instrumento disponibilizado na Internet, na página do CHCP, a qual será inserida no sítio eletrônico da Brigada Militar.

Embora não esteja no escopo desta pesquisa, importa dizer, que em decorrência da mesma, esta sendo construído um sítio eletrônico para o CHCP baseado nas Diretrizes gerais para a construção de *websites* de instituições arquivísticas expedidas pelo CONARQ, em 2000 (Apêndice I).

Bellotto, nas afirmações abaixo, salienta quais as principais funções de um arquivo e sua finalidade: dar acesso aos usuários, às informações, referindo-se à difusão como uma atividade secundária, porém a que mais visibilidade dará a uma instituição arquivística.

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e assistência educativa.⁸⁶

A utilidade da difusão é abordada por Kossoy (2001, p. 42) especificamente em relação ao documento fotográfico de segunda geração, ou seja, a reprodução, pois a multiplicação do conteúdo, especialmente quando publicado, é um instrumento poderoso de disseminação da informação histórico-cultural. Ressalta, ainda, a importância de arquivos sistematizados de imagens com o intuito de preservação e difusão da memória histórica, acrescentando que “é em função dessa multiplicação da informação que a fotografia alcança sua função social maior”.

Santos (2007, p.181), ao referir-se à função arquivística de difusão, a utiliza como sinônimo de acesso, e a trata em conjunto com a descrição, pela relação intrínseca entre as duas, esclarecendo que “a velocidade e o nível de recuperação dependem, diretamente, da qualidade do nível de descrição dos documentos e

⁸⁶ BELLOTTO, 2004, p.227.

informações”. Estando a eficiência da difusão atrelada à qualidade da descrição, o autor afirma que as necessidades do usuário são fatores preponderantes para a definição do nível de descrição adequado para o tipo de informação e documentos, sejam eles, textuais, iconográficos, audiovisuais, etc.

5.8.1 O catálogo seletivo de imagens

Para cumprir a função arquivística de difusão do acervo fotográfico do CHCP, a qual é proposta deste trabalho e, igualmente, vai ao encontro da missão dessa instituição cultural, de difundir a memória da Guarnição da BM de Santa Maria, especialmente do 1º RPMon., analisaram-se, primeiramente, as características pertinentes aos diversos instrumentos de pesquisa adotados pela Arquivologia, tais como guia, inventário, catálogo, catálogo seletivo, índices e edição de fontes. Isso resultou na escolha do catálogo seletivo, por ser o que melhor atendia os requisitos desejados para a divulgação do acervo em pauta, devido ao seu caráter seletivo, o que viabilizaria apresentar o potencial de pesquisa do acervo de fotografias, sem que fosse necessário realizar, em um primeiro momento, a descrição de todos os itens fotográficos que abrangessem a temática proposta, trajetória do RPRMont. (1955-1974).

Para Bellotto (2004, p. 212) o catálogo seletivo “É o instrumento de pesquisa que traz uma relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada peça integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente”. A autora explica, também, que o catálogo seletivo tem as mesmas características apresentadas no catálogo e no inventário, porém com a diferença fundamental de que, no catálogo seletivo, após a escolha do fundo ou série e a parte dela a ser descrita, haverá, ainda, a seleção de qual item documental será descrito.

Dessa forma, por analogia ao conceito de catálogo, explicitado pela autora⁸⁷, é possível concluir que o catálogo seletivo é um instrumento que descreve individualmente as peças, previamente selecionadas, de uma ou mais séries, ou mesmo de fundos ou conjuntos documentais, podendo ou não respeitar a ordem de classificação.

5.8.1.1 Seleção das fotografias

O Catálogo Seletivo de Fotografias “Os Abas Largas: tropa de elite da Brigada Militar”, (Apêndices J e K), a ser publicado no formato eletrônico no *site* da Brigada Militar, será composto por 190 fotografias em suporte papel, do acervo do CHCP, as quais registram as atividades, os personagens e as paisagens que fizeram parte da trajetória do 1º Regimento no período em desenvolveu a missão especializada do policiamento rural do Estado do Rio Grande do Sul, ocorrida entre os anos de 1955 e 1974.

A seleção das imagens contou com os seguintes critérios:

- Descrição somente das imagens fotográficas, em suporte papel, que abarcam do período de atuação do RPRMont./1º RPRMont. (1955-1974), não importando, o fundo ou coleção do acervo fotográfico do CHCP a que pertencem;
- Seleção das imagens mais representativas, ou seja, que retratam atividades, funções, pessoas e cenários que fizeram parte do período de funcionamento do RPRMont./1º RPRMont (1955-1974);
- Escolha das imagens de melhor qualidade técnica, que apresentem boa nitidez e contraste.

⁸⁷ BELLOTTO, 2004, p. 202.

5.8.1.2 Estrutura Editorial

A estrutura editorial do catálogo seguiu as orientações indicadas por Bellotto (2004, p. 204), as quais aludem às seguintes partes:

- Apresentação dos autores.
- Introdução, em que o autor explica o porquê do tratamento unitário, salientando a não-uniformidade dos conteúdos dos documentos e a importância que possam ter para a pesquisa acerca de determinados temas que serão, então citados.
- Especificações técnicas e de tratamento, parte em que serão explicitadas as técnicas empregadas na elaboração dos verbetes, também serão apresentadas particularidades referentes a algum tratamento diferenciado que tenha sido empregado em algum grupo ou unidade documental. Nesse item, constará o Manual para Preenchimento do Formulário Eletrônico de Descrição Fotográfica.
- A descrição das fotografias será unitária e não seguirá a ordem do arranjo.
- A ordem interna dos dados descritivos será a mesma adotada no formulário eletrônico de descrição fotográfica, porém, nem todos os dados descritivos constarão no catálogo.
- Dados descritivos que farão parte do Catálogo Seletivo de Fotografias:
 - a) Dados Administrativos (código de referência, códigos relacionados, unidades relacionadas, datas-limite do item, local de arquivamento, guia de recolhimento/termo de doação, data do recolhimento/doação, autor da descrição, data da descrição).
 - b) Dados da Proveniência (todos).
 - c) Dados técnicos do suporte (todos).
 - d) Dados da Imagem (todos).

Tendo em vista seu formato eletrônico para divulgação na internet, este instrumento foi desenvolvido com o mesmo banco de dados e linguagem empregados no Formulário Eletrônico de Descrição Fotográfica, ou seja, com o aplicativo MySQL, versão 5.0 e linguagens HTML e PHP.

Ressalta-se que o Catálogo Eletrônico ainda não se encontra em sua versão final, devendo passar por ajustes de editoração e diagramação eletrônica.

6 CONCLUSÃO

Como desenvolver a preservação e a difusão da memória da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria a partir do acervo fotográfico do CHCP? Esse foi o problema apresentado nesta pesquisa, a qual partiu do pressuposto de que tal acervo seria um recurso eficiente para propiciar a preservação e a difusão almejadas.

Tendo em vista a resolução desse problema, foi proposta, como **objetivo geral**, a produção de um catálogo seletivo de fotografias, a ser publicado na internet, por meio da implementação de políticas arquivísticas de classificação (arranjo), descrição, conservação e difusão no acervo fotográfico do CHCP do período de 1955 a 1974, referente à atuação do Regimento de Polícia Rural Montada da Brigada Militar (RPRMont.), contribuindo, dessa forma, para a preservação e divulgação da memória da Brigada Militar de Santa Maria. Pois, acredita-se que somente a implementação de políticas arquivísticas que estejam intimamente relacionadas com as funções de criação, avaliação, aquisição, classificação, descrição, comunicação e conservação dos documentos arquivísticos, indicadas por Rousseau e Couture (1998), ancoradas nos princípios básicos, na teoria e normalizações da área da arquivologia, poderão dar conta de uma efetiva e bem sucedida preservação e divulgação da memória institucional.

Este trabalho tem como objeto de estudo e temática as fotografias do CHCP que registram a trajetória do Regimento de Polícia Rural Montada, o popular Regimento “Aba Larga”, no período de 1955 a 1974. Esse é um momento da história do 1º Regimento e da Guarnição da BM de Santa Maria muito pouco estudado, porém bastante referenciado pela própria Brigada Militar e até pela imprensa, que, em várias

oportunidades, publicou matérias referentes ao filme *Os Abas Largas*, lançado na década de 60, o qual também foi assunto do artigo de Corrêa (2002), em cuja narrativa afirmou que não havia, nos arquivos da BM, fontes que dessem conta desse acontecimento, embora a instituição tenha participado efetivamente do mesmo, visto que a história girava em torno das atividades de sua Polícia Rural. Neste mesmo texto, a autora expressou, ainda, as controvérsias relativas às datas do filme.

Portanto, é um período da história do 1º RPMon. carente de pesquisas e de fontes acessíveis aos pesquisadores, período que para o público em geral era mais conhecido pela existência do filme, graças à Casa de Memória Edmundo Cardoso que disponibiliza fontes aos interessados na memória do cinema em Santa Maria, do que pela própria história do 1º Regimento e suas nobres missões assumidas e desenvolvidas naqueles tempos.

Obviamente, o CHCP não esteve inerte a essa situação, pois, entre muitas das ações empreendidas em prol da memória da GuBM/SM e do 1º RPMon., apresenta, a partir de 2008, em seu museu, a história do Regimento através de imagens fotográficas e uniformes utilizados no decorrer dos tempos, retratando um pouco da história do Regimento Rural, em uma das salas da mostra de longa duração, *Brigada Militar: fardamentos e imagens*, onde expõe, entre objetos, um aba larga montado em seu cavalo, em tamanho natural, tendo, como fundo, um painel artístico, representando as planícies sul-rio-grandenses. Essa exposição foi fruto da união de forças entre o museu, arquivo e biblioteca que integrados trabalham por objetivos comuns. O arquivo, em particular, muniu a exposição com as informações de seus documentos e com as fotografias “garimpadas” em seu acervo fotográfico, o qual, mesmo desprovido de organização, mostrava o seu potencial.

Dessa forma, evidenciou-se a existência de uma demanda por parte dos pesquisadores em geral, como dos da própria instituição que ansiavam por fontes arquivísticas, bem como de um acervo fotográfico em estado latente, porém repleto de imagens e histórias para serem mostradas, que necessitava urgentemente de tratamento técnico apropriado, que viabilizasse sua preservação e acesso.

Assim, para alcançar o objetivo geral, acima explicitado, foram alvitados alguns objetivos específicos, os quais serão retomados e comentados em que medida foram atingidos.

Estudar a história e da trajetória a Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria, especialmente a atuação do Regimento de Polícia Rural Montada entre 1955 e 1974, com a finalidade de contextualizar as imagens fotográficas do acervo do CHCP. Objetivo completamente atingido, tendo como resultado o segundo capítulo, **Brigada Militar, o 1º Regimento e a Guarnição de Santa Maria** e o terceiro capítulo, **Os Abas Largas: tropa de elite da Brigada Militar**, desta dissertação. Sem a realização desses estudos seria inviável a reconstituição dos fundos e coleções dos quais o acervo fotográfico do CHCP é composto, bem como a descrição fotográfica, atividades basilares na gestão de acervos arquivísticos.

Realizar o diagnóstico do acervo fotográfico, mediante um levantamento detalhado da situação do mesmo, seu estado de conservação, características de deterioração, formatos, identificação do processo fotográfico utilizado e da estrutura (materiais do suporte, ligante e substância formadora da imagem). Foi plenamente atingido, tendo como resultado o preenchimento da ficha diagnóstico do acervo fotográfico do CHCP, a qual forneceu dados para a elaboração do tópico referente à sua situação atual, considera-se esta etapa do trabalho, levantamento de dados do acervo, uma condição prévia essencial para a proposição de medidas de tratamento em arquivos. Salienta-se que a realização desse objetivo proporcionou um levantamento de todo o acervo fotográfico da instituição, pois foi necessário examinar um a um item fotográfico, tendo em vista a identificação dos que se referiam à temática e ao período delimitados. O desenvolvimento deste bem como dos objetivos específicos a seguir foram detalhadamente apresentados e fundamentados no quinto capítulo desta dissertação, **Uma metodologia para o tratamento do acervo fotográfico do CHCP**.

Organizar o acervo fotográfico do CHCP, por meio da definição do arranjo, higienização, descrição e acondicionamento das fotografias do CHCP, referentes ao período e temática delimitados para a pesquisa, sendo que o processo de descrição abarcou somente as imagens selecionadas para o catálogo eletrônico de fotografias. Foi totalmente atingido, trazendo, como consequência, definição dos fundos e coleções

que compõem o acervo fotográfico da instituição, e, para os 452 itens fotográficos relativos à temática e períodos delimitados, foram elaborados os quadros de arranjo, higienizados, acondicionados em embalagens de material de qualidade arquivística, confeccionadas sob medida e descritas as 190 fotografias, que farão parte do referido catálogo.

Realizar a reprodução das fotografias, por meio da digitalização, com vistas a desenvolver um Banco de Imagens, facilitar o acesso e restringir o manuseio dos originais, contribuindo para a preservação das fotografias. Foi inteiramente atingido, uma vez que foram digitalizadas as 452 fotografias, sendo que essa tarefa esteve embasada nas Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes do CONARQ.

Analisar e selecionar as imagens que farão parte do catálogo eletrônico de fotografias. Foi completamente atingido, tendo, como resultado, a seleção de 190 fotografias, porém a atividade de análise documentária foi desenvolvida concomitantemente com a de descrição fotográfica.

Implementar uma base de dados do acervo imagético digitalizado. Objetivo inteiramente atingido, para o qual foi desenvolvido, em um banco de dados do software livre My Structured Query Language (MySQL), versão 5.0, em linguagens HyperText Markup Language (HTML) e Personal: Hypertext Preprocessor (PHP), com a ajuda de um especialista em sistemas de informação, o Formulário eletrônico de descrição fotográfica (Apêndice H), que teve como base a estrutura de metadados proposta por Pavezi (2010).

A posteriori, foi possível atingir o objetivo principal deste trabalho: a produção do catálogo fotográfico das imagens selecionadas no decorrer do estudo, visando à sua publicação na internet. Objetivo plenamente alcançado, para o qual foi desenvolvido o Catálogo Seletivo de Fotografias, intitulado “Os Abas Largas: tropa de elite da Brigada Militar”, no formato eletrônico visando à sua divulgação no site da Brigada Militar.

Esta pesquisa, ainda, possibilitou:

Ampliar o acervo fotográfico do CHCP com a doação do Álbum de Fotografias do cel. José Antônio Machado, com 267 fotografias, 01 cartão, 10 recortes de jornais, com

datas-limite: 1941-1967, sendo que 76 imagens foram escolhidas para fazer parte do Catálogo Seletivo de Fotografias “Os Abas Largas: tropa de elite da Brigada Militar”.

Solucionar a polêmica, apresentada por Corrêa (2002), referente às datas do longa metragem “Os Abas Largas”, pois, segundo os documentos arquivísticos sob a guarda do CHCP, a gravação aconteceu entre os meses de agosto e setembro de 1962, e seu lançamento, em Porto Alegre, ocorreu em 09 de agosto de 1963, e, em Santa Maria, em 13 de agosto do mesmo ano.

Produzir um estudo consistente e fundamentado acerca da história da BM e do 1º RPMon., o qual servirá como referência para a história da Unidade.

Higienizar e digitalizar, criando matrizes digitais e derivadas, com vistas à preservação e difusão das fotografias das galerias dos ex-comandantes: do 1º RPMon. (43 itens, com datas-limite 1892-2009); da EsFAS (18 itens, com datas-limite 1971-2009) e do 2º BOE (07 itens, com datas-limite 2001-2008).

Construir um sítio eletrônico para o CHCP, dentro dos padrões recomendados pelo CONARQ, com a finalidade de divulgar as atividades desenvolvidas pelo CHCP.

Dessa forma, conclui-se que esta pesquisa atingiu plenamente todos os objetivos a que se propôs e, como considerações finais, importa acrescentar que:

- A preservação de fotografias é um elemento primordial a ser considerado em uma instituição arquivística ou cultural. Em razão de ser um documento que possui uma química complexa, devido a sua emulsão ser composta por gelatina (alimento humano suscetível a ataque de insetos e roedores, absorção de umidade, riscos e arranhões degradação da imagem por exposição à luz) o que o torna mais sensível que os outros suportes documentais, associado ao problema causado pela diversidade e variações ocorridas durante o processamento fotográfico, há dificuldade de conservação desse tipo de acervo. Porém, existem ações que, em detrimento das dificuldades encontradas, poderão contribuir para salvaguarda do documento fotográfico. As principais ações se referem ao manuseio apropriado, armazenamento adequado, acondicionamento em material de qualidade, reprodução dos originais por meio da digitalização e o controle da umidade e temperatura do ambiente de armazenamento. Nesse sentido, foi necessário delinear uma metodologia para o tratamento do acervo fotográfico do CHCP, para aplicação, a priori, no período e temática delimitados pela pesquisa, ou

seja, no acervo fotográfico do CHCP referente ao período de atuação do Regimento de Polícia Rural Montada (1955-1974), no entanto, o tratamento proposto será passível de ser desenvolvido, posteriormente, em todo o acervo fotodocumental do CHCP. Assim, esta pesquisa se configura em um começo muito refletido e estruturado para a continuidade de tratamento do acervo fotográfico remanescente.

- Para a construção da metodologia para o tratamento do acervo fotográfico do CHCP, foi fundamental recorrer a produções bibliográficas de especialistas que há muito vêm labutando em prol da preservação de acervos fotográficos, como é o caso dos técnicos da Biblioteca Nacional, Jayme Spinelli Junior, Ana Lúcia de Abreu Azevedo, Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, entre outros estudiosos, que, por meio de seus textos, puderam democratizar o conhecimento adquirido ao longo de suas atividades profissionais. Igualmente, foi imprescindível a contribuição que o Arquivo Nacional tem proporcionado para o amadurecimento da arquivística brasileira, bem como a relevância das pesquisas que o Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM têm produzido, como a de Pavezi (2010) que foi basilar para os estudos referentes à descrição fotográfica deste trabalho.

- Outro aspecto que necessitou de atenção nesta pesquisa trata do acesso à informação/documento que é a finalidade principal da gestão de arquivos e que pode ser otimizado por meio de outra função arquivística, a difusão. Muito pouco adianta um arquivo fotográfico organizado, descrito e preservado dentro dos padrões contemporâneos adequados para fotografias, se não houver sua disponibilização ao administrador, ao cidadão, ao historiador e, no caso do CHCP, ao efetivo da Brigada Militar.

- Acredita-se que o Catálogo Seletivo de Fotografias “Os Abas Largas: tropa de elite da Brigada Militar” a ser disponibilizado na página do CHCP no sítio eletrônico da BM será um instrumento eficaz para a difusão da memória de GuBM/SM e de sua Unidade centenária, o 1º Regimento, visto que a BM está presente em todo o Estado, assim, qualquer membro da Corporação ou de instituições afins terá acesso a sua história. Também o sítio eletrônico do CHCP será uma ferramenta muito importante para a difusão de suas atividades e de seu acervo.

REFERÊNCIAS

“Aba Larga”: revista em quadrinhos com heróis e histórias verdadeiras. **Última Hora**, São Paulo, 07 jul. 1962.

ABREU, Ana Lucia de. **Acondicionamento e guarda de acervos fotográficos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1999. (Documentos Técnicos; 5)

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de; MURGUIA, Eduardo Ismael. **A análise do documento fotográfico através das normas ISAD(G) e AACR2**.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BECK, Ingrid (Coord.) (1994 / 2002). **Projeto cooperativo conservação preventiva em bibliotecas e arquivos**. Commission on Preservation and Access / Council on Library and Information Resources / Andrew W. Mellon Foundation / Vitae Apoio a Cultura, Educação e Promoção Social / Fundação Getúlio Vargas / Arquivo Nacional.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BLAYA PEREZ, Carlos. Difusão dos arquivos fotográficos. In: PERES, Rosanara Urbanetto (Org.). **Caderno de arquivologia 2**. Santa Maria, 2005.

BM: 55/58 – Abas Largas. **Brigada Gaúcha**, Porto Alegre, n. 116, p. 30-32, abr. 1958.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm . Acesso em 24 ago. 2010.

BURGI, Sérgio. **Organização e preservação de acervos fotográficos**: imagem, memória e tecnologia digital. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2006.

CAMARGO, A. M.; BELLOTO, H. L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: AAB – Núcleo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Astréa M.; CASTRO, Andresa M.; GASPARIAN, D. M. C. **Arquivos físicos e digitais**. Brasília: Thesaurus, 2007.

CHAGAS, Mário. Memória política e política da memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: Ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 136-167.

CINEMATECA BRASILEIRA (São Paulo, SP). **Filmografia brasileira**. São Paulo: Base de Dados. Disponível em: <http://www.cinemateca.com.br/>. Acesso em 4 jan.2011.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010. Dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=21&infoid=508&sid=46>>. Acesso em: 08 set. 2010.

CORRÊA, Roselaine Casanova. Os Abas Largas. In: FLORES, Moacir. **Cinema**: imagens da história (org.). Porto Alegre: Evangraf, 2002. p. 73-86.

CUNHA, Murilo B. da; CAVALCANTI, R. de Oliveira. **Dicionário de arquivologia e biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2008.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Projeto de organização e documentação para o Museu da Brigada Militar de Santa Maria**. Monografia (Especialização em Museologia) - Centro Universitário Franciscano, 2002.

FILIPPI, P.; LIMA, S. F.; CARVALHO, V.C. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, 4)

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FUNARTE. **Cadernos técnicos de conservação fotográfica**. 3. ed.rev. - Rio de Janeiro: Funarte/ MinC, 2004. (n. 1 a 5)

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALO JUNIOR. **A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

GOULART, Silvana. **Patrimônio documental e história institucional**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

HERLEIN, Natálio. "Os Abas Largas" um bom filme, atual, fiel aos costumes gaúchos. A Razão, Santa Maria, 11 ago. 1963.

HUYSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória**. Tradução: Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 2. Ed. Rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... et al. 5. Ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LOPES, Luís Carlos. **A gestão da informação**: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

_____. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas Assessoria Ltda, 2000.

LOPES SOBRINHO, Hermito. **Personagens de nossa história**. Infograph: Santa Maria, 1995. (254-257).

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer , 6).

MARIANTE, Hélio Moro. **Crônica da Brigada Militar gaúcha**. Porto Alegre: Imprensa Oficial Editora, 1972.

_____. Polícia Rural Montada: subsídios para sua história. **Brigada Gaúcha**, Porto Alegre, n. 11, p. 01-55, set. 1956.

MANINI, Miriam Paula. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (Orgs.). **Gestão em arquivologia**: abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008. cap. 5, p. 119-183.

_____. Análise documentária de fotografias: leitura de imagens incluindo sua dimensão expressiva. In: **Cenário Arquivístico**: Revista da Associação Brasileira de Arquivologia, Brasília, v.3, n.1, p. 16-28, jan.-jun. 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. **Guerra civil, modernidade e violência**: a Brigada Militar na República Rio-grandense. Dissertação (Mestrado de Integração Latino-Americana) – Universidade Federal de Santa Maria, 2002.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo gaúcho**: Fronteira platina, direito e revolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. (coleção brasileira novos estudos; v.3)

_____. A Revolução Farroupilha. In: Tau Golin (Coord. Geral.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul; v.2). p. 39-70.

PAVEZI, Neiva. **Arquivo fotográfico**: uma faceta do patrimônio cultural da UFSM. 2010. 227 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. **História & história cultural**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. A invenção da sociedade gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano14, n.2. 1993. p. 383-396.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

REICHEL, Heloísa Jochims. Fronteiras no espaço platino. In: Tau Golin (Coord. Geral). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v.1). p. 43-63.

1º REGIMENTO DE POLÍCIA MONTADA DA BRIGADA MILITAR DO RS. **Boletim Regimental**. Santa Maria, 23 de janeiro de 1956, nº 08.

_____. **Boletim Interno**. Santa Maria, 11 de julho de 1962, nº 146.

_____. **Boletim Interno**. Santa Maria, 09 de agosto de 1962, nº 171.

_____. **Boletim Interno**. Santa Maria, 11 de agosto de 1962, nº 173.

_____. **Boletim Interno**. Santa Maria, 21 de agosto de 1963, nº 158.

_____. **Este livro tem a história do 1º Regimento**. Santa Maria, 10 de novembro de 1965. p.13.

Regimento de Polícia Rural: Uma velha aspiração da população rural do Rio Grande do Sul, em fase de concretização... **Brigada Gaúcha**, Porto Alegre, n. 6, p. 05-12, jul. 1955.

RIO GRANDE DO SUL. **Regimento interno da Brigada Militar**. Porto Alegre. [19--].

ROCHA, Roberto Santos. Brigada Militar: 150 anos. In: José Hilário Retamoso (Org.). **Brigada Militar: 150 anos**. Porto Alegre: Presença, 1988. (Coleção 150 Anos Brigada Militar). p. 03-22.

ROSSEAU, Jean – Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos**. Distrito Federal: Senac, 2007.

SILVA, Édna Lúcia da; Menezes, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e sociais: tecnologia e consciência no universo digital**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB, 2009.

SIMÕES, Moacir Almeida. **História da Brigada Militar: para fins didáticos e de palestras**. Porto Alegre: Polost/ APESP, 2002.

SPALDING, Carlos Jonatas. Missão tradicionalista. **Brigada Gaúcha**, Porto Alegre, n. 11, p. 56-57, set. 1956.

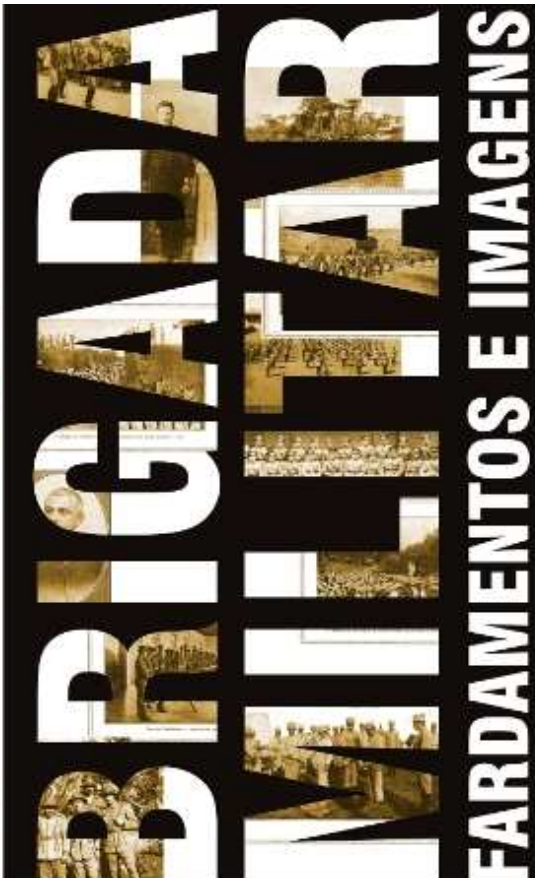
_____. A paz chegou aos pampas... 365 dias de policiamento rural. **Brigada Gaúcha**, Porto Alegre, n. 14, p. 16-21, ago. 1957.

SMIT, Johanna W.; KOBASCHI, Nair Y. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Projeto Como Fazer, 10).

Universidade Federal de Santa Maria. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses**: MDT. 7 ed. re atual. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

ANEXOS

Anexo A – Convite para inauguração da Exposição “Brigada Militar: Fardamentos e Imagens”



BRIGADA MILITAR FARDAMENTOS E IMAGENS

Convite

O 1º Regimento de Polícia Montada “Rgt. Cel. Pillar”, a Secretaria Municipal de Cultura e o Centro Histórico Coronel Pillar tem o prazer de convidá-lo (a) para a abertura da Exposição

“Brigada Militar: Fardamentos e Imagens”.

Dia: 15 de maio de 2008, quinta-feira
Horário: 19 horas

Local: Centro Histórico Coronel Pillar
 Rua Pinto Bandeira, 350 - Bairro Dores
Fone: (55) 3222 6300 Ramal: 238
e-mail: chep@brigadamilitar.rs.gov.br

Visite o site: www.museus.gov.br. Confira a programação da 6ª Semana de Museus - 12 a 18 de Maio de 2008
 “Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento”
 18 de maio - Dia Internacional de Museus

Patrocinadores:
 Prefeitura Municipal de Porto Alegre
 Secretaria Municipal de Cultura
 Centro Histórico Coronel Pillar

Financiamento:
 Caixa Econômica Federal
 Caixa de Assistência dos Funcionários do Município de Porto Alegre
 Caixa de Assistência dos Funcionários do Município de Porto Alegre

Apoio:
 FBM
 CVI
 CAIXA
 SMO



Anexo B – Modelo do certificado de doação de acervo ao CHCP

**Centro Histórico
CORONEL PILLAR**

CERTIFICADO DE DOAÇÃO

Eu, _____, brasileir(a) casad(a), residente à Rua/Avenida _____, nº _____, Cidade/Sigla do Estado, fone (____) _____, celular (____) _____, proprietário dos bens abaixo descritos, e tendo autoridade legal para deles me desfazer, expresso por meio deste o meu desejo de doá-los incondicionalmente ao Centro Histórico Coronel Pillar - 1º RPMon. “Rgt Cel Pillar” – Brigada Militar de Santa Maria.

DESCRIÇÃO DOS BENS DOADOS

Para levar a cabo este meu desejo, por este instrumento, autorizo a utilização das imagens, livre de qualquer ônus, à Brigada Militar do Estado do RS, renunciando a toda propriedade, direitos, títulos e posse, tudo de conformidade com o Código Civil Brasileiro. Declaro, também, que a doação das citadas propriedades não obriga o doado a conceder ao doador e seus herdeiros, qualquer privilégio e que a transferência de propriedade dos bens aqui descritos é feita em benefício do Centro Histórico Coronel Pillar.

Santa Maria, ___ de _____ de 20___.

Assinatura do(a) doador(a)
Nº Identidade: _____

Eu, JAIME MACHADO GARCIA, tenente-coronel, Diretor do CHCP e Comandante do 1º RPMon., aceito, em nome do Centro Histórico Coronel Pillar, a doação incondicional dos bens descritos acima.

JAIME MACHADO GARCIA
Ten.-cel. QOEM Cmt. 1º RPMon./Diretor do CHCP

Anexo C - Termo de Autorização de Uso de Imagens



Centro Histórico
CORONEL PILLAR

Termo de Autorização de Uso de Imagens

Eu, abaixo assinado e identificado, autorizo o uso das imagens, em número de ____ (_____) imagens digitais, as quais registram as atividades que desenvolvi como policial militar da Brigada Militar do RS, para compor **obras diversas de preservação histórica** que venham a ser planejadas, criadas e/ou produzidas pelo Centro Histórico Coronel Pillar, com sede na Rua Pinto Bandeira, 350, Santa Maria/RS, sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou para formação de acervo histórico.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, *podcasts*, vídeos e filmes para televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros), Internet, Banco de Dados Informatizado Multimídia, “*home video*”, DVD (“*digital video disc*”), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e **formação de acervo histórico**, sem qualquer ônus ao Centro Histórico Coronel Pillar ou terceiros por essa expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza sócio-cultural voltada a **preservação da memória histórica**, em todo território nacional e no exterior.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos as imagens ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Santa Maria, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura)

Nome:	
Endereço:	
Cidade:	Telefone:
RG N°:	CPF N°:
Nome do Representante Legal (se menor):	

APÊNDICES

Apêndice A - Ficha de diagnóstico do acervo fotográfico do CHCP

FICHA TÉCNICA DO ACERVO FOTOGRAFICO DO CHCP		
Instituição: Centro Histórico Coronel Pillar – CHCP Nº de peças do acervo: 4086 itens Datas-limite: 1892-2004		
Formatos/quantidades		
<input checked="" type="checkbox"/> fotos avulsas <input checked="" type="checkbox"/> com suporte <input checked="" type="checkbox"/> sem suporte <input checked="" type="checkbox"/> carte cabinet <input type="checkbox"/> carte de visite <input checked="" type="checkbox"/> outros	<input type="checkbox"/> diapositivos <input type="checkbox"/> 36 mm <input type="checkbox"/> 6x6 <input type="checkbox"/> 6x7 <input type="checkbox"/> 4"x5" <input type="checkbox"/> outros	<input checked="" type="checkbox"/> negativos coloridos <input checked="" type="checkbox"/> 35 mm <input type="checkbox"/> 6x6 <input type="checkbox"/> 6x7 <input type="checkbox"/> 4"x5" <input type="checkbox"/> outros
<input checked="" type="checkbox"/> fotos em álbum <input type="checkbox"/> carte cabinet <input type="checkbox"/> carte de visite <input type="checkbox"/> outros	<input type="checkbox"/> negativos de vidro <input type="checkbox"/> 9x13 <input type="checkbox"/> 18x24 <input type="checkbox"/> 29x25 <input type="checkbox"/> outros	<input type="checkbox"/> negativos de diacetato <input type="checkbox"/> negativos de nitrato <input type="checkbox"/> outros negativos
<input type="checkbox"/> estereoscópias <input type="checkbox"/> objetos em estojos <input type="checkbox"/> outros <input checked="" type="checkbox"/> panorâmicas <input type="checkbox"/> tamanho >/ <input type="checkbox"/> tamanho>	<input checked="" type="checkbox"/> negativos flexíveis (p&b) <input type="checkbox"/> 35 mm <input type="checkbox"/> 6x6 <input type="checkbox"/> 6x7 <input type="checkbox"/> 4"x5" <input checked="" type="checkbox"/> outros	
Processos fotográficos		
<input type="checkbox"/> daguerreótipo <input type="checkbox"/> ambrótipo <input type="checkbox"/> ferrótipo <input type="checkbox"/> papel salgado	<input type="checkbox"/> cianotipia <input type="checkbox"/> platinotipia <input checked="" type="checkbox"/> fotografia albuminada <input checked="" type="checkbox"/> papel/gelatina	<input type="checkbox"/> papel/colódio <input type="checkbox"/> fotomecânico <input type="checkbox"/> outros
Dimensões predominantes		
<input checked="" type="checkbox"/> 10x15 cm	<input type="checkbox"/> 13x18cm	<input type="checkbox"/> 20x25cm
Características de deterioração		
<input checked="" type="checkbox"/> sujidades <input checked="" type="checkbox"/> perfurações <input type="checkbox"/> ondulações <input checked="" type="checkbox"/> amarelecimento <input checked="" type="checkbox"/> esmaecimento <input checked="" type="checkbox"/> ataque de fungos	<input checked="" type="checkbox"/> emulsão deteriorada <input checked="" type="checkbox"/> abrasões <input checked="" type="checkbox"/> manchas <input checked="" type="checkbox"/> fraturas <input checked="" type="checkbox"/> rasgos <input type="checkbox"/> suporte quebradiço	<input checked="" type="checkbox"/> espelhamento de prata <input checked="" type="checkbox"/> excremento de insetos <input checked="" type="checkbox"/> fitas adesivas <input checked="" type="checkbox"/> dobras <input checked="" type="checkbox"/> perdas de emulsão <input checked="" type="checkbox"/> perdas de suporte

Formas de acondicionamento		
<input type="checkbox"/> caixas individuais <input checked="" type="checkbox"/> pastas suspensas <input checked="" type="checkbox"/> outros	<input checked="" type="checkbox"/> protetores/envelopes <input checked="" type="checkbox"/> agrupadas em um mesmo envelope	<input type="checkbox"/> jaquetas de poliéster
Mobiliário		
<input type="checkbox"/> armário <input checked="" type="checkbox"/> arquivo	<input type="checkbox"/> fichário <input type="checkbox"/> mapoteca	<input type="checkbox"/> estantes <input type="checkbox"/> outros
Localização do acervo		
<input type="checkbox"/> edifício próximo a grandes avenidas <input checked="" type="checkbox"/> próximo a estacionamento <input type="checkbox"/> próximo a fábricas <input type="checkbox"/> próximo ao mar <input checked="" type="checkbox"/> a sala possui muitas janelas <input type="checkbox"/> próximo à paredes que recebem calor <input type="checkbox"/> próximo à paredes com tubulações		
Outras informações		
<p>1) Existe algum trabalho de conservação em andamento? (Se existe qual é a proposta?) Não existe trabalho de conservação em andamento.</p> <p>2) Existe alguma política de reprodução e duplicação fotográficas? Não existe política de reprodução fotográfica, quando há necessidade efetua-se a digitalização por meio de <i>scanner</i> de mesa.</p> <p>3) Com que frequência o acervo é consultado? Não existe controle da frequência de consultas ao acervo.</p> <p>4) Qual é o perfil dos pesquisadores? A pesquisa é realizada por policiais militares, acadêmicos de graduação e pós-graduação, técnicas do CHCP.</p> <p>5) Quais são os cuidados tomados no manuseio dos documentos fotográficos? Existe a recomendação da utilização de luvas de proteção para o manuseio das fotografias.</p> <p>6) Quantas pessoas cuidam do acervo? No momento, uma arquivista.</p> <p>7) Existe alguma política de controle de acesso aos originais? Não existe uma política formal para o controle, porém existe a recomendação de que não ocorra o acesso sem a presença ou permissão da arquivista.</p>		

8) A umidade relativa e a temperatura são controladas?

Não há controle de umidade e temperatura na sala onde se encontra o acervo.

9) As condições ambientais são monitoradas e registradas?

Não.

10) Existe alguma rotina de limpeza do ambiente?

O ambiente é limpo diariamente.

11) Como é realizada a limpeza do ambiente?

O chão é varrido e após é passado um pano úmido bem torcido, o pano é lavado com água e desinfetante ou detergente neutro. O mobiliário é limpo com pano com álcool.

12) Quais são os tipos de revestimento empregados (teto, paredes, janelas, piso)?

Teto - revestido com placas de palha prensada.

Paredes – de alvenaria, pintadas com tinta acrílica.

Janelas – basculantes de 1,73x1,64m

Piso – revestido com lajotas cerâmicas.

13) Qual é o tipo de iluminação existente?

A sala possui iluminação natural e iluminação artificial por meio de lâmpadas fluorescentes.

14) Existe alguma política para enfrentar desastres (incêndios, inundações, vandalismo, etc.)?

Não existe planejamento para enfrentar desastres.

15) O quadro de pessoal está preparado? Como?

Não existe treinamento para enfrentar desastres.

16) São realizadas revisões elétricas periódicas?

Não.

17) Existem sistemas de alarme e de combate a incêndios?

Existem somente extintores de incêndio.

18) Existe sinal de infestação de insetos?

Não.

19) Existem problemas de goteiras?

Eventualmente, quando a chuva é muito forte, aparece uma pequena goteira, a qual já ocorreu tentativa de concerto, mas não foi possível encontrar rachaduras ou algum problema no telhado de amianto.

20) Outras observações.

FICHA TÉCNICA DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO CHCP Período de funcionamento do Regimento de Polícia Rural Montada (1955-1974)		
Nº de peças do acervo: 452 itens		
Formatos/quantidades		
(X) fotos avulsas () com suporte (X) sem suporte () carte cabinet () carte de visite (X) outros	() diapositivos () 36 mm () 6x6 () 6x7 () 4"x5" () outros	() negativos coloridos () 35 mm () 6x6 () 6x7 () 4"x5" () outros
(X) fotos em álbum () carte cabinet () carte de visite () outros	() negativos de vidro () 9x13 () 18x24 () 29x25 () outros	() negativos de diacetato () negativos de nitrato () outros negativos
() estereoscópias () objetos em estojos () outros () panorâmicas () tamanho >/ () tamanho>	(X) negativos flexíveis (p&b) () 35 mm () 6x6 () 6x7 () 4"x5" (X) outros	
Processos fotográficos		
() daguerreótipo () ambrótipo () ferrótipo () papel salgado	() cianotipia () platinotipia () fotografia albuminada (X) papel/gelatina	() papel/colódio () fotomecânico () outros
Dimensões predominantes		
(X) 8,5x13,5 cm	() 11,5x16,5cm	() 17,5x23,5cm
Características de deterioração		
(X) sujidades (X) perfurações () ondulações (X) amarelecimento (X) esmaecimento () ataque de fungos	(X) emulsão deteriorada (X) abrasões (X) manchas (X) fraturas (X) rasgos () suporte quebradiço	(X) espelhamento de prata (X) excremento de insetos (X) fitas adesivas (X) dobras (X) perdas de emulsão (X) perdas de suporte

Formas de acondicionamento		
<input type="checkbox"/> caixas individuais <input checked="" type="checkbox"/> pastas suspensas <input checked="" type="checkbox"/> outros	<input checked="" type="checkbox"/> protetores/envelopes <input checked="" type="checkbox"/> agrupadas em um mesmo envelope	<input type="checkbox"/> jaquetas de poliéster
Mobiliário		
<input type="checkbox"/> armário <input checked="" type="checkbox"/> arquivo	<input type="checkbox"/> fichário <input type="checkbox"/> mapoteca	<input type="checkbox"/> estantes <input type="checkbox"/> outros

Apêndice B – Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistado: ten.-cel. Worney Dellani Mendonça
Data: setembro de 2010

Biografia do Entrevistado

Policial Militar que tem ampla experiência e conhecimento das atividades desenvolvidas no 1º RPMon., em função de ser filho do capitão da reserva remunerada Armando Mendonça, o qual prestou serviços no Regimento, no período de estudo abrangido por esta pesquisa (1955-1974), vínculo familiar que proporcionou a Worney, desde criança, uma convivência com as atividades do 1º Regimento, o qual frequentava com uma certa assiduidade. Na vida adulta, ingressou na Brigada Militar, servindo, uma boa parte do tempo, no 1º Regimento, de abril de 1985 a março de 1995, como tenente, depois, como capitão, de 1996 a 2000. Desempenhou, entre outras funções, a chefia da 1ª Seção – P1, setor administrativo, encarregado de gerir os recursos humanos da Unidade. Igualmente, foi nessa função que Worney, juntamente com o então 1º Sargento Morales idealizou e propôs a criação do CHCP. O Comandante, na época, era o tenente-coronel Pafiadache, e o Subcomandante, o major Savariz que acataram e autorizaram a proposta. No posto de major exerceu, por quatro anos, a função de subcomandante do Regimento, de março de 2005 a maio de 2009. Desde maio de 2009, no posto de tenente-coronel, é comandante da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos de Santa Maria – EsFAS.

1) Qual a origem das fotografias que se encontravam junto ao Centro Histórico Coronel Pillar: Museu e Sala de Troféus em 1998? Onde se encontravam antes?

Resposta: As fotos encontradas no Centro Histórico Coronel Pillar: Museu e Sala de Troféus em 1998 foram recolhidas de diversas seções do Regimento, tais como Comunicação Social, Chefia do P1, Gabinete do Comandante, entre outras.

2) Como foram reunidas naquele local?

Resposta: Com a intenção de compor um acervo significativo para a preservação da memória do 1º Regimento, foram efetuadas buscas por todas as dependências do Quartel a fim de recolher para o espaço destinado ao CHCP.

3) Quem tirava as fotografias? Quem era responsável pelas mesmas?

Resposta: O registro fotográfico ficava a cargo da Seção de Assuntos Cíveis, que, atualmente, corresponde à Subseção de Comunicação Social que é subordinada à 1ª Seção da Unidade. Vários policiais militares desempenharam funções na Comunicação Social do Regimento, entre eles: Eron de Lima Rodrigues, Claiton Marinho de Camargo, César Augusto Rangel Cavalheiro, Arnildo Kirchof.

4) Com referência às fotografias do Coronel BENJAMIN D'AVILA PRADO, sabe-se como foram agregadas ao acervo?

Resposta: Pelo que me recordo, as fotos já estavam no 1º Regimento, não sei ao certo a origem das mesmas, mas devem ter sido tiradas pela Seção de Assuntos Cíveis, que era a responsável por essa tarefa.

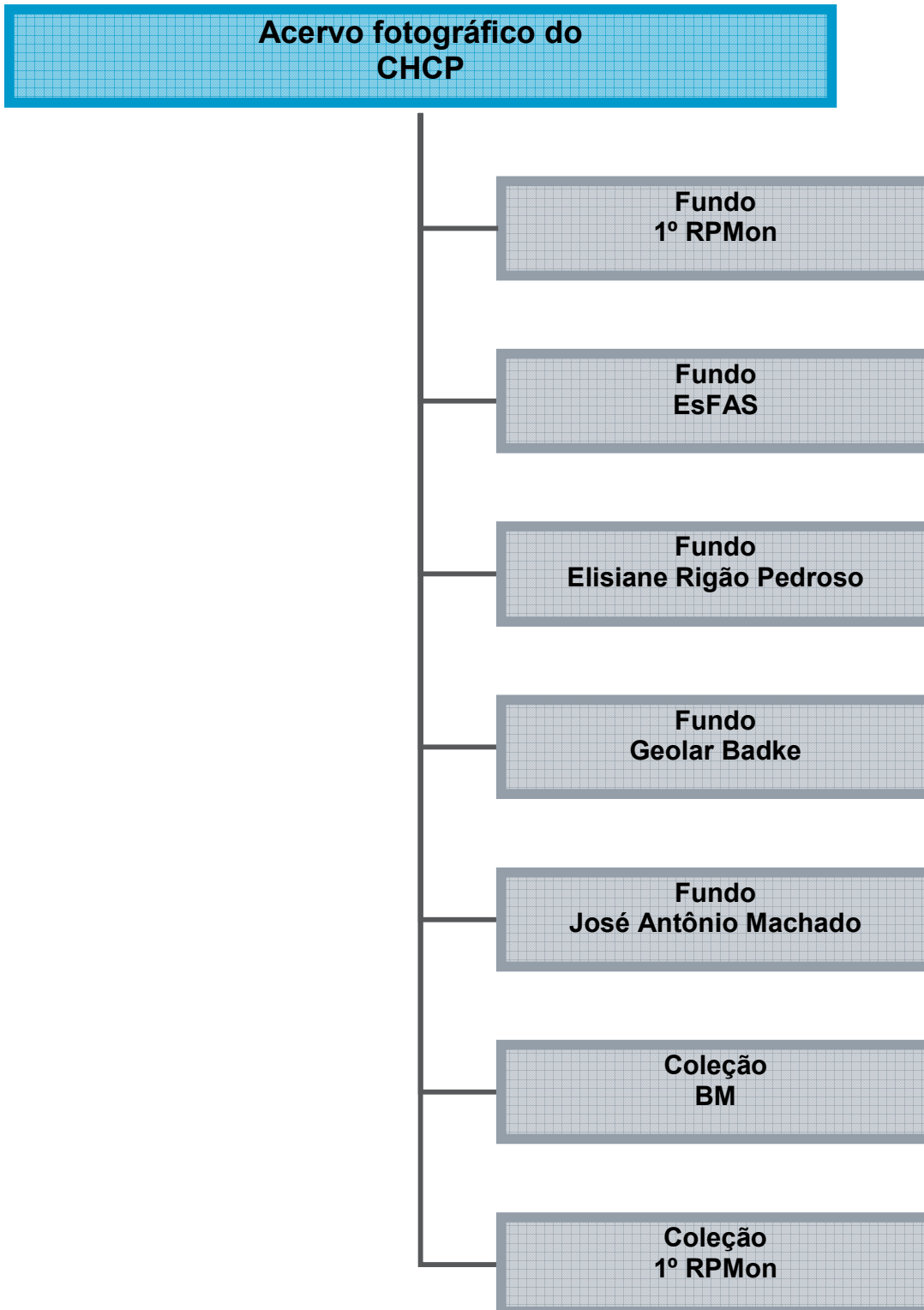
5) Com referência aos álbuns fotográficos do fundo EsFAS, que não possuem termo de doação ao CHCP, pois foram repassados para serem utilizados na exposição Brigada Militar: Fardamentos e Imagens. Como comandante da EsFAS, em sua opinião os álbuns deverão ficar sob a guarda do CHCP ou deverão retornar para a Escola?

Resposta: A princípio o correto seria que os álbuns retornassem para a guarda da Escola, mas sabendo do cuidado e o tratamento dado ao acervo sob a custódia do CHCP, considero bem mais prudente que permaneça no CHCP, onde essas fotografias além de receberem um tratamento adequado poderão ser disponibilizadas sempre que forem necessárias.

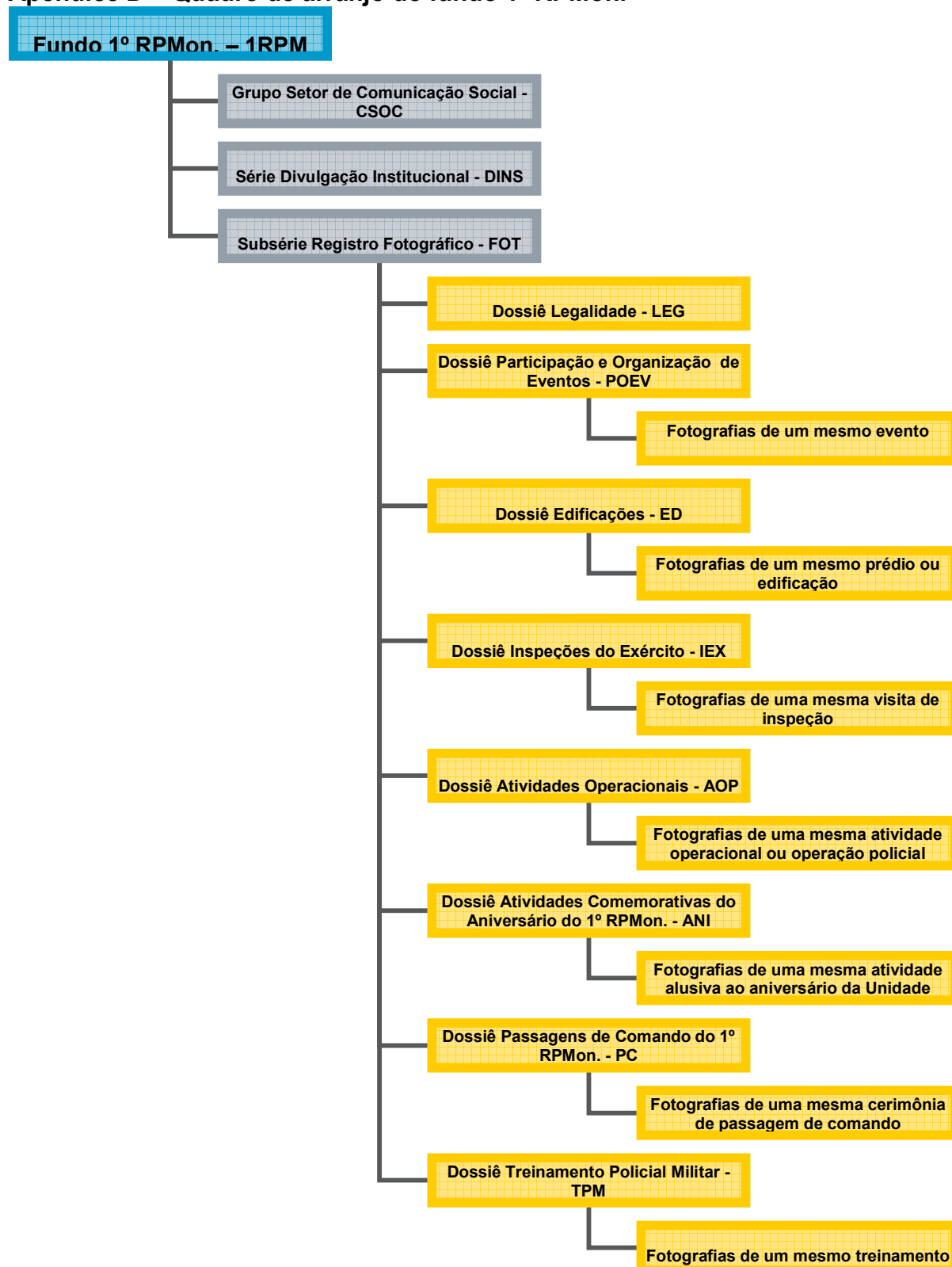
6) Com referência às fotografias dos Postos da BM (imagens de edificações que abrigam os postos policiais militares), se sabe informar para que função/atividade foram tiradas?

Resposta: São fotografias que foram tiradas para servirem de registro das edificações utilizadas pelos Postos Policiais Militares localizados na área de abrangência do 1º RPMon., como um registro do patrimônio da Brigada Militar e do Estado do RS, além de comporem estudo da época quanto as vulnerabilidades e potencialidades destinadas ao Chefe da 2ª Seção dentro do tema segurança de instalações vitais.

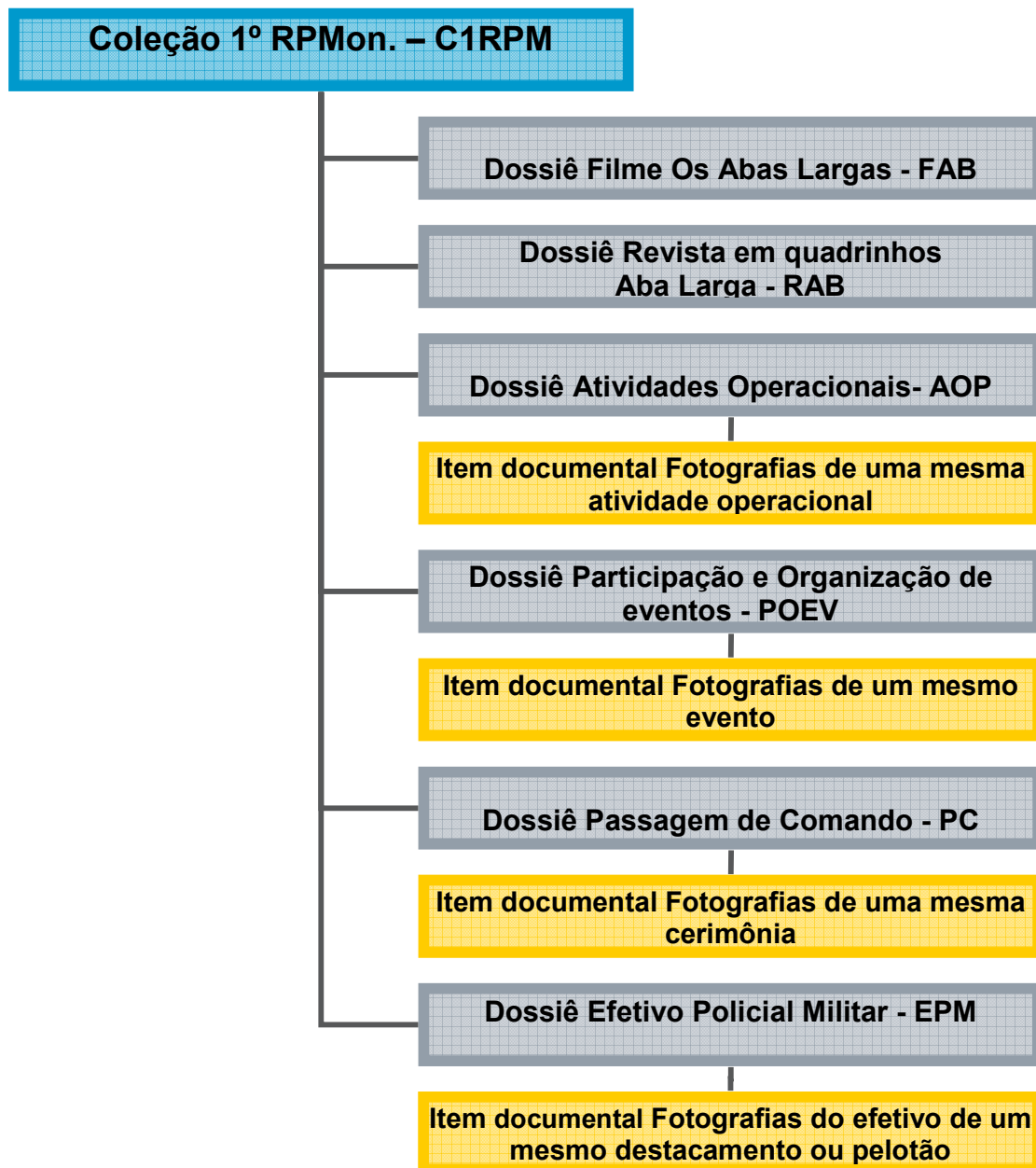
Apêndice C - Quadro de arranjo do acervo fotográfico do CHCP



Apêndice D – Quadro de arranjo do fundo 1º RPMon.



Apêndice E – Quadro de arranjo da coleção 1º RPMon.



Apêndice F – Descrição do acervo e dos fundos e coleções do CHCP

NÍVEL ACERVO



1 Área de identificação

1.1 Código de referência: BR RSCHCP

1.2 Título: Centro Histórico Coronel Pillar (CHCP)

1.3 Data: 1892-2010

1.4 Nível de descrição: Acervo da entidade custodiadora (0)

1.5 Dimensão e suporte: Acervo museológico - 789 peças; Acervo arquivístico - textual 114 metros lineares; Iconográfico - 4086 fotografias; Acervo bibliográfico - 1500 títulos.

Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es): Brigada Militar do RS, 1892-; 1º Regimento de Polícia Montada “Regimento Coronel Pillar”, 1892-2010; Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Graduados, 1970-1990; José Antônio Machado, 1941-1967; Elisiane Rigão Pedrosa, 2003; Geolar Badke, 1950-1981.

2.2 História administrativa/biografia: O Centro Histórico Coronel Pillar – CHCP, composto inicialmente por uma sala de troféus e um museu, foi inaugurado em 13 de novembro de 1998, por ocasião das comemorações dos 106 anos do 1º RPMon. e 161 anos da Brigada Militar. Inicialmente, ocupou uma área de aproximadamente

50m², localizada no pavilhão principal, próximo à guarda do Quartel. O CHCP foi idealizado pelos então cap. Worney Dellani Mendonça e 1º sgt. Renato Adolfo Morales da Silva, no comando do ten.-cel. Nelson Pafiadache da Rocha e do subcomandante major Savariz, os quais foram os grandes incentivadores dessa iniciativa, por entender que a memória da Brigada e da Unidade deveria ser preservada. Segundo Mendonça (2002), a concretização da criação do CHCP se deu em 1998, embora já houvesse uma proposta, de autoria do então sgt. Morales, de criar um Museu de toda a Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria. A publicação do ato de criação se deu em 05 de abril de 1999, em Boletim Interno nº. 063. A ideia inicial era que não seria necessária a contratação de funcionários para trabalhar no CHCP. Essa atividade seria realizada, de forma voluntária, por elementos da própria força ativa e os “julgados incapazes para o policiamento”. Ainda, conforme Mendonça, a carência de servidor especializado, a inexistência de formação e de capacitação nas áreas afins do CHCP foram os grandes empecilhos para que o trabalho tivesse continuidade, acrescentando que surgiram dificuldades com relação à manutenção, à limpeza e ao registro do acervo coletado. No ano de 2002, durante o comando do ten.-cel. Moisés Silveira de Menezes, o 1º RPMon. passou a contar, oficialmente, com uma profissional da área de museologia, Giane Vargas Escobar, e uma arquivista, Maria Candida da Silveira Skrebsky, que, de forma conjunta, elaboraram o Regimento Interno do CHCP, sendo este o documento que estabeleceu as diretrizes básicas para as ações de cada área, tendo como premissas a preservação, a pesquisa, a conservação do acervo e a divulgação da história e da trajetória da Brigada Militar de Santa Maria, em especial do legendário 1º Regimento. Nesse mesmo ano, o CHCP recebeu um novo espaço, passando a ocupar parte do prédio do antigo Cassino dos Oficiais, com aproximadamente 200m². A partir de 2005, ocupa a totalidade do prédio do antigo Cassino dos Oficiais, com 433m². O CHCP mantém convênio com a Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Franciscana, desenvolvendo projetos de pesquisa e extensão inicialmente com os Cursos de Arquivologia, História e Arquitetura. Também, desenvolve políticas museológicas e arquivísticas, atividades de pesquisa e organiza exposições, no intuito de preservar a memória da Corporação, retomando a História

do Rio Grande do Sul e fazendo justiça à importância da Brigada Militar em Santa Maria, em especial do legendário 1º Regimento de Polícia Montada.

2.3 História Arquivística: No ano de 1994, foi proposta a criação de um Museu da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria. Em 1998, quando da tentativa de recompor o Arquivo da Unidade, é resgatada a proposta de 1994, surgindo, então, a idéia de criar um Centro Histórico, que seria composto por documentos de arquivo, fotos, troféus. Após a análise, o então comandante do 1º RPMon., ten.-cel. Nelson Pafiadache da Rocha, efetivou a criação do Centro Histórico Coronel Pillar/CHCP, composto de sala de troféus e Museu e, no dia 13 de novembro de 1998, é inaugurado por ocasião das comemorações relativas ao aniversário do 1º RPMon. e da Brigada Militar. A publicação do ato de criação do CHCP se deu em 05 de abril de 1999, em Boletim Interno nº. 063. As peças que constituíram essa primeira exposição foram coletadas por policiais militares do 1º RPMon. e a ideia inicial era que não seria necessário a contratação de funcionários para trabalhar no CHCP. Tal atividade seria realizada, de forma voluntária, por policiais da ativa e os “julgados incapazes para o policiamento”. Com o passar do tempo, esse trabalho se tornou extremamente difícil, por não ser atividade fim da Polícia Militar e não haver profissionais capacitados para trabalhar nessa área. Surgiram inúmeras dificuldades com relação à manutenção, à higienização e ao registro e controle do acervo, sendo que, até o ano de 2001, o acervo permaneceu da maneira como estava no dia da sua inauguração em 1998, sem nenhum tratamento adequado. Em 2002, durante o comando do tenente-coronel Moisés Silveira de Menezes, o 1º RPMon. passou a contar, oficialmente, com uma profissional da área de museologia e uma arquivista, que, de forma conjunta, elaboraram o Regimento Interno do CHCP, sendo este o documento que estabeleceu as diretrizes básicas para as ações de cada área, tendo como premissas a preservação, a pesquisa, a conservação do acervo e a divulgação da história e da trajetória da Brigada Militar de Santa Maria, em especial do legendário 1º Regimento. Nesse mesmo ano, o CHCP recebeu um novo espaço, passando a ocupar parte do prédio do antigo Cassino dos Oficiais, com aproximadamente 200m². A proposta de reestruturação do museu do CHCP surgiu a

partir de um minucioso diagnóstico realizado durante o Curso de Pós-Graduação em Museologia/UNIFRA, em Santa Maria, no período de 2001-2002, na disciplina de Técnicas de Conservação Preventiva. Esse procedimento, realizado em 2001, possibilitou detectar várias tipologias de acervo como troféus, fotografias, equipamentos de trabalho, material bélico, uniformes, fitas de vídeo, documentos arquivísticos e bibliográficos. O acervo encontrado estava em um espaço de aproximadamente 50m², exposto nas duas salas destinadas ao Museu, cujo pé direito era bastante alto. Os objetos estavam dispostos em pedestais e prateleiras suspensas. Havia dificuldade para visualizar os troféus, que estavam em prateleiras muito altas, quase alcançando o teto. Havia, também, incidência direta de luz solar sobre o acervo e sujidades profundas. As poucas identificações estavam colocadas diretamente sobre os objetos. Os uniformes estavam "guardados" sobre as cadeiras, sendo que, desde a inauguração até o ano de 2002, as salas de exposições funcionaram mais como um depósito para a guarda de alguns objetos que os militares encontravam pelo pátio e nas salas de cada unidade militar. As fotografias estavam empoeiradas, dobradas, apresentando-se, muitas vezes, soltas em um armário de madeira ou fixadas em álbuns, sem critérios de organização, classificação e identificação. Poucas possuíam identificação no verso. Na mesma sala do museu, funcionava o Serviço de Protocolo e telefonista da Unidade. Em 2002, o Arquivo Central e Permanente do 1º RPMon., era vinculado à Assessoria de Efetivo e Logística e estava sob a responsabilidade do Setor de Efetivo, conforme o Regimento Interno do 1º RPMon. de fevereiro de 2001, porém, não era reconhecido pelos funcionários por esta denominação, que o chamavam "Arquivo Morto", mas, pela situação apresentada, preferimos intitulá-lo de Massa Documental Acumulada de modo desorganizado – MDA. A MDA possuía 114 m lineares de documentos e reunia a documentação de caráter intermediário e permanente/histórico proveniente dos níveis de gerenciamento administrativo e operacional. Era composta pelas seguintes tipologias documentais (espécies somadas às funções dos registros produzidos): ordens do dia, boletins regimentais, boletins internos, boletins gerais, boletins reservados, boletins especiais, livros de assentamentos do efetivo, dossiês dos servidores, processos de inclusão, cartões-ponto, livros-ponto, fichas de

assentamentos, certidões de tempo de serviço, balancetes mensais, processos licitatórios, fichas contábeis, etc. As datas-limite dos documentos da MDA eram dos anos de 1892 a 2001. A MDA encontrava-se em uma sala com 32 m², localizada no prédio interno central do Quartel da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria, no interior das dependências da Companhia Ambiental, unidade vinculada ao Batalhão de Polícia Ambiental, portanto, sem ligação alguma com o 1º RPMon., a não ser por serem ambas unidades da Brigada Militar do RS. O estado de conservação do acervo arquivístico era extremamente preocupante, tendo em vista a MDA estar infestada por insetos como brocas, cupins, traças e baratas; além de encontrar-se em iminente risco de incêndio, pois havia um fogareiro com botijão de gás junto ao acervo que era frequentemente utilizado. Quanto ao mobiliário, os documentos estavam armazenados em prateleiras de madeira, muitas delas infestadas por cupins e deformadas pelo peso dos documentos, arquivos de aço sem as mínimas condições de uso, enferrujados; ou estavam depositados diretamente no chão, dentro de caixas de papelão, já muito deformadas, tudo com muita poeira acumulada. A ordenação da documentação, quando existia, era alfabética, cronológica e/ou por espécies documentais, concebida empiricamente. Nesse sentido, a partir de março de 2002, deu-se início à elaboração de projetos conjuntos e à implementação de políticas museológicas e arquivísticas, com vistas à organização, à preservação, à pesquisa e à divulgação do acervo. Em março de 2002, concomitantemente com outras ações emergenciais, como higienização do acervo museológico e a transferência do museu para outro prédio, iniciou-se a análise da documentação institucional, a fim de verificar o embasamento legal do CHCP. O primeiro documento analisado foi o Regimento Interno do 1º RPMon.. Após, foi solicitado ao Comando a inclusão de nova redação, que desse mais visibilidade às ações intrínsecas ao CHCP, que, a partir de então, passou a integrar um Museu, um Arquivo Central e uma Biblioteca de Apoio, sendo subordinado, diretamente, ao Comandante do 1º RPMon., o qual seria, o Diretor do CHCP. Ainda em 2002, foram firmadas parcerias com instituições de ensino superior públicas e privadas, onde acadêmicos do Curso de Arquivologia da UFSM desenvolveram projetos tendo em vista a implementação de um Sistema de Arquivos no 1º RPMon,

e acadêmicos do Curso de História da UFSM elaboraram uma pesquisa para um novo projeto de exposição. Em 2003, aconteceu a primeira iniciativa no sentido da organização do acervo iconográfico do CHCP por acadêmicos do Curso de Arquivologia, porém, a organização não foi levada a cabo devido aos alunos serem voluntários e não poderem dedicar-se integralmente às atividades e, também, pelas peculiaridades do acervo iconográfico, seria muito importante um estudo muito mais aprofundado para o tratamento do mesmo. Ainda em 2003, foi lançada a campanha “Doe Acervo para o CHCP”, em que a instituição recebeu objetos, fotografias, insígnias, documentos, doação de 628 livros sobre História do RS, da Brigada Militar e literatura rio-grandense de acervo particular do Coronel José Luiz Silveira. Em 2005, acadêmicos do Curso de História da UNIFRA desenvolveram uma pesquisa sobre os uniformes da Brigada Militar, desde o ano de 1892, dando início ao processo de documentação do acervo museológico. As parcerias com as universidades públicas e privadas de Santa Maria têm sido de fundamental importância para o desenvolvimento dos objetivos e metas do CHCP, pois oportunizam aos acadêmicos a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em suas áreas de atuação, tais como arquivologia, museologia, história, arquitetura, etc., contribuindo para o amadurecimento do pensar desses futuros profissionais, relacionando-o com a prática. Em maio de 2004, foi encaminhado para a LIC/RS - Lei de Incentivo à Cultura do Estado do RS, o Projeto de Modernização do Centro Histórico Coronel Pillar, o qual foi aprovado no valor de R\$ 61.857,50 em outubro do mesmo ano. O projeto teve como objetivo geral modernizar e organizar o CHCP, contribuindo com a preservação e a recuperação do patrimônio cultural, material e imaterial do Estado do RS, e como objetivos específicos, implementar a pesquisa (intrínseca e extrínseca) sobre cada objeto do acervo museológico coletado; desenvolver a documentação manual e informatizada do acervo, possibilitando rápido acesso às informações, de acordo com procedimentos museológicos contemporâneos, elaborando as fichas de identificação e de localização, abertura de inventário, catalogação; incentivar a pesquisa, promovendo um maior contato com a comunidade, bem como disponibilizar o acervo museológico e arquivístico, quando devidamente organizado; implantar um Banco de História Oral, viabilizando o registro

de fatos, relatos, peculiaridades que a historiografia oficial não registrou, buscando, também, informações sobre a história de cada objeto do acervo do museu; higienizar, acondicionar e armazenar o acervo arquivístico visando a sua preservação; desenvolver estudos para a classificação, arranjo, avaliação e descrição dos documentos arquivísticos. A partir de 2006, aconteceu o desenvolvimento de um novo projeto expográfico, intitulado “Brigada Militar: Fardamentos e Imagens”, sendo ampliado o acervo museológico do CHCP, por meio de doações de peças, tais como instrumentos musicais, fardamentos, material bélico, dentre outros. Em 2007, foi aprovado, pela Lei de Incentivo à Cultura, o Projeto de Manutenção e Melhorias para o acervo do CHCP, no valor de R\$ 10.000,00, viabilizando materiais de consumo, mobiliários, tendo em vista a guarda e o acondicionamento do acervo. Até o ano de 2008, foram catalogadas 789 peças do acervo museológico, conforme o Livro de Registro do Museu. O acervo iconográfico totaliza 4086 imagens. Em 2009, a arquivista Maria Candida da Silveira Skrebsky, responsável técnica pela área do arquivo do CHCP, iniciou o desenvolvimento de estudos no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da UFSM com a finalidade de implementar as políticas arquivísticas necessárias ao acervo fotográfico do CHCP.

2.4 Procedência: Brigada Militar (BM), 1º Regimento de Polícia Montada (1º RPMon.), 4º Comando Regional de Bombeiros (4º CRB), Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos (EsFAS), Hospital da Brigada Militar de Santa Maria (HBM/SM), 2º Batalhão de Operações Especiais (2º BOE), 2ª Companhia de Polícia Rodoviária (2ª Cia Rv), Cel. José Antônio Machado, Cel. José Luis Silveira, Geolar Badke, Sd. Elisiane Rigão Pedroso, Cel. Hermito Lopes Sobrinho, Cap. Armando Mendonça, Ten. Ulmerindo Pinheiro, Major Carlos Flávio Krebs.

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo: Acervo museológico: fardamentos, armaria, material de trabalho, troféus, mobiliário, etc.. / Acervo arquivístico: arquivo institucional do 1º RPMon.; arquivos iconográficos de policiais militares e unidades pertencentes à BM

região de Santa Maria. / Acervo bibliográfico: obras raras; publicações, periódicos e trabalhos científicos sobre história do Rio Grande do Sul, história da Brigada Militar e segurança pública.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Acervo arquivístico – tabela de temporalidade de documentos; Acervos museológico e bibliográfico – comissão de acervo.

3.3 Incorporações: Acervo arquivístico – Em razão do fundo 1º RPMon. ser aberto, o mesmo será sistematicamente acrescido conforme os recolhimentos de documentos previstos na tabela temporalidade de documentos./Acervos arquivístico, museológico e bibliográfico são passíveis de novas incorporações por meio de aquisições de acervo que estejam de acordo com a missão do CHCP.

3.4 Sistema de arranjo: Não se aplica.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso: Sem restrição de acesso, porém, recomenda-se agendamento prévio para visitação de grupos ao museu, assim como para pesquisa ao acervo arquivístico.

4.2 Condições de reprodução: Não se aplica.

4.3 Idioma: Português.

4.4 Características físicas e requisitos técnicos: Não se aplica.

4.5 Instrumentos de pesquisa: Não disponível.

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais: Não se aplica.

5.2 Existência e localização de cópias: Não se aplica.

5.3 Unidades de descrição relacionadas: Não se aplica.

5.4 Notas sobre publicação: Não disponível.

6. Área de notas

6.1 Notas sobre conservação: Acervo, no geral, em bom estado de conservação, alguns documentos arquivísticos e bibliográficos necessitam de restauração.

6.2 Notas gerais:

7. Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista: Responsável pela descrição arquivista Maria Candida da Silveira Skrebsky.

7.2 Regras ou convenções: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma brasileira de descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2010-09-02

8. Área dos pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Brigada Militar do RS; Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Graduados; José Antônio Machado; Elisiane Rigão

Pedroso; Ulmerindo dos Santos Pinheiro; Geolar Badke; 1º Regimento de Polícia Montada “Regimento Coronel Pillar”; Outras formas - 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do RS; 1º RC; 1ºRCBM; Regimento de Polícia Rural Montada; RPRMont; 1º Regimento de Polícia Rural Montada; 1º RPRMont.; Regimento Aba Larga; Segurança Pública; Policiamento Ostensivo; Polícia Militar; Revolução Federalista; Revolução de 1930, Legalidade.

NÍVEL FUNDO



1 Área de identificação

1.1 Código de referência: BR RSCHCP 1RPM

1.2 Título: 1º Regimento de Polícia Montada – Regimento Coronel Pillar – 1º RPRMon..

1.3 Data: 1892-2003

1.4 Nível de descrição: Fundo (1)

1.5 Dimensão e suporte: Iconográficos - 1618 fotografias

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es): 1º Regimento de Polícia Montada “Regimento Coronel Pillar”; Outras formas - 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do RS; 1º RC; 1ºRCBM; Regimento de Polícia Rural Montada; RPRMont.; 1º Regimento de Polícia Rural Montada; 1º RPRMont.; Regimento Aba Larga.

2.2 História administrativa: O 1º RPMon. foi criado pelo ato nº. 382 de 10 de novembro de 1892, assinado pelo Dr. João Abbott, Presidente da Província. É a mais antiga Unidade de Cavalaria da Brigada Militar. Seu primeiro comandante foi o ten.-cel. Fabrício Baptista de Oliveira Pillar, Oficial do Exército Brasileiro, morto em combate, em 06 de setembro de 1894, no Capão das Laranjeiras, no município de São Francisco de Assis, em plena Revolução Federalista. Tomou parte em vários combates, destacando-se nos combates de Serrilhada, Itajaí, Sítio de Bagé, Arroio Formiga, Povo Novo, Pelotas, Canoas, São Francisco de Cima da Serra e Capão das Laranjeiras, entre os anos de 1893 e 1895. No século XX, durante a Revolução de 1923, destacou-se em ações como: Sítio de Passo Fundo e Ataque ao Quartel Velho em Santa Maria. Nesse mesmo ano, combateu na Estância da Serra, Fazenda Rocha, Guarita, São Gabriel, Santana do Livramento, Passo da Ferreira, Fazenda do Caverá. Na Revolução Constitucionalista de 1932 fez parte do destacamento do cel. Travassos Alves com um Pelotão. Combateu em Itararé, Passo da Farinheira, Fazenda do Cerro Alegre, sempre em território paulista. A partir de 1935, a Brigada Militar passou por uma fase de transformação, tendo uma atuação voltada para as atividades tipo polícia. Um marco importante na história do OPM e da própria BM foi a transformação do 1º Regimento de Cavalaria em Regimento de Polícia Rural Montada, em 29 de novembro de 1955, precursor das atividades de polícia no interior do Estado. Durante esse período, ainda teve a denominação de 1º Regimento de Polícia Rural Montada (1961), e pelo Decreto nº. 23.246, de 13 de agosto de 1974, passou a chamar-se 1º Regimento de Polícia Montada, denominação que mantém até hoje.

2.3 História Arquivística: No ano de 1994, foi proposta a criação de um Museu da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria. Em 1998, quando da tentativa de recompor o arquivo da Unidade, é resgatada a proposta de 1994, surgindo, então, a idéia de criar um Centro Histórico, que seria composto por documentos de arquivo, fotos, troféus, entre outros. Após a análise, o então comandante do 1º RPMon., ten.-cel. Nelson Pafiadache da Rocha, efetivou a criação do Centro Histórico Coronel

Pillar/CHCP, composto de sala de troféus e museu, que, no dia 13 de novembro de 1998, foi inaugurado por ocasião das comemorações alusivas ao aniversário do 1º RPMon. e da Brigada Militar. A publicação do ato de criação do CHCP se deu em 05 de abril de 1999, em Boletim Interno nº. 063. As peças que constituíram a primeira exposição foram coletadas por policiais militares do 1º RPMon., e a ideia inicial era que não seria necessária a contratação de funcionários para trabalhar no CHCP. Essa atividade seria realizada, de forma voluntária, por policiais da ativa e os “julgados incapazes para o policiamento”. Com o passar do tempo, este trabalho se tornou extremamente difícil, por não ser atividade fim da Polícia Militar e não haver profissionais capacitados e para trabalhar nessa área. Surgiram inúmeras dificuldades com relação à manutenção, à higienização, ao registro e controle do acervo, sendo que, até o ano de 2001, o acervo permaneceu da maneira como estava no dia da sua inauguração em 1998, sem nenhum tratamento adequado. No ano de 2002, durante o comando do ten.-cel. Moisés Silveira de Menezes, o 1º RPMon passou a contar oficialmente com uma profissional da área de museologia e uma arquivista, que, de forma conjunta, elaboraram o Regimento Interno do CHCP, sendo este o documento que estabeleceu as diretrizes básicas para as ações de cada área, tendo como premissas a preservação, a pesquisa, a conservação do acervo e a divulgação da história e da trajetória da Brigada Militar de Santa Maria, em especial do legendário 1º Regimento. Nesse mesmo ano, o CHCP recebeu um novo espaço, passando a ocupar parte do prédio do antigo Cassino dos Oficiais, com aproximadamente 200m². A proposta de reestruturação do museu do CHCP surgiu a partir de um minucioso diagnóstico realizado durante o Curso de Pós-Graduação em Museologia/UNIFRA, em Santa Maria, no período de 2001-2002, na disciplina de Técnicas de Conservação Preventiva. Esse procedimento, realizado em 2001, possibilitou detectar várias tipologias de acervo como troféus, fotografias, equipamentos de trabalho, material bélico, uniformes, fitas de vídeo, documentos arquivísticos e bibliográficos. O acervo encontrado estava em um espaço de aproximadamente 50m², exposto nas duas salas destinadas ao museu, cujo pé direito era bastante alto. Os objetos estavam dispostos em pedestais e prateleiras suspensas. Havia, também, incidência direta de luz solar sobre o acervo e sujidades

profundas. As poucas identificações do acervo estavam colocadas diretamente sobre os objetos. Os uniformes estavam "guardados" sobre as cadeiras, sendo que, desde a inauguração até o ano de 2002, as salas de exposições funcionaram mais como um depósito para a guarda de alguns objetos que os militares encontravam pelo pátio, nas dependências do quartel e das subunidades. As fotografias estavam empoeiradas, dobradas, apresentando-se, muitas vezes, soltas em um armário de madeira ou fixadas em álbuns, sem critérios de organização, classificação e identificação. Poucas possuíam identificação no verso. Na mesma sala do museu, funcionava o serviço de protocolo e telefonista da Unidade. Em 2002, o Arquivo Central e Permanente do 1º RPMon. era vinculado à Assessoria de Efetivo e Logística e estava sob a responsabilidade do Setor de Efetivo, conforme o Regimento Interno do 1º RPMon., de fevereiro de 2001, porém, não era reconhecido pelos funcionários por esta denominação, que o chamavam "Arquivo Morto", mas, pela situação apresentada, era preferível intitulá-lo de Massa Documental Acumulada de modo desorganizado – MDA. A MDA possuía 114 m lineares de documentos e reunia a documentação de caráter intermediário e permanente/histórico proveniente dos níveis de gerenciamento administrativo e operacional. Era composta pelas seguintes tipologias documentais (espécies somadas às funções dos registros produzidos): ordens do dia, boletins regimentais, boletins internos, boletins gerais, boletins reservados, boletins especiais, livros de assentamentos do efetivo, dossiês dos servidores, processos de inclusão, cartões-ponto, livros-ponto, fichas de assentamentos, certidões de tempo de serviço, balancetes mensais, processos licitatórios, fichas contábeis, etc. As datas-limite dos documentos da MDA eram do ano de 1892 a 2001. A MDA encontrava-se em uma sala com 32m², localizada no prédio interno central do Quartel da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria, no interior das dependências da Companhia Ambiental, unidade vinculada ao Batalhão de Polícia Ambiental, portanto, sem ligação alguma com o 1º RPMon., a não ser por serem ambas unidades da Brigada Militar do RS. O estado de conservação do acervo arquivístico era extremamente preocupante, tendo em vista a MDA estar infestada por insetos tais como brocas, cupins, traças e baratas; além de encontrar-se em iminente risco de incêndio, pois

havia um fogareiro com botijão de gás junto ao acervo que era frequentemente utilizado. Quanto ao mobiliário, os documentos estavam armazenados em prateleiras de madeira, a maioria delas infestadas por cupins e deformadas pelo peso dos documentos, arquivos de aço sem as mínimas condições de uso, enferrujados; ou estavam depositados diretamente no chão, dentro de caixas de papelão deformadas, tudo com muita poeira acumulada. A ordenação da documentação, quando existia, era alfabética, cronológica, e/ou por espécies documentais, concebida empiricamente. Nesse sentido, a partir de março de 2002, deu-se início à elaboração de projetos conjuntos e à implementação de políticas museológicas e arquivísticas, com vistas à preservação, à pesquisa e à divulgação do acervo. Em março de 2002, concomitantemente com outras ações emergenciais, como higienização do acervo museológico e a transferência do museu para outro prédio, iniciou-se a análise da documentação institucional, a fim de verificar o embasamento legal do CHCP. O primeiro documento analisado foi o Regimento Interno do 1º RPMon.. Após a análise, foi solicitado ao comando a inclusão item, que desse mais visibilidade às ações intrínsecas ao CHCP, que, passou a integrar um Museu, um Arquivo Central e uma Biblioteca de Apoio, sendo subordinado diretamente ao comandante do 1º RPMon, o qual seria, a partir de então, o Diretor do CHCP. Ainda em 2002, foram firmadas parcerias com instituições de ensino superior públicas e privadas, onde acadêmicos do Curso de Arquivologia da UFSM desenvolvem projetos tendo em vista a implementação de um Sistema de Arquivos no 1º RPMon, e acadêmicos do Curso de História da UFSM elaboraram uma pesquisa para um novo projeto de exposição. As parcerias com as universidades pública e privadas de Santa Maria têm sido de fundamental importância para o desenvolvimento dos objetivos e metas do CHCP, pois oportunizam aos acadêmicos a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em suas áreas de atuação como arquivologia, museologia, história, arquitetura, etc., contribuindo para o amadurecimento do pensar desses futuros profissionais, relacionando-o com a prática. Em maio de 2004, foi encaminhado para a LIC/RS - Lei de Incentivo à Cultura do Estado do RS, o Projeto de Modernização do Centro Histórico Coronel Pillar, o qual foi aprovado no valor de R\$ 61.857,50 em outubro do mesmo ano. O projeto teve como objetivo geral modernizar e organizar o CHCP,

contribuindo com a preservação e a recuperação do patrimônio cultural, material e imaterial do Estado do RS e, como objetivos específicos, implementar a pesquisa (intrínseca e extrínseca) sobre cada objeto do acervo museológico coletado; desenvolver a documentação manual e informatizada do acervo, possibilitando rápido acesso às informações, de acordo com procedimentos museológicos contemporâneos, elaborando as fichas de identificação e de localização, abertura de inventário, catalogação; incentivar a pesquisa, promovendo um maior contato com a comunidade, bem como disponibilizar o acervo museológico e arquivístico devidamente organizado; implantar um Banco de História Oral, viabilizando o registro de fatos, relatos, peculiaridades que a historiografia oficial não registrou, buscando, também, informações sobre a história de cada objeto do acervo do museu; higienizar, acondicionar e armazenar o acervo arquivístico visando a sua preservação; desenvolver estudos para a classificação, arranjo, avaliação e descrição dos documentos arquivísticos. Em 2007, foi aprovado, pela Lei de Incentivo à Cultura, o Projeto de Manutenção e Melhorias para o acervo do CHCP no valor de R\$ 10.000,00, viabilizando materiais de consumo, mobiliários, para a guarda e o acondicionamento do acervo. O acervo iconográfico totaliza 4086 imagens.

2.4 Procedência: 1º Regimento de Polícia Montada

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo: As fotografias registram as atividades e personalidades que fizeram parte da trajetória do 1º Regimento e abrangem as seguintes áreas de interesse para pesquisa: militar, policial militar, história regional e do Rio Grande do Sul, Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Não se aplica.

3.3 Incorporações: Fundo aberto, podendo receber recolhimentos periódicos.

3.4 Sistema de arranjo: De acordo com o quadro de arranjo.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso: Sem restrição de acesso.

4.2 Condições de reprodução: Sem restrição, mediante autorização e compromisso de crédito.

4.3 Idioma: Português.

4.4 Características físicas e requisitos técnicos: Não disponível.

4.5 Instrumentos de pesquisa: Bases de dados informatizadas, índices.

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais: Não se aplica.

5.2 Existência e localização de cópias: Não se aplica.

5.3 Unidades de descrição relacionadas: Não disponível.

5.4 Notas sobre publicação:

CENTRO HISTÓRICO CORONEL PILLAR. **Regimento Coronel Pillar:** símbolo de tradição e segurança pública (Exposição de longa duração). Santa Maria, 2003.

_____. **Brigada Militar:** fardamentos e imagens (Exposição de longa duração). Santa Maria, 2008.

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação: Acervo em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: Não se aplica.

7 Área de controle da descrição:

7.1 Nota do arquivista: Responsável pelo arranjo e descrição arquivista Maria Candida da Silveira Skrebsky

7.2 Regras ou convenções: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma brasileira de descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2010-07

8 Área dos pontos de acesso e indexação de assuntos:

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: 1º Regimento de Polícia Montada “Regimento Coronel Pillar”; Outras formas - 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do RS; 1º RC; 1ºRCBM; Regimento de Polícia Rural Montada; RPRMont; 1º Regimento de Polícia Rural Montada; 1º RPRMont; Regimento Aba Larga; Segurança Pública; Policiamento Ostensivo; Polícia Militar; Revolução Federalista; Revolução de 1930, Legalidade

NÍVEL FUNDO



1 Área de identificação:

1.1 Código de referência: BR RSCHCP JAM

1.2 Título: José Antônio Machado

1.3 Data: 1941-1967

1.4 Nível de descrição: Fundo (1)

1.5 Dimensão e suporte: Iconográficos 267 fotografias, 01 cartão, 10 recortes de jornais, a documentação encontra-se disposta em 36 folhas extraídas de um álbum de fotografias.

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es): José Antônio Machado; Coronel Machado; Coronel Machadinho.

2.2 História administrativa/Biografia: Nasceu em 21 de novembro de 1926, no município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul (Brasil), filho de Lauro Machado Soares e Olga Behr Soares. Casou-se com Gessy Abaide Machado com quem teve os filhos Ana Lucia e José Antônio. Em 13 de dezembro de 1943, ingressou como soldado no então 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar - 1º RC. Em 1944, concluiu o Curso de Formação de Sargentos, e, em 1949, o Curso de Formação de Oficiais, na Academia de Polícia Militar, ambos em Porto Alegre. Classificado para o 1º RC, desempenhou as funções de almoxarife-aprovisionador e secretário do Regimento, em 1950. Foi transferido para o Hospital da Brigada Militar de Santa Maria – HBM/SM, em 1952, onde desempenhou as funções de almoxarife-aprovisionador, comandante do contingente, secretário-tesoureiro. Em 1954, já no posto de 1º tenente, foi fiscal-administrativo até 1959, tendo respondido, por diversas vezes, pela direção e subdireção do HBM/SM. No período de 1959 a 1963, exerceu as funções de fiscal administrativo no 1º Regimento, tendo assumido interinamente, por diversas vezes, as funções de subcomandante e comandante da unidade. No

posto de major, assumiu as funções de subcomandante do 2º Batalhão de Guardas, com sede em Santa Maria, no ano de 1964. No posto de tenente-coronel, o comandou o 2º Batalhão de Guardas. De 05 de abril de 1967 a 17 de abril de 1968, comandou o 1º RPRMont, em Santa Maria. Em abril de 1967 foi transferido, a pedido, para a reserva, no posto de Coronel. Ainda, no ano de 1967, formou-se em Ciências Políticas e Econômicas pela UFSM. Exerceu, a partir de 1970, atividades na UFSM, onde foi diretor da Imprensa Universitária (1972 a 1990) e diretor da Divisão de Licitações do Departamento de Material e Patrimônio (1972 a 1990). Atuou, em 1970, como docente da disciplina de História Econômica Geral do Centro de Ciências Sociais Jurídicas e Econômicas da UFSM.

2.3 História Arquivística: Em 2010, em função dos estudos para a elaboração da dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM da Arquivista do CHCP, Maria Candida da Silveira Skrebsky, iniciou-se a pesquisa científica que teve como objeto de estudo o acervo fotográfico do CHCP e como objetivo geral a implementação de políticas arquivísticas no referido acervo, em especial nas fotografias do período de funcionamento do Regimento de Polícia Rural Montada (1955-1974), tendo em vista sua preservação e difusão. Para tanto, foi necessário identificar e conhecer a história do Regimento Rural e personalidades que fizeram parte da Organização Policial Militar, a fim, também, de proceder à descrição fotográfica. Assim, a arquivista entrou em contato com diversas pessoas e instituições que poderiam ter alguma informação sobre o período estudado, as quais repassou uma listagem com os nomes dos oficiais que comandaram o Regimento Rural, entre as instituições, a União Beneficente dos Praças Inativos da Brigada Militar, na pessoa do Sr. Valdir Christo, que entrou em contato com o filho do coronel José Antônio Machado, o qual é Cirurgião Dentista e Oficial do Quadro de Saúde do HBM/SM, sendo que o mesmo manifestou o desejo de fazer a doação do acervo iconográfico, de seu pai já falecido, ao CHCP, a doação se deu em 15 de maio de 2010.

2.4 Procedência: Doado por José Antonio Machado Filho, em 15 de maio de 2010.

3 Área de conteúdo e estrutura

Âmbito e conteúdo: As fotografias concentram-se no período em que José Antônio Machado serviu na Brigada Militar. As imagens abrangem as seguintes áreas de interesse para pesquisa: militar, policial militar, história regional e do Rio Grande do Sul.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Não se aplica.

3.3 Incorporações: Fundo fechado, sem previsão de novas incorporações.

3.4 Sistema de arranjo: De acordo com a ordem original das páginas do álbum de fotografias, a qual foi estabelecida pelo próprio José Antônio Machado.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso: Sem restrição de acesso

4.2 Condições de reprodução: Sem restrição, mediante autorização e compromisso de crédito.

4.3 Idioma: Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos: Não se aplica.

4.5 Instrumentos de pesquisa: Base de dados informatizada.

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais: Não Disponível.

5.2 Existência e localização de cópias: Não se aplica.

5.3 Unidades de descrição relacionadas: C1RPM, 1RPM.

5.4 Notas sobre publicação: Não disponível.

6. Área de notas

6.1 Notas sobre conservação: Documentos em bom estado de conservação

6.2 Notas gerais: Não se aplica.

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista: Responsável pelo arranjo e descrição arquivista Maria Candida da Silveira Skrebsky

7.2 Regras ou convenções: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma brasileira de descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2010-07

8 Área dos pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: 1º Regimento de Polícia Montada “Regimento Coronel Pillar”; Outras formas - 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do RS; 1º RC; 1ºRCBM; Regimento de Polícia Rural Montada; RPRMont; 1º Regimento de Polícia Rural Montada; 1º RPRMont; Regimento Aba Larga; Segurança Pública; Policiamento Ostensivo; Polícia Militar; Legalidade, José Antônio

Machado.

NÍVEL FUNDO



1 Área de identificação

1.1 Código de referência: BR RSCHCP ESFAS

1.2 Título: Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos - ESFAS

1.3 Data(s): Décadas de 70 a 90.

1.4 Nível de descrição: Fundo (1)

1.5 Dimensão e suporte: Iconográficos 1331 fotografias, sendo que 105, estão dispostas em 2 álbuns fotográficos.

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es): Escola Técnica de Polícia Militar, ETPM/ SM; Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Graduados; EsFAG; Escola Técnica de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos; ESFAS.

2.2 História administrativa: A **Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Graduados - EsFAG** foi criada em 13 de maio de 1970. O Major ORITZ MORARI ABIZ assumiu como Comandante e Diretor de Ensino visto o titular, tenente-coronel LEVITON LUIZ BRAGA, estar cursando a Escola Superior de Polícia Militar na Capital Federal. Em 08 de setembro de 1970, o tenente-coronel LEVITON LUIZ BRAGA retornou do Curso Superior de Polícia Militar. Em 26 de setembro do mesmo

ano, foram inauguradas as novas dependências e o Auditório da EsFAG. Sua permanência no comando deu-se até o dia 06 de janeiro de 1972. Em 16 de junho de 1970, em Boletim Geral nº. 107, foi publicada a criação, na EsFAG, de uma Banda de Música, com a inscrição para músicos civis. No mesmo ano, realizou-se a formatura da primeira turma de Cabos da EsFAG, tendo como paraninfo o coronel PM ITABORAY BARCELOS. Em 26 de dezembro de 1970, tornou público a ata de conclusão do *Curso CFS/ Combatentes*, o qual teve como patrono o coronel PM EMÍLIO AFFONSO MASSOT e paraninfo o coronel PM JAIME MIRANDA MARIATH, secretário de segurança pública. Em 22 de dezembro de 1971, ocorreu, na EsFAG, a formatura da **Primeira Turma do CFS/Enfermeiros**, tendo como patrono o 3º sargento PM ADEMIR CRUZ E ARRUDA e, como paraninfo, o coronel PM JONES SANTELANO. Em 07 de janeiro de 1972, assumiu a função de comandante o tenente-coronel PM MAURÍLIO NEVES ZIMERMANN, designado pelo Boletim Geral nº. 031 de 17 de fevereiro de 1972. Após quatro anos de existência e com o reconhecimento de sua capacidade de bem preparar os policiais militares para o exercício de suas atividades diárias, bem como do alto grau de conhecimento e profissionalismo de seu Corpo Docente, o Boletim Geral nº. 176 de 14 de agosto de 1974, e o Diário Oficial nº. 20, de 13 de agosto de 1974, publicaram a troca de denominação de Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Graduados - EsFAG para **Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos - EsFAS**. No ano de 1983, funcionou, na EsFAS, o **1º Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos - CHOA/PM**, com a formatura realizada no dia 16 de dezembro no Estádio da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria, com 30 formandos, sendo 03 da Polícia Militar do Mato Grosso. Com as transformações e reformulações na Corporação, em 22 de janeiro de 1998, através do Decreto nº. 38.107, foi criada a **Escola de Habilitação e Especialização de Praças - EsHEP**, com sede em Porto Alegre, quando a EsFAS, transformou-se em um destacamento da Escola de Porto Alegre, passando a denominar-se **Escola de Habilitação e Especialização de Praças/ Santa Maria – EsHEP/ SM**, sendo seu comandante um oficial do posto de capitão. No período de 1998 a 1999, a Escola formou duas turmas de Soldados de Polícia Militar, desenvolvendo o *Curso Básico de Formação Policial Militar - CBFPM*. Em 22

de fevereiro de 2002, pelo Decreto nº. 41.427/02 passou a denominar-se, **Escola Técnica de Polícia Militar de Santa Maria – ETPM/SM**. Em 07 de abril de 2010, através do Decreto Estadual nº. 47.165, passou a denominar-se novamente, **Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos - EsFAS**. Nos seus 40 anos de existência, a Escola foi responsável pela formação, habilitação e especialização de mais de 10.000 (dez mil) policiais militares, nos seguintes cursos: *Curso de Formação de Soldados, Curso de Formação de Cabos, Curso de Formação de Sargentos QPM-1 (Combatente), Curso de Formação de Sargentos Especialistas em Bombeiro, Curso de Formação de Sargentos Auxiliar em Saúde, Curso de Formação de Sargentos Auxiliar em Enfermagem Veterinária, Curso de Formação de Sargentos Especialistas em Manutenção de Motomecanização, Curso de Formação de Sargentos Especialista em Operador de Comunicações, Curso de Formação de Sargentos Especialista em Prótese Dentária, Curso de Formação de Sargentos Motorista, Curso de Formação de Sargentos Radiotelegrafistas e Mecânico de Rádio, Curso de Formação de Sargentos Femininos (CFS-Fem), Curso de Formação de Sargentos Especialista em Manutenção de Armamento, Curso Básico de Formação Policial Militar (CBFPM), Curso Técnico em Segurança Pública (CTSP); Curso de Aperfeiçoamento e Especialização para Sargentos (CAS), Curso de Habilitação de Oficiais em Administração (CHOA), Curso de Técnica de Ensino para Sargentos (CTES), Curso de Especialização em Policiamento Ostensivo para Sargentos (CEPOS), Curso de Especialização em Policiamento Ambiental para Sargentos (CEPAMS), Curso de Formação de Instrutor de Tiro para Sargentos*. No ano de 2007, foram realizados cursos de pequena duração nas seguintes áreas: defesa pessoal, emprego do bastão policial, tiro policial e identificação veicular. Em 2008, aconteceram os seguintes cursos: *Curso de Habilitação de Policial Militar Temporário, Curso de Promotor de Polícia Comunitária, e Cursos de Condutor de Veículo Policial*. Em outubro de 2008, iniciou-se o *Curso Técnico em Segurança Pública*, com 231 (duzentos e trinta e um) alunos matriculados, tendo cuja a formatura ocorreu em 19 de junho de 2009. Em 2009, no dia 13 de março, houve a conclusão do *Curso Básico de Formação Policial Militar*, com 57

(cinquenta e sete) alunos; e, no dia 08 de abril, o *Curso de Habilitação de Policial Militar Temporário* com 32 (trinta e dois) alunos. Em 2010, no dia 07 de abril, através do Decreto nº. 47.165, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 065 de 08 de abril de 2010, a Escola volta a denominar-se **Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos - EsFAS**. No dia 16 de abril de 2010, concluiu-se o *Curso Básico de Formação Policial Militar*, com 208 (duzentos e oito) alunos. Na data de 13 de maio 2010, a EsFAS completou 40 anos de sua criação, tendo como objetivo principal a formação e qualificação de sargentos oriundos das mais diversas localidades, para o desempenho das atividades de segurança pública junto aos 496 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. A EsFAS possui grande importância estratégica para a Região Central do Estado, em especial Santa Maria, pois, a cada ano transcorrido, são centenas de Policiais Militares que efetivamente frequentam os cursos oferecidos pela escola, onde os alunos executam, concomitantemente com as atividades de sala de aula, policiamento ostensivo fardado em reforço aos efetivos do 1º RPMon. e do BOE, jogos de futebol, FEISMA, Romaria da Medianeira, Operação Papai Noel, entre outras ações.

2.3 História Arquivística: Em 25 de novembro de 2003, foi repassada ao CHCP uma caixa de papelão com fotografias pelo major Vladimir Francisco Comasseto - Chefe da Seção de Ensino da Escola Técnica de Polícia Militar, documentação que seria descartada, caso não houvesse interesse. Na caixa, constavam 1188, fotografias em diversas dimensões (1056 coloridas, 132 p&b), soltas, sem nenhuma organização, sem identificação e bastante empoeiradas. A caixa era pequena, o que ocasionava a deformação e amassamento das fotografias, mas a maioria encontrava-se em bom estado de conservação, algumas porém apresentavam: rasgos, imagens carcomidas por insetos, adesivos colados nas imagens (como no caso dos copiões, que possuíam um adesivo com o número identificação das fotografias). Em 2007, por ocasião do planejamento e organização da Exposição Brigada Militar: Fardamentos e Imagens, foram repassados ao CHCP dois álbuns de fotografias com 105 fotografias, sendo 01 do ano de 1984, e o outro dos anos de 1992 a 1993.

2.4 Procedência: EsFAS

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo: As fotografias registram as atividades e personalidades que fizeram parte da trajetória da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos, tais como formaturas dos cursos, formaturas policiais militares, dependências da escola e do aquartelamento, atividades esportivas, missas, confraternizações (jantares, almoços), bailes, instruções, entre outras. As imagens abrangem as seguintes áreas de interesse para pesquisa: militar, policial militar, cursos e aperfeiçoamentos de polícia militar; história regional e do Rio Grande do Sul.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade:

3.3 Incorporações: Fundo aberto, podendo sofrer incorporações periódicas.

3.4 Sistema de arranjo: No caso dos álbuns de fotografias, será respeitada a ordem original. As fotografias soltas estão classificadas por funções/atividades conforme quadro de arranjo, mas ainda falta acondicionamento adequado.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso: Sem restrição de acesso.

4.2 Condições de reprodução: Sem restrição, mediante autorização e compromisso de crédito.

4.3 Idioma: Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos: Não se aplica.

4.5 Instrumentos de pesquisa: Não disponível.

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais: Não disponível.

5.2 Existência e localização de cópias: Não disponível.

5.3 Unidades de descrição relacionadas: Não disponível.

5.4 Notas sobre publicação: Não disponível.

6. Área de notas

6.1 Notas sobre conservação: Documentos em bom estado de conservação

6.2 Notas gerais: Fundo documental em processo de organização.

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista: Responsável pelo arranjo e descrição, arquivista Maria Candida da Silveira Skrebsky

7.2 Regras ou convenções: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma brasileira de descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2010-07

8 Área dos pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Escola Técnica de Polícia Militar, ETPM/ SM; Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Graduados; EsFAG; Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos; ESFAS; Cursos de formação e aperfeiçoamento da Brigada Militar.

NÍVEL FUNDO



1 Área de identificação

1.1 Código de referência: BR RSCHCP GB

1.2 Título: Geolar Badke

1.3 Data: 1950-1981

1.4 Nível de descrição: Fundo (1)

1.4 Dimensão e suporte: Iconográficos 11 fotografias, 15 recortes de jornais; Textuais 02 itens, folhas de alterações funcionais do Hospital da Brigada Militar de Santa Maria dos anos de 1954 e 1955.

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es): Geolar Badke

2.2 História administrativa/Biografia: Desempenhou durante vários anos atividades

junto à Prefeitura Municipal de Santa Maria, onde também exerceu o cargo de Diretor da Biblioteca Pública Municipal. Em 1950, recém formado pela Faculdade de Farmácia de Santa Maria, foi designado, pelo então Governador do Estado do RS, Walter Jobim, para dirigir os serviços farmacêuticos da Brigada Militar

2.3 História Arquivística: O acervo foi doado pelo filho de Geolar Badke, Carlos Alberto Badke, em 30 de julho de 2010.

2.4 Procedência: Doado por Carlos Alberto Badke, em 30 de julho de 2010.

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo: As fotografias concentram-se no período em que Geolar Badke serviu como ten. Farmacêutico no HBM-SM. As imagens abrangem as seguintes áreas de interesse para pesquisa: militar, policial militar, história regional e do Rio Grande do Sul, Guarnição da BM de Santa Maria, Hospital da Brigada Militar de Santa Maria,

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Não se aplica.

3.3 Incorporações: Fundo fechado, sem previsão de novas incorporações.

3.4 Sistema de arranjo: Os documentos estão arranjados em duas séries, Fotografias e Documentos textuais.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso: Sem restrição de acesso.

4.2 Condições de reprodução: Sem restrição, mediante autorização e compromisso de crédito.

4.3 Idioma: Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos: Não se aplica.

4.5 Instrumentos de pesquisa: Base de dados informatizada em processamento.

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais: Não disponível.

5.2 Existência e localização de cópias: Não disponível.

5.3 Unidades de descrição relacionadas: 1RPM, C1RPR, JAM, CBM

5.4 Notas sobre publicação: Não disponível.

6. Área de notas

6.1 Notas sobre conservação: Documentos em bom estado de conservação

6.2 Notas gerais: Não se aplica.

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista: Responsável pelo arranjo e descrição arquivista Maria Candida da Silveira Skrebsky

7.2 Regras ou convenções: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma brasileira de descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2010-07

8 Área dos pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: 1º Regimento de Polícia Montada “Regimento Coronel Pillar”; Outras formas - 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do RS; 1º RC; 1º RCBM; Regimento de Polícia Rural Montada; RPRMont; 1º Regimento de Polícia Rural Montada; 1º RPRMont; Regimento Aba Larga; Segurança Pública; Policiamento Ostensivo; Polícia Militar; Geolar Badke; José Antônio Machado; Hermito Lopes Sobrinho; José Luis Silveira.

NÍVEL FUNDO



1 Área de identificação

1.1 Código de referência: BR RSCHCP ERP

1.2 Título: Elisiane Rigão Pedroso

1.3 Data: 2003

1.4 Nível de descrição: Fundo (1)

1.5 Dimensão e suporte: Iconográficos 45 fotografias, 01 convite para formatura do Curso Básico de Formação Policial Militar.

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es): Elisiane Rigão Pedroso

2.2 História administrativa/ Biografia: Nasceu em 16 de dezembro de 1977, no município de Santa Maria/RS, filha de Luiz Valdenir Pedroso e Wilma Regina Rigão Pedroso. Casou-se com Alex Rodrigues Coelho, policial militar do 4º Comando Regional de Bombeiros, localizado em Santa Maria. Em 17 de fevereiro de 2003, ingressou como aluna soldado feminina, para frequentar o Curso Básico de Formação Policial Militar – CBFPM, na então Escola Técnica de Polícia Militar de Santa Maria. Após a conclusão do CBFPM, em 15 de dezembro de 2003, foi classificada no 1º RPMon.. onde desenvolveu atividades de policiamento ostensivo a pé, motorizado e montado, até o ano de 2005. Após, atuou até o ano de 2007, como telefonista e rádio-operador da Sala de Operações e, a partir do ano de 2009, passou a desenvolver atividades administrativas na 1ª Seção. Em 2010, devido a sua capacidade de iniciativa, competência e responsabilidade foi convidada para auxiliar nas atividades inerentes ao Sistema de Arquivos do 1º RPMon., passando a integrar o efetivo do Centro Histórico Coronel Pillar, desenvolvendo atividades de classificação, ordenamento e arquivamento dos documentos, bem como o treinamento dos militares estaduais que desempenhariam atividades de arquivos nas seções administrativas do Regimento. Formou-se em 2001 no Curso de Graduação de Fisioterapia da UFSM, concluiu, em 2008, o Curso de Pós-graduação Especialização em Saúde Pública pela Faculdade Internacional de Curitiba - Facinter.

2.3 História Arquivística: As fotografias faziam parte do arquivo pessoal da militar estadual Soldado Feminina Elisiane Rigão Pedroso. Elisiane, ao começar a trabalhar no CHCP, sensibilizou-se com o trabalho de preservação da memória da GuBM/SM, realizado na instituição cultural militar, especialmente em relação à organização do acervo fotográfico do CHCP, fator que fez com que decidisse doar as fotografias tiradas durante a sua participação no CBFPM. A doação se deu em 05 de agosto de 2010.

2.4 Procedência: Doado por Elisiane Rigão Pedroso em 05 de agosto de 2010.

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo: As fotografias registram o período em que a sd. Elisiane Rigão Pedroso participou do Curso Básico de Formação Policial Militar - CBFPM, realizado na ETPM-SM, de 17 fev. 2003 a 15 dez. de 200. As imagens registram as atividades do referido curso e abrangem as seguintes áreas de interesse para pesquisa: militar, policial militar, cursos e aperfeiçoamentos de polícia militar; história regional e do Rio Grande do Sul.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Não se aplica.

3.3 Incorporações: Fundo fechado, sem previsão de novas incorporações.

3.4 Sistema de arranjo: Conforme quadro de arranjo que conta com apenas uma série: Curso Básico de Formação Policial Militar.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso: Sem restrição de acesso

4.2 Condições de reprodução

4.3 Idioma: Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos: Não se aplica.

4.5 Instrumentos de pesquisa: Não disponível.

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais: Não disponível.

5.2 Existência e localização de cópias: Não disponível.

5.3 Unidades de descrição relacionadas: 1RPM, ESFAS.

5.4 Notas sobre publicação: Não disponível.

6. Área de notas

6.1 Notas sobre conservação: Documentos em bom estado de conservação

6.2 Notas gerais: Não se aplica.

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista: Responsável pelo arranjo e descrição arquivista Maria Candida da Silveira Skrebsky.

7.2 Regras ou convenções: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma brasileira de descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2010-10

8 Área dos pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: 1º Regimento de Polícia Montada “Regimento Coronel Pillar”; Segurança Pública; Policiamento Ostensivo; Elisiane

Rigão Pedroso; Curso Básico de Formação Policial Militar; Policiais Femininas; Polícia Militar; Escola Técnica de Polícia Militar de Santa Maria; ETPM-SM; Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos; EsFAS.

NÍVEL COLEÇÃO



1 Área de identificação

1.1 Código de referência: BR RSCHCP CBM

1.2 Título: Brigada Militar

1.3 Data: 1892 - 1990

1.4 Nível de descrição: Coleção (1)

1.5 Dimensão e suporte: Iconográficos 23 fotografias, 4 álbuns fotográficos com 1017.

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es): Brigada Militar do RS; major Krum, sgt. Ferraz, Claudiomir Machado

2.2 História administrativa/ Biografia: A história da Brigada Militar está intimamente ligada à história nacional, desde a Sedição Farroupilha, com a criação da FORÇA POLICIAL da então da Província do Rio Grande de São Pedro, integrante

do Império do Brasil, através da Lei Provincial nº 7, de 18 de novembro de 1837. Em 05 de maio de 1841, a Força Policial, que, até então não havia atuado, foi substituída pelo CORPO POLICIAL, que iniciou atividades de policiamento a partir de 14 de junho do mesmo ano. A Corporação teve participação na Guerra do Paraguai, quando sessenta praças foram incorporados ao Exército Imperial, recebendo a designação de 9º de Voluntários da Pátria e, posteriormente, de 39º de Voluntários da Pátria. Participou ativamente nos combates de Tuiuti, Avaí, nas ações de Estero Belaco, Passo da Pátria, Tuiu-Cuê, Humaitá, Suruí, Agostura e Lomas Valentinas, e outras refregas de menor expressão. O Corpo Policial foi extinto em 26 de abril de 1873, e, em seu lugar, foi criada a FORÇA POLICIAL, que conservou suas características militares, mas sofreu diversas modificações estruturais. Mais tarde, com a proclamação da República, a força pública rio-grandense precisou adaptar-se aos novos tempos. Assim, em 26 de dezembro de 1889, a Força Policial foi substituída pela GUARDA CÍVICA DO ESTADO, cuja missão era zelar pela ordem pública. Além da manutenção da ordem, a Guarda Cívica atuou nos conflitos armados ocorridos não só no RS, mas em outros estados do Brasil. Em 28 de março de 1892, uma junta governativa assumiu o governo e passou para a história com o nome de “governicho”. Essa junta decretou a reorganização da Guarda Cívica que retomou o nome de CORPO POLICIAL. Em seguida, em 06 de junho de mesmo ano, uma outra junta governativa assumiu o governo, tendo à testa o Visconde de Pelotas, que dissolveu o Corpo Policial e criou uma BRIGADA POLICIAL que teve curta duração, assim como a junta governativa. Quando Júlio de Castilhos reassumiu a presidência do Estado, em 17 de junho de 1892, a milícia gaúcha voltou a ser chamada de GUARDA CÍVICA, que, mais uma vez teve duração efêmera. Finalmente, em 15 de outubro de 1892, foi extinta a Guarda Cívica e criada a **BRIGADA MILITAR**, com a função de “zelar pela segurança pública, manutenção da República e do Governo do Estado, fazendo respeitar a ordem e executar as leis”. A Brigada Militar teve participação significativa nas revoluções Federalista; Assisista (1923); de 1924 (São Paulo); acompanhamento da Coluna Prestes até o norte do país; Revolução de 3 de outubro de 1930, Revolução Constitucionalista (1932) e na Campanha da Legalidade. A partir da publicação do Decreto-Lei Nº 667, de 2 de

julho de 1969, que reorganizou as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados Brasileiros e Distrito Federal, essas corporações passam a ser consideradas forças auxiliares, reserva do Exército Brasileiro e a missão da Brigada Militar tem a missão de realizar, com exclusividade, o policiamento ostensivo, em cujo emprego o homem ou fração usada sejam identificados de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública. A Corporação, entretanto, não se limita a policiar, ela responde presente aonde quer que a segurança e o bem-estar da sociedade estejam ameaçados, agindo preventivamente. Assim, além das atividades de policiamento ostensivo, a Corporação vem desenvolvendo, ao longo de sua história, uma série de atividades preventivas, tais como Operação Carnaval, Operação Volta à Escola, Operação Papai Noel, Operação Golfinho/Operação Verão, campanhas de Educação Para o Trânsito, Educação Ambiental, Programa Educacional de Resistência à Violência e Drogas (PROERD) e campanhas de prevenção a incêndios, entre outras. É nessas pequenas ações de todos os dias que reside o grande heroísmo que faz a glória dessa força que, há 170 anos, zela pelo cidadão rio-grandense.

2.3 História Arquivística: A coleção foi organizada pelo CHCP, devido à instituição possuir fotografias avulsas, de diversas procedências, porém com a temática história da Brigada Militar, retratando suas atividades, paisagens em que esteve inserida e os personagens que dela fazem parte.

2.4 Procedência: Brigada Militar, Japir Krum, Paulo Tabajara da Costa, sgt. Ferraz, Claudiomir Machado, Lara Silveira

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo: As fotografias registram as atividades, paisagens e personalidades que fazem parte da trajetória da Brigada Militar do RS a partir do ano 1892.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Não se aplica.

3.3 Incorporações: Não há previsão de novas incorporações.

3.4 Sistema de arranjo: Não disponível.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso: Sem restrição de acesso

4.2 Condições de reprodução: Sem restrição, mediante autorização e compromisso de crédito.

4.3 Idioma: Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos: Não se aplica.

4.5 Instrumentos de pesquisa: Não disponível.

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais: Não disponível.

5.2 Existência e localização de cópias: Não disponível.

5.3 Unidades de descrição relacionadas: Não se aplica.

5.4 Notas sobre publicação: Não disponível.

6. Área de notas

6.1 Notas sobre conservação: Documentos em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: Fonte do item 2.2 História administrativa/ Biografia: Disponível em: <http://www.brigadamilitar.rs.gov.br/historia/historico.asp> . Acesso em: 02 mar. 2011.

7. Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista: Responsável pelo arranjo e descrição arquivista Maria Candida da Silveira Skrebsky

7.2 Regras ou convenções: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma brasileira de descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2011-02

8 Área dos pontos de acesso e indexação de assuntos

8.2 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Brigada Militar; Segurança Pública; Policiamento Ostensivo; Policiais Femininas; Polícia Militar; Período Bélico.

NÍVEL COLEÇÃO



1 Área de identificação

1.1 Código de referência: BR RSCHCP C1RPM

1.2 Título: 1º Regimento de Polícia Montada “Regimento Coronel Pillar”

1.3 Data: 1892 -

1.4 Nível de descrição: Coleção (1)

1.5 Dimensão e suporte: Não disponível

2 Área de contextualização:

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es): 1º Regimento de Polícia Montada; Hermito Lopes Sobrinho; Major Krum, Armando Mendonça, Setembrino Prado Portela, Casa de Memória Edmundo Cardoso, José Fabrício Garcia.

2.2 História administrativa/ Biografia: O 1º RPMon. foi criado pelo ato nº. 382 de 10 de novembro de 1892, assinado pelo Dr. João Abbott, Presidente da Província, é a mais antiga Unidade de Cavalaria da Brigada Militar. Seu primeiro comandante foi o ten.-cel. Fabrício Baptista de Oliveira Pillar, Oficial do Exército Brasileiro, morto em combate em 06 de setembro de 1894, no Capão das Laranjeiras, no município de São Francisco de Assis, em plena Revolução Federalista. Tomou parte em vários combates, destacando-se nos combates de Serrilhada, Itajaí, Sítio de Bagé, Arroio Formiga, Povo Novo, Pelotas, Canoas, São Francisco de Cima da Serra e Capão das Laranjeiras, entre os anos de 1893 e 1895. No século XX, durante a Revolução de 1923, destacou-se em ações como Sítio de Passo Fundo e Ataque ao Quartel Velho em Santa Maria. Neste mesmo ano, combateu na Estância da Serra, Fazenda Rocha, Guarita, São Gabriel, Santana do Livramento, Passo da Ferreira, Fazenda do Caverá. Na Revolução Constitucionalista de 1932, fez parte do destacamento do cel. Travassos Alves, com um Pelotão. Combateu em Itararé, Passo da Farinheira, Fazenda do Cerro Alegre, sempre em território paulista. A partir de 1935, a Brigada Militar passou por uma fase de transformação, passando a ter uma atuação voltada para as atividades tipo polícia. Um marco importante na história do OPM e da própria BM foi a transformação do 1º Regimento de Cavalaria em Regimento de Polícia

Rural Montada, em 29 de novembro de 1955, precursor das atividades de polícia no interior do Estado. Durante este período ainda teve a denominação de 1º Regimento de Polícia Rural Montada (1961) e, pelo Decreto nº. 23.246, de 13 de agosto de 1974, passou a chamar-se 1º Regimento de Polícia Montada, denominação que mantém até hoje.

2.3 História Arquivística: A coleção foi organizada pelo CHCP, devido à instituição ter, sob sua custódia, fotografias avulsas de diversas procedências, que registram a história do 1º Regimento de Polícia Montada, retratando as atividades desenvolvidas, as paisagens em que esteve inserido e os personagens que dele fazem parte.

2.4 Procedência: Doações de Japir Krum, Hermito Lopes Sobrinho; Armando Mendonça, Setembrino Prado Portela, Casa de Memória Edmundo Cardoso, Jaime Machado Garcia.

3 Área de conteúdo e estrutura:

3.1 Âmbito e conteúdo: As fotografias registram as atividades, paisagens e personalidades que fazem parte da trajetória do 1º Regimento de Polícia Montada “Regimento Coronel Pillar” a partir de sua criação no ano 1892.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Não se aplica.

3.3 Incorporações: Há a possibilidade de novas incorporações.

3.4 Sistema de arranjo: Segundo uma relação de temas principais, que servem de base para classificação das fotografias.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso: Sem restrição de acesso

4.2 Condições de reprodução: Sem restrição, mediante autorização e compromisso de crédito.

4.3 Idioma: Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos: Não se aplica.

4.5 Instrumentos de pesquisa: Base de dados informatizada.

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais: Existem originais que permaneceram com o doador, o qual fez a doação somente da cópia em papel.

5.2 Existência e localização de cópias: Não se aplica para este nível de descrição

5.3 Unidades de descrição relacionadas: Não se aplica

5.4 Notas sobre publicação: Não disponível.

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação: A maioria dos documentos encontra-se em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: Não se aplica.

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista: Responsável pelo arranjo e descrição arquivista Maria Candida da Silveira Skrebsky

7.2 Regras ou convenções: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma brasileira de descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2011/02/

8 Área dos pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos:

1º Regimento de Polícia Montada; Segurança Pública; Policiamento Ostensivo; Policiais Femininas; Polícia Militar.

Apêndice G – Manual para preenchimento dos campos do formulário eletrônico de descrição fotográfica



Centro Histórico
CORONEL PILLAR

MANUAL PARA PREENCHIMENTO DOS CAMPOS DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO DE DESCRIÇÃO FOTOGRÁFICA

1 DADOS ADMINISTRATIVOS

1.1 Código de referência – código único para a imagem que está sendo descrita. Ver quadro a seguir. Ex.: BR RSCHCP 1RPM.0001, BR RS CHCP C1RPM.0001.

1.2 Tipo do código – indicar o tipo do código. Ex. prévio/temporário/dado pelo fotógrafo/atribuído pelo arquivista.

1.3 Código(s) relacionado(s) – especificar o relacionamento entre diferentes/ vários suportes de uma mesma imagem, dentro da instituição. Pode ser o código do negativo, papel, outro. Ex.: 22/1970.

1.4 Unidades relacionadas – indicar possíveis relacionamentos com outros documentos do acervo que podem complementar o sentido da imagem (indicar os códigos). Ex. JAM; C1RPM.

1.5 Datas-limite do item – indicar as datas inicial e final da documentação existente referente ao item que está sendo descrito. Formato da data sempre AAAA/MM/DD.

1.6 Dimensão do item - indicar a quantidade de documentos existentes de cada formato. Ex. 18 positivos em papel, 34 negativos 6x6 em acetato.

1.7 Local de arquivamento – indicar o local de guarda. Pode ser sala, arquivo, gaveta, caixa, prateleira, envelope, etc. Ex.: A 01, G 02, P 03, E 02.

1.8 Guia de recolhimento – número da guia de recolhimento ou termo de doação; pode ser, também, doação, dação, depósito e empréstimo sob custódia temporária e complementação de acervo (por microfilmagem ou digitalização). Ex.: número ou data do documento.

1.9 Data do recolhimento – data do recolhimento ou doação. Formato da data sempre AAAA/MM/DD.

1.10 Doador(a) – em caso da fotografia ter sido objeto de doação, indicar o nome da pessoa que fez a doação.

1.11 Difusão – pode ser publicação/ exposição, virtual/ impressa.

1.12 Referência da difusão – referência da obra ou nome do evento.

1.13 Referências da descrição – informações sobre os recursos que subsidiam as informações sobre a imagem descrita. Utilizar a NBR 6023. Este campo pode ser utilizado para anotações bibliográficas.

1.14 Autor da descrição – inserir o nome ou o código da pessoa que está inserindo/atualizando as informações.

1.15 Data da descrição – inserir a data em que o registro está sendo inserido/atualizado. Formato da data sempre AAAA/MM/DD.

2 DADOS DA PROVENIÊNCIA

2.1 Níveis de descrição (Fundo, grupo, série, dossiê, item) – indicar os níveis de descrição a que pertence a imagem.

2.2 Nota Explicativa – contextualizar a descrição com a história ou detalhes biográficos do objeto fotografado. Não tem relação com o histórico/ biografia da imagem/ criador. Ex. no caso das obras da construção da cidade universitária, poderão ser as características projetadas no plano piloto, ou a descrição do executado/ planejado em relação à obra.

3 DADOS TÉCNICOS DO SUPORTE

3.1 Fotógrafo – indicar o nome do autor.

3.2 Denominação – permite discriminar: fotografia, gravura, desenho, pintura. Pode ter um termo conjugado a ele: Fotografia/ cartão-postal, fotografia/ álbum, fotografia/ negativo. O item 1.5.5 NOBRADE exemplifica bem as possibilidades desse campo.

3.3 Tradição documental – a partir da visão diplomática, escolher entre original/ reprodução/ cópia.

3.4 Data do suporte – indicar a data do processamento do suporte. Formato da data sempre AAAA/MM/DD.

3.5 Material – indicar o tipo de suporte. Pode ser papel, vidro, plástico, metal.

3.6 Formato – escolher entre horizontal/ vertical/ quadrado/ oval/ circular/ irregular.

3.7 Técnica – preparar uma lista prévia com as técnicas existentes no acervo. Ex.: emulsão gelatina bromuro.

3.8 Dimensão do suporte – tamanho do suporte em milímetros.

3.9 Nitidez – escolher entre ótima/ boa/ ruim/ quase ilegível. Outras opções podem ser acrescentadas de acordo com as características e necessidades do acervo.

3.10 Cromia – escolher entre preto e branco/ colorida/ sépia / artisticamente tonalizada. Outras opções podem ser acrescentadas de acordo com as características e necessidades do acervo.

3.11 Polaridade – escolher entre negativo/ positivo.

3.12 Inscrições – copiar exatamente a inscrição contida na imagem. Se for igual ao título, repetir em ambos os campos.

3.13 Conservação – descrever o tipo de dano ou atribuir condição do objeto físico: (0 – sem sinais de danos; 1 – pequenos sinais de deterioração; 2 – precisa de tratamento de conservação; 3 – precisa de tratamento de conservação urgente).

4 DADOS DA IMAGEM

4.1 Título da imagem – nome que o criador deu para a imagem.

4.2 Tipo do título – ex.: título inventado, título prévio, título de trabalho, título atribuído pelo primeiro proprietário, atribuído pelo arquivista, etc.

4.3 Data da imagem – data da captura. Formato da data sempre AAAA/MM/DD.

4.4. Local da imagem – relacionado à imagem ou fotografado. Pode ser país, cidade, avenida, endereço, praça, instituição, etc.

4.5 Personagem(ns) – nome de indivíduos e entidades relacionados à imagem. Obs.: a biografia desses nomes também pode ser incluída. Pode ser produzida pelo próprio autor da descrição ou proveniente de um instrumento de padronização.

4.6 Dimensão expressiva – recurso técnico utilizado pelo fotógrafo, posição da câmara. Ex. paisagem, luz diurna, vista lateral, etc. (ver quadro, a seguir, desenvolvido por Manini (2004, 2008) para o preenchimento do campo referente à dimensão expressiva da imagem).

RECURSOS TÉCNICOS	VARIÁVEIS
Efeitos Especiais	<ul style="list-style-type: none"> - fotomontagem - estroboscopia - alto-contraste - trucagens - esfumação
Ótica	<ul style="list-style-type: none"> - utilização de objetivas (<i>fish-eye</i>, lente normal, grande-angular, teleobjetiva, etc.) - utilização de filtros (infravermelho, ultravioleta, etc.)
Tempo de Exposição	<ul style="list-style-type: none"> - instantâneo - pose - longa exposição
Luminosidade	<ul style="list-style-type: none"> - luz diurna - luz noturna - contraluz - luz artificial
Enquadramento	<ul style="list-style-type: none"> - enquadramento do objeto fotografado (vista parcial, vista geral, etc.) - enquadramento de seres vivos (plano geral, médio, americano, <i>close</i>, detalhe)
Posição de Câmera	<ul style="list-style-type: none"> - câmara alta - câmara baixa - vista aérea - vista submarina - vista subterrânea - microfotografia eletrônica - distância focal (fotógrafo/objeto)
Composição	<ul style="list-style-type: none"> - retrato - paisagem - natureza morta
Profundidade De Campo	<ul style="list-style-type: none"> - com profundidade: todos os campos fotográficos nítidos (diafragma mais fechado) - sem profundidade: o campo de fundo sem nitidez (diafragma mais aberto)

4.7 Termos relacionados – outros descritores indicativos sobre o que a imagem trata.

4.8 Conteúdo – descrição indicativa do que a imagem mostra. Utilizar termos a partir de uma lista de controle.

5 DADOS TÉCNICOS DA DIGITALIZAÇÃO

5.1 Data da criação – data da captura digital da imagem. Formato da data sempre AAAA/MM/DD.

5.2 Criado por - inserir o nome ou o código da pessoa que digitalizou a imagem fotográfica, ou seja, foi responsável pela criação da matriz digital (MD).

5.3 Modificado por - inserir o nome ou o código da pessoa que modificou a MD.

5.4 Data da modificação - data da modificação da imagem. Formato da data sempre AAAA/MM/DD.

5.5 Sistema de iluminação – quando for o caso.

5.6 Formato do arquivo – indicar o formato do arquivo utilizado. Ex. TIFF, JPEG, etc..

5.7 – Dimensão em pixel – indicar o tamanho da MD em pixel (Largura X/ Altura Y). Ex.: 3187x2013.

5.8 Profundidade de cor – indicar a resolução tonal ou de cor.

5.9 Modo de cores – bitonal, escala de cinza (*greyscale*) e RGB.

5.10 Resolução linear – pixel ou ponto por polegada (dpi ou ppi).

5.11 Tamanho do arquivo – Ex.: 15,1 MB

5.12 Perfil de cor – padrão ICC (*International Color Consortium* – Especificações para sistemas de cores em formatos e plataformas abertas. Disponível em: <<http://www.color.org/index.xalter>>. Acesso em abril de 2009.

5.12 Software de captura – indicar o programa utilizado na captura da imagem fotográfica. Ex.: *HP Photomart*.

5.14 Software de processamento de imagem - indicar o programa utilizado no processamento da imagem fotográfica. Ex.: digitalização HP.

5.15 Sistema operacional – indicar qual o sistema operacional utilizado na criação da MD. Ex.: Microsoft Windows XP, Professional, Versão 2002.

5.16 Hash (cheksum) da imagem - Algoritmo que mapeia uma sequência de bits (de um arquivo em formato digital), com a finalidade de realizar a sua verificação de integridade (*cheksum*).

VOCABULÁRIO CONTROLADO

Aba larga – (UP) Militar estadual do RPRMont. (1º RPMon.).

ANI - (UP) Atividades Comemorativas do Aniversário do 1º RPMon..

Animais - (TR) Cavalo, cachorro, gado bovino, gado ovino.

AOP - (UP) Atividades Operacionais de Polícia Militar. **(TR)** Policiamento rural.

Autoridades – (NE) Pessoas que ocupam cargos ou posições de destaque na sociedade.

Baile - (TR) festividades, comemorações.

BM – (UP) Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Cap – (UP) capitão. **(NE)** Oficial superior no posto de.

Cassino dos Oficiais da GuBM/SM – (NE) Local destinado às confraternizações e eventos dos Oficiais da GuBM/SM.

CBM – (UP) Coleção Brigada Militar

Cel – (UP) Coronel. **(NE)** Oficial superior no posto de coronel.

Civil – (NE) Pessoa que não é militar.

Cmt – (UP) Comandante de OPM ou OM.

Cmt G – (UP) Comandante-Geral da BM.

Comemoração – (TR) Festividade, almoço, jantar.

Crianças – (NE) Indivíduo da espécie humana na infância (menino ou menina).

CSOC - (UP) Setor de Comunicação Social

Dependências do aquartelamento – (TR) Salas, instalações internas do quartel.

Desfile – (TR) Parada, comemorações alusivas à Semana da Pátria, à Semana Farroupilha, Sete de Setembro.

Discurso - (NE) Exposição de idéias perante um público.

DINS - (UP) Divulgação Institucional.

ED - (UP) Edificações.

ERP – (UP) Elisiane Rigão Pedroso

ETPM SM – (UP) Escola Técnica de Polícia Militar de Santa Maria

FAB - (UP) Filme Os Abas Largas

Familiares – (NE) Pessoas que possuem laços de sangue ou de afinidade com os militares estaduais.

Fazenda da Brigada Militar - (UP) Fazenda Filipson em Itaara.

Festividade - (TR) Confraternização.

Filipson - (UP) Fazenda da Brigada Militar em Itaara.

Formatura geral – (NE) É a reunião de todo o efetivo disponível do OPM, excetuando os oficiais e praças que se encontram de serviço. (TR) Eventos militares, formatura.

FOT - (UP) Registro Fotográfico.

GB – (UP) Geolar Badke

HBM-SM – (UP) Hospital da Brigada Militar de Santa Maria.

IEX - (UP) Inspeções do Exército.

Instrução - (TR) Treinamento.

JAM – (UP) José Antônio Machado

LEG - (UP) Legalidade

ME – (UP) Militar Estadual.

Militar do Exército – (NE) Efetivo do Exército Brasileiro.

Missa campal – (NE) Missa celebrada em grandes áreas abertas para concentração de grande número de pessoas.

Mulher – (NE) Pessoa do gênero feminino.

Obras – (TR) Construção, reformas prediais ou de pavimentação.

Oficial – (NE) Militar de graduação superior à de sargento.

OM - (UP) Organização Militar.

OPM – (UP) Organização Policial Militar.

PC - (UP) Passagem de Comando.

PM – (UP) Policial Militar.

POA – (UP) Porto Alegre. **(NE)** Capital do Rio Grande do Sul

POEV - (UP) Participação e Organização de Eventos

Policramento montado – (NE) Atividade de policiamento ostensivo com utilização de policiais a cavalo.

Policramento rural – (TR) Combate ao abigeato, assistência social, patrulhamento rural, patrulhamento montado, patrulhamento motorizado, acidente de trânsito, atendimento à ocorrência de trânsito, assistência ao homem do campo.

Polost – (UP) Policiamento ostensivo **(TR)** policiamento montado.

PPM - (UP) Posto Policial Militar ou subunidade policial militar

Praça – (NE) Militar estadual de soldado a sargento.

Provas hípicas- (TR) Festival hípico, concurso de saltos, premiação.

RAB - (UP) Revista em quadrinhos Aba Larga.

Regimento Aba Larga - (UP) Denominação popular do 1º RPMon., alusiva ao período em que atuou com a missão especializada do policiamento ostensivo rural do RS.

1º RPMon – (UP) 1º Regimento de Polícia Montada. **(NE)** 1º Regimento de Polícia Montada denominação da OPM a partir de 13 de agosto de 1974.

1º RPRMont – (UP) 1º Regimento de Polícia Rural Montada, denominação da OPM de 21 de abril de 1961 a 13 de agosto de 1974.

RPRMont – (UP) Regimento de Polícia Rural Montada, denominação da OPM de 29 de novembro de 1955 a 21 de abril de 1961.

RS – (UP) Estado do Rio Grande do Sul.

Sd – (UP) Soldado. Posto mais baixo da categoria de praças.

Semana da Pátria – (TR) Sete de Setembro.

Semana Farroupilha – (TR) Semana do Gaúcho, 20 de Setembro, Dia do Gaúcho.

Sgt – (UP) Sargento. **(NE)** Praça com a graduação de sargento.

SM – (UP) Santa Maria.

Subcmt – (UP) Subcomandante de OPM ou OM.

Subcmt G – (UP) Subcomandante geral da BM.

TCel - (UP) Tenente-coronel. **(NE)** Oficial superior no posto de tenente-coronel.

Ten - (UP) Tenente. **(NE)** Oficial inferior no posto de tenente.

TPM - (UP) Treinamento Policial Militar.

Tropa – (NE) Efetivo policial militar ou militar.

UFMS – (UP) Universidade Federal de Santa Maria.

Viatura - (NE) Veículo automotor oficial.

Visita de Inspeção – (TR) Visita do general do Exército, Visita do comandante geral da Brigada Militar, Visita de inspeção do Exército Brasileiro.

Abreviaturas de acordo com Smit e Kobashi (2003, p. 55)		
UP	Usado Para	
TR	Termo Relacionado	
NE	Nota de Escopo	Tem por finalidade explicitar a amplitude ou o entendimento atribuído ao conceito.
TG	Termo Genérico	

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO CHCP

BR **RS** **CHCP** **1RPM**. **item**

BR - Brasil

RS – Rio Grande do Sul

CHCP – Centro Histórico Coronel Pillar (entidade custodiadora do acervo documental)

1RPM – Fundo ou coleção, no caso de coleção o código iniciará com a letra “C” em maiúscula. Ex.: C1RPM, CBM.

item – número do item documental.

Ex.: BR RSCHCP 1RPM.0001, BR RS CHCP C1RPM.0001

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010. Dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=21&infoid=508&sid=46> . Acesso em: 08 set. 2010.


MANINI, Miriam Paula. Análise documentária de fotografias: leitura de imagens incluindo sua dimensão expressiva. In: **Cenário Arquivístico**: Revista da Associação Brasileira de Arquivologia, Brasília, v.3, n.1, p. 16-28, jan.-jun. 2004.

_____. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (Orgs.). **Gestão em arquivologia**: abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008. cap. 5, p. 119-183.

PAVEZI, Neiva. **Arquivo fotográfico**: uma faceta do patrimônio cultural da UFSM. 2010. 227 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

SMIT, Johanna W.; KOBASCHI, Nair Y. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Projeto Como Fazer, 10).

Apêndice H - Formulário eletrônico de descrição fotográfica




Centro Histórico
CORONEL PILLAR

"A memória da Brigada Militar em Santa Maria"

Formulário Eletrônico de Descrição Fotográfica

Sair | Acessar o site



Home >>

LISTAR **EDITAR** **ADICIONAR**

>

EDITAR NOTÍCIA

# DADOS ADMINISTRATIVO #		# DADOS TÉCNICOS DO SUPORTE #	
* Código de Referência:	BR RSCHCP IRPM0001	* Fotógrafo:	Não identificado
* Tipo de Código:	atribuído pelo arquivista	* Denominação:	fotografia/positivo em papel
* Código Relacionado:	BR RSCHCP BR RSCHCP IRPM0002, BR RSCHCP IRPM0	* Tradição Documental:	Original
* Unidade Relacionada:	IRPM, CIRPM	* Data do Suporte:	1957/??/??
* Data Limite do Item:	1951	* Material:	Papel
* Dimensão do Item:	1 positivo em papel	* Formato:	Horizontal
* Local de Arquivamento:	álbum JAM, p.01	* Técnica:	
* Guia de Recolhimento:	certificado de doação	* Dimensão do Suporte:	161x112mm
* Data de Recolhimento:	20/10/05/15	* Nitidez:	Bom
* Doador:	Não se aplica	* Polaridade:	Positivo
* Difusão:	Publicação	* Cromia:	monocromático (P&B)
* Referência de Difusão:	Revista Brigada Gaúcha, ago. 1957, p. 21	* Inscrições:	COMBATE AO ABIGETO
* Descrito por:	Maria Candida da Silveira Srebsky	* Conservação:	L- pequenos sinais deterioração
* Data da Descrição:	20/10/11/23		

# DADOS DA IMAGEM #		# DADOS DA PROVENIÊNCIA #	
* Título da Imagem:	Combate ao abigeto	* Fundo:	IRPM, CIRPM
* Tipo de Título:	Atribuído pelo primeiro proprietário	* Grupo:	Setor de Comunicação Social
* Data da Imagem:	1957/??/??	* Série:	Divulgação institucional
* Local da Imagem:	Zona Rural do RS	* Sub-série:	Divulgação institucional
* Personagens:	Não identificado	* Dossiê:	Atividades Operacionais
* Dimensão Expressiva:	Luz diurna; retrato; plano geral	* Item Documental:	Folclore Rural
* Termos relacionadas:	IRPM; 1ª RPRMont		

<p>* Conteúdo:</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; min-height: 100px;"> militares estaduais, aba larga, zona rural, combate ao abigeto </div>	<p>* Nota Explicativa:</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; min-height: 100px;"> Conjunto de fotografias referentes às atividades do Regimento de Polícia Rural Montada </div>
--	--

# METADADOS TÉCNICOS DA CAPTURA DIGITAL #	
* Data de criação:	20/10/12/16
* Responsável pela criação:	Rafael Ferraz Borges
* Data de modificação:	Não se aplica
* Responsável pela modificação:	Não se aplica
* Sistema de iluminação:	Não se aplica
* Formato do arquivo:	TIF
* Dimensão em pixel:	3627x2804
* Profundidade de cor:	24 bits
* Modo de Cores:	RGB
* Resolução linear:	600 dpi
* Tamanho do arquivo:	24,6 MB
* Perfil de Cor:	Padrão ICC40
* Software de captura de imagem:	HP Photomat
* Software de processamento de imagem:	Digitalização HP
* Sistema operacional:	Windows
* Hardware de captura:	HP Deskjet F4200 series

Atualizar Excluir




Imagem:

Status: Ativo

Próxima ação: Cadastrar outra notícia Listar notícia cadastradas

Gravar

Apêndice I – Sítio eletrônico do CHCP



**Centro Histórico
CORONEL PILLAR**

*"A memória da Brigada Militar
de Santa Maria"*



Principal
Centro Histórico Coronel Pillar
Unidades da BM SM
Notícias
Fale Conosco
Links

Brigada Militar

A força da comunidade



DESTAQUES



1RPM0001

1957/??/??

Combate ao abigeato

Fundo: 1º RPMon



1RPM0004

1957/??/??

Assistência ao Homem do

Fundo: 1º RPMon



1RPM0006

1957/??/??

Patrolheiros à Cavallo

Fundo: 1º RPMon

Arquivo

Acessar

Museu

Acessar

Biblioteca

Acessar

Acontece



Catálogo Seletivo de Fotografias

"Abas Largas: tropa de elite da Brigada Militar"



Horário de Funcionamento

Segunda a sexta-feira, das 10h às 16h (não fecha ao meio dia)




Endereço
Rua Pinto Bandeira, 350
97050-610 - Santa Maria - RS

Contato
(55) 3220-6423
chcp@brigadamilitar.rs.gov.br


Central de Atendimento
(55) 3220-6423

Apêndice J – Catálogo Seletivo de Fotografias – Página inicial



**Centro Histórico
CORONEL PILLAR**

*"A memória da Brigada Militar
de Santa Maria"*



Principal
Centro Histórico Coronel Pillar
Unidades da BM SM
Notícias
Fale Conosco
Links

Ano

Localidade

Fundo/Coleção









Dossê

Buscar código:

Buscar agora

CATÁLOGO SELETIVO DE FOTOGRAFIAS: ≡ VOLTAR

"Abas Largas: tropa de elite da Brigada Militar"

	Fundo: 1º RPMon Combate ao abigeato Conjunto de fotografias referentes às atividades do Regimento de Polícia Rural Montada	☆ +
	Fundo: 1º RPMon Assistência Social Conjunto de fotografias referentes às atividades do Regimento de Polícia Rural Montada.	☆ +
	Fundo: 1º RPMon Primeiros Socorros a Feridos Conjunto de fotografias referentes às atividades do Regimento de Polícia Rural Montada	☆ +
	Fundo: 1º RPMon Assistência ao Homem do Campo Atividade de levantamento de sinais de ovelhas, medida preventiva contra o abigeato	☆ +
	Fundo: 1º RPMon Assistência ao Motorista Conjunto de fotografias referentes às atividades do Regimento de Polícia Rural Montada	☆ +
	Fundo: 1º RPMon Patrulheiros à Cavalo Conjunto de fotografias referentes às atividades do Regimento de Polícia Rural Montada	☆ +
	Fundo: 1º RPRMont Sub-comandante do 1º RPRMont em discurso à tropa O major Irio Noya foi sub-comandante do 1º Regimento até agosto de 1968, quando foi transferido, a pedido, para a reserva remunerada.	☆ +
	Fundo: 1º RPRMont Visita de General do Exército ao 1RPRMon O tenente-coronel Levinton Luiz Braga comandou o 1º RPRMont de 02/12/1968 a 23/03/1970*	☆ +

Apresentação
 Acessar


Introdução
 Acessar

Especificações Técnicas
e de Tratamento
 Acessar

Pesquisa
Avançada
 Acessar


1 2 3 4 5 6 7 próxima »

Apêndice K – Catálogo Seletivo de Fotografias – Página da descrição fotográfica




**Centro Histórico
CORONEL PILLAR**

*"A memória da Brigada Militar
de Santa Maria"*



Principal
Centro Histórico Coronel Pillar
Unidades da BM SM
Notícias
Fale Conosco
Links

Catálogo Seletivo de Fotografias: "Abas Largas: tropa de elite da Brigada Militar" ← VOLTAR



Apresentação

Acessar

Introdução

Acessar

*Especificações Técnicas
e de Tratamento*

Acessar

DADOS ADMINISTRATIVOS TOPO ^

Código de Referência:	BR RSCHCP 1RPM0001
Código Relacionado:	BR RSCHCP 1RPM0002, BR RSCHCP 1RPM0003, BR RSCHCP 1RPM0004, BR RSCHCP 1RPM0005, BR RSCHCP 1RPM0006, BR RSCHCP 1RPM0007
Fundo:	1RPM, C1RPM
Local de Arquivamento:	Arquivo 01, gaveta 01, pasta 0
Data do Recolhimento:	1998
Difusão:	Publicação
Referência da Difusão:	Revista Brigada Gaúcha, ago. 1957, p. 21
Doador(a):	Não se aplica
Data da Descrição:	2010/11/23

DADOS DE PROVENIÊNCIA TOPO ^

Fundo:	1° RPMon
Grupo:	Setor de Comunicação Social
Série:	Divulgação institucional
Subsérie:	Registro Fotográfico
Dossiê:	Atividades Operacionais
Item Documental:	Policamento Rural
Nota Explicativa:	Conjunto de fotografias referentes às atividades do Regimento de Polícia Rural Montada

DADOS TÉCNICOS DO SUPORTE TOPO ^

Fotógrafo:	Não identificado
Denominação:	fotografia/positivo em papel
Tradição Documental:	Original
Data do Suporte:	1957????
Formato:	Horizontal
Dimensão do Suporte:	161x112mm
Nítidez:	Ótima
Cromia:	monocromático (P&B)
Inscrições:	COMBATE AO ABIGETO
Conservação:	1- pequenos sinais deterioração

DADOS DA IMAGEM TOPO ^

Título da Imagem:	Combate ao abigeato
Tipo do Título:	Atribuído pelo primeiro proprietário
Data da Imagem:	1957????
Local da Imagem:	Zona Rural do RS
Personagens:	Não identificado
Dimensão Expressiva:	Luz diurna; retrato; plano gera
Referência da Difusão:	Revista Brigada Gaúcha, ago. 1957, p. 21
Doador(a):	Não se aplica
Data da Descrição:	2010/11/23